

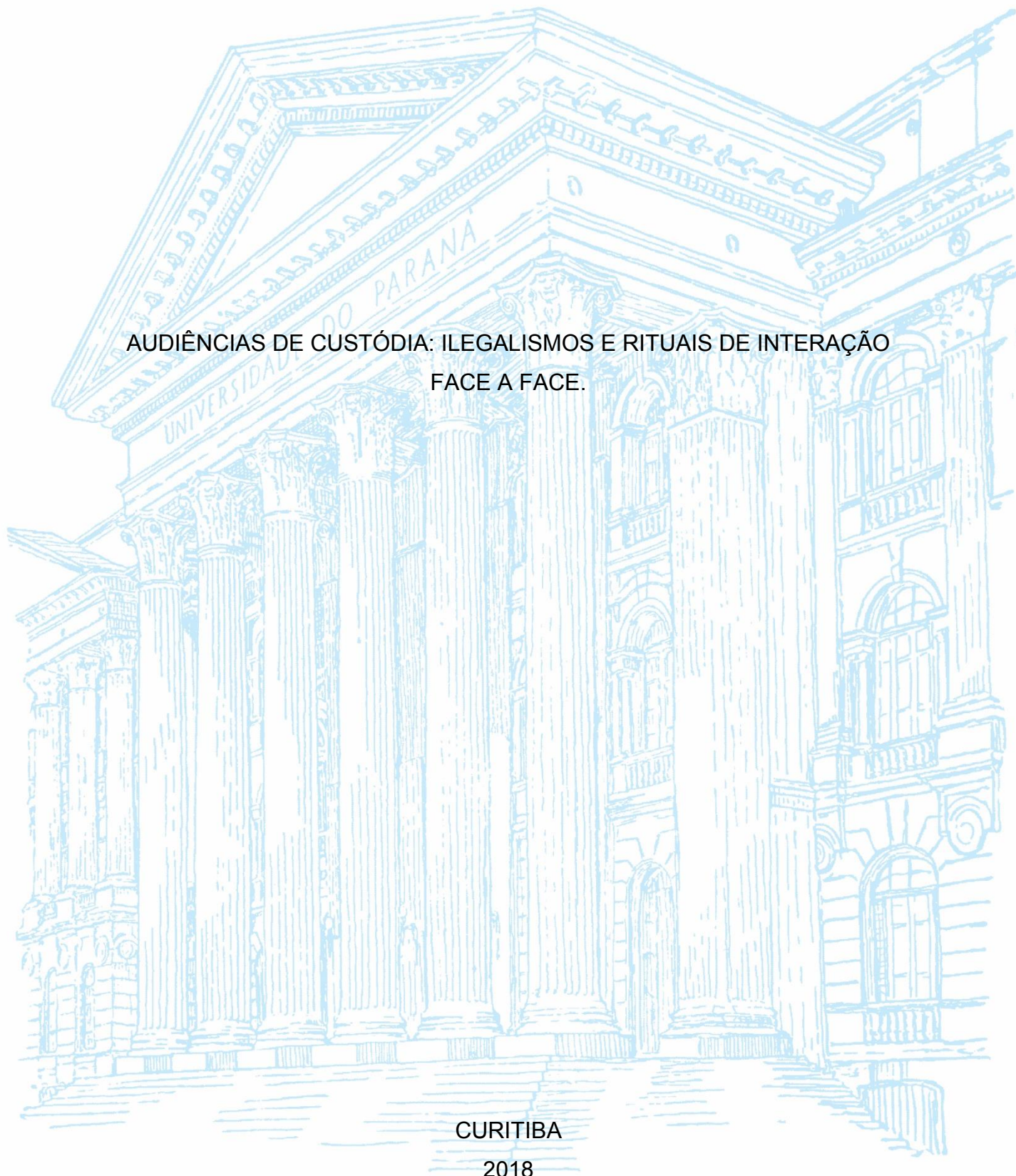
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIOVANE MATHEUS CAMARGO

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: ILEGALISMOS E RITUAIS DE INTERAÇÃO  
FACE A FACE.

CURITIBA

2018



**GIOVANE MATHEUS CAMARGO**

**AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: ILEGALISMOS E RITUAIS DE INTERAÇÃO  
FACE A FACE.**

Dissertação apresentada ao curso de  
Pós-Graduação em Sociologia, Setor de  
Ciências Humanas, Universidade  
Federal do Paraná, como  
requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo  
Bodê de Moraes.

**CURITIBA**

**2018**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE  
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584  
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Camargo, Giovane Matheus

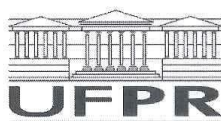
Audiências de custódia : ilegalismos e rituais de interação face  
a face / Giovane Matheus Camargo. – Curitiba, 2018.  
151 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná .  
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia.

Orientador : Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

1. Processo penal – Brasil. 2. Sistema de Justiça Criminal. 3.  
Audiência (Direito Processual). I. Título. II. Universidade Federal  
do Paraná.

CDD 345



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GIOVANE MATHEUS CAMARGO** intitulada: **Audiências de custódia: ilegalismos e rituais de interação face a face.**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 05 de Março de 2018.

PEDRO RODOLFO BODÉ DE MORAES  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

PABLO ORNELAS ROSA  
Avaliador Externo (UVV)

ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO  
Avaliador Externo (UFPR)

## AGRADECIMENTOS

Aprendi com a experiência que tive ao longo desta pesquisa que o ofício de pesquisador é algo bastante particular e, por vezes, um processo solitário de reflexão introspectiva. Mas, aprendi também que sem o apoio fraterno e intelectual de algumas pessoas este trabalho jamais teria chegado ao fim. À estas pessoas, dedico estas páginas.

Primeiramente à minha família: meus pais, Gigica e Ianzinho, meu curumim. Muito amor por vocês. Sem vocês nada seria possível.

Aos/as amigos/as do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) da Universidade Federal do Paraná que me acolheram, incentivaram e ajudaram no meu ingresso na pós-graduação, aprendi e aprendo muito com vocês, estes dois anos de convivência foram incríveis.

Ao meu amigo Gustavo Azevedo e sua família, que me ofereceram abrigo na cidade de Curitiba durante estes dois anos, essa ajuda foi essencial para que eu pudesse realizar o mestrado, jamais esquecerei.

Aos/as amigos/as Aknaton Toczec Souza, Guilherme Moreira Pires, Humberto Ribeiro Junior, Marcelo Bordin, Marina Kurchaidt e Pablo Ornelas Rosa, foi uma alegria compartilhar ideias com vocês que ficaram eternizadas em páginas que escrevemos juntos.

Aos/as amigos/as que fiz durante o intenso período que trabalhei no Ministério Público, bem como, todos aqueles que cederam um pouco de seu tempo para serem entrevistados ou de qualquer maneira me ajudaram com a realização da pesquisa empírica. Também não posso deixar de agradecer ao meu amigo Murilo Canário que gentilmente produziu uma ilustração para esta dissertação.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa e aos/as professores/as que tive o prazer de ser aluno durante o curso de mestrado em sociologia, e em especial aos Profs. André Giamberardino e Pablo Ornelas Rosa por gentilmente aceitarem fazer parte das minhas bancas de qualificação e defesa e abrilhantarem meu trabalho com suas contribuições.

E por fim, ao meu orientador Prof. Pedro R. Bodê de Moares, por acreditar em mim, tornando possível meu sonho de entrar na pós-graduação e contribuir para meu crescimento pessoal e profissional, mas sobretudo, pelo acolhimento afetivo que me deu, junto da sua queridíssima esposa Elena Shizuno Camargo que abriram as portas de sua casa, onde tivemos intermináveis conversas que marcaram para sempre minha vida.

A todos vocês, muito obrigado!!!

*Facit indignatio versum.*

## RESUMO

No ano de 2015, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da resolução nº 213, determinou a execução de um “novo” instituto no Sistema de Justiça Criminal (SJC): as chamadas audiências de custódia, espaços em que todas as pessoas presas devem ser colocadas em até 48 horas, na presença imediata dos principais operadores do SJC, para que relatem sobre circunstâncias pessoais e como a prisão foi realizada. As diretrizes gerais do “Projeto Audiências de Custódia” foram sedimentadas como finalidade da Política Nacional de Alternativas Penais, que tem por eixo, entre outros elementos, o enfrentamento à cultura do encarceramento e o desenvolvimento de ações de sensibilização da sociedade e do SJC sobre a agenda de alternativas penais e o custo social do encarceramento em massa. O presente trabalho é a apresentação dos dados referentes a uma pesquisa etnográfica realizada durante o ano de 2016, que teve por objetivo diagnosticar o primeiro ano da implementação do referido instituto na cidade de Paranaguá/PR. A intenção foi de compreender os elementos socioculturais que dão sentido às práticas do SJC, mais especificamente no que diz respeito ao encarceramento provisório e as práticas de violência policial, para que então fosse possível problematizar em que medida as audiências alcançam seus objetivos políticos criminais. Por meio da microsociologia proposta por Erving Goffman, pôde-se identificar uma fronteira moral que distancia operadores judiciais da clientela do sistema penal, representada na cultura brasileira pelas categorias nativas de *cidadãos de bem* e *bandido*, que reforça o caráter autoritário dos rituais judiciais de modo a anular as potencialidades do instituto e gerar um controle social perverso que reproduz exatamente aquilo que pretende combater. Outrossim, as contribuições de Michel Foucault também permitiram identificar como o instituto constitui uma tecnologia de reforma no interior de uma economia geral das penas, onde a gestão dos ilegalismos ocorre por meio de um discurso humanizatório e terapêutico que propõem não punir menos, mas punir melhor.

Palavras-chaves: Audiência de custódia; Sistema de Justiça Criminal; Ilegalismos; Rituais de interações face a face; Controle social.

## ABSTRACT

In 2015, the National Justice Council (CNJ) through Resolution No. 213, ordered the execution of a "new" institute in the System of Criminal Justice (SJC): the so-called custody hearings, spaces in which all persons arrested must be placed within 48 hours in the immediate presence of the principal SJC operators to report on personal circumstances and how the arrest was carried out. The general guidelines of the "Custody Hearings Project" were established as a purpose of the National Policy on Criminal Alternatives, which has as its axis, among other elements, the confrontation with the culture of imprisonment and the development of awareness actions of society and the SJC on the agenda of penal alternatives and the social cost of mass incarceration. The present work is the presentation of the data referring to an ethnographic research carried out during the year 2016, whose objective was to diagnose the first year of implementation of this institute in the city of Paranaguá/PR. The intention was to understand the sociocultural elements that give meaning to the practices of the SJC, more specifically with regard to provisional incarceration and practices of police violence, so that it would be possible to question the extent to which the audiences reach their criminal political objectives. Through the microsociology proposed by Erving Goffman, it was possible to identify a moral border that distances judicial operators from the clientele of the penal system, represented in the Brazilian culture under the native categories of *good citizens* and *bandit*, that reinforces the authoritarian character of the judicial rituals of in order to annul the potential of the institute and generate a perverse social control that reproduces exactly what it intends to combat. Furthermore, Michel Foucault's contributions have also allowed us to identify how the institute constitutes a technology of reform within a general economy of penalties, where the management of illegal acts takes place through a humanizing and therapeutic discourse that proposes not to punish less but to punish better.

**Keywords:** Pre-trial custody; System of criminal justice; illegalities; Face-to-face interaction rituals; Social control.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	06
<b>I BASTIDORES DA PESQUISA</b>	09
I.I SOBRE DIREITO E CIÊNCIAS SOCIAIS – O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA	10
I.II DEFININDO O OBJETO DE PESQUISA	15
I.III ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA MICROSOCIOLOGIA DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	23
I.IV A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	28
I.V O NECESSÁRIO ESTRANHAMENTO AO OBJETO	34
<b>II UMA NOVA REFORMA ANUNCIADA: A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA</b>	36
II.I OS PRIMEIROS DIAGNÓSTICOS	46
II.II A REFORMA DA REFORMA E A GESTÃO DOS ILEGALISMOS	50
II.II.I A audiência de custódia como ferramenta de controle social	61
II.III O QUE AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NOS DIZEM A RESPEITO DA ESTRUTURA SOCIAL?	66
II.IV O SUJEITO TORTURÁVEL	80
<b>III AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: UM RITUAL JUDICIAL DE INTERAÇÃO FACE A FACE</b>	85
III.I UM CONSENTIMENTO EM PARANAGUÁ: A FALTA DE ESTRUTURA	92
III.II RITUAIS, FRONTEIRAS E CONTÁGIO MORAL	101
III.III AFINAL, PARA QUE SERVEM AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA?	106
III.IV COMO O RITUAL DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA TÊM IMPOSSIBILITADO O ROMPIMENTO COM A “FRONTEIRA DO PAPEL”	109
III.V A FÉ <i>VERSUS</i> O DESACREDITADO	121
III.VI “A COISA VIROU DO AVESSE, AGORA EU PRENDO O CARA E QUEM TEM QUE RESPONDER É EU” – A VISÃO DA POLÍCIA MILITAR	134
<b>IV CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	139
<b>REFERÊNCIAS</b>	144

## INTRODUÇÃO.

Durante o ano de 2015 surgiram no Brasil alguns Projetos pilotos de um “novo” instituto no processo penal: as audiências de custódia. Digo “novo” entre aspas porque apesar da sua recente implementação, o instituto já recebia amparo legal de tratados internacionais de direitos humanos do qual o país é signatário desde o ano de 1992. A dinâmica esquematizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Justiça (MJ) e o Tribunal de Justiça de SP (TJSP) - que serviu de exemplo para os demais projetos - consistiu basicamente em colocar toda pessoa presa em flagrante em um prazo de até 48 horas da prisão na presença imediata de uma autoridade judicial, para que seja verificada a legalidade e a necessidade da prisão, trabalho este que antes era realizado apenas com base em um documento denominado Auto de Prisão em Flagrante.

Durante a realização destas primeiras experiências, travaram-se entraves políticos e ideológicos que discutiam as justificações teóricas e as implicações práticas do instituto, como por exemplo, as ações impetradas pelo Ministério Público e pela Associação dos Delegados de Polícia, os inúmeros textos críticos de juristas e reportagens midiáticas que apresentavam o instituto como uma nova ferramenta para privilegiar *bandidos*. Por outro lado, também se levantavam discursos afirmando que a audiência de custódia podia contribuir para amenizar o grave problema da superlotação carcerária e que inclusive, como disse o presidente do CNJ, que o Paraná poderia economizar setenta e cinco milhões de reais com a sua implementação<sup>1</sup>.

A audiência de custódia surge na contramão das políticas criminais até então adotadas pelo Sistema de Justiça Criminal (SJC), que segundo o CNJ (2016) estavam sendo levadas a cabo por uma cultura do encarceramento, que faz crer que a intensificação da punição resolve o problema da criminalidade. Além do CNJ, outros setores no interior do próprio SJC já vinham denunciando o contingente desproporcional de pessoa presas provisoriamente, como foi o caso do próprio Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça que observou que entre os anos de 2000 e 2014 o contingente de 232.800 pessoas encarceradas aumentou para 6607.700, representando um assustador crescimento de 161%.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80037-parana-podera-economizar-r-75-milhoes-ao-ano-com-audiencia-de-custodia>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

Conforme uma pesquisa realizada pelo órgão em 2014, o país ostentava o quarto lugar no ranking de países com maior população carcerário do mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia (primeiro, segundo e terceiros lugares, respectivamente), tendo a cifra de 715.655 pessoas presas em cárceres e domicílios. Deste total, 40,1% das pessoas presas ainda não tinham sido condenadas pela justiça criminal, estando presas provisoriamente.

Levando esses dados em consideração, no final do ano de 2015, o CNJ decretou a execução gradual e obrigatória do instituto em todo o território nacional e já em 2016 os primeiros diagnósticos começaram a serem publicados, sobretudo no que diz respeito aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A conclusão destas pesquisas foi de que a falência da audiência de custódia em combater a cultura do encarceramento foi constatada quase que ao mesmo tempo da sua criação. Inclusive, a forma como os operadores judiciais do SJC tratam os relatos sobre violência policial, fez com que a ONG Directas Direitos Humanos denuncia-se na ONU a blindagem institucional da tortura operada durante as audiências.

Ao mesmo tempo em que estes diagnósticos eram publicados, era – e ainda é – constantemente vinculado na mídia - e sobretudo nas sociais, como facebook, youtube e grupos de WhatsApp - relatos de que as audiências de custódia estavam privilegiando *bandidos*, em detrimento dos *cidadãos de bem*. Seja porque estas pessoas ganharam liberdade provisória nas audiências ou porque os policiais que os prenderam agora estão sendo investigados por práticas de violência. O curioso é que apesar dos diagnósticos demonstrarem que as audiências de custódia “mais prendem do que soltam”, alguns setores insistem em afirmar que ela resultou “no aumento daqueles casos em que o marginal perigoso é imediatamente solto e faz outras vítimas nos dias seguintes”, como é o caso do manifesto “você tem sido enganado”, assinado por 150 pessoas, a maioria delas Promotores de Justiça, que se colocam contra o garantismo e a “bandidolatria”<sup>2</sup>.

Diante deste contexto, a presente pesquisa objetivou diagnosticar o primeiro ano de implementação das audiências de custódia na cidade de Paranaguá, localizada no Estado do Paraná, no sentido de verificar em que medida o instituto alcança seus objetivos. É importante salientar, que este trabalho não teve o objetivo de verificar se as

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/03/promotores-de-justica-lancam-manifesto-contragarantismo-e-bandidolatria>. Acessado em: 15 de agosto de 2017.

audiências de custódia funcionam ou não, mas em compreender como elas funcionam. Para tanto, tentei identificar de que maneira o instituto está localizado na estrutura social local, realizando algumas comparações com estudos de outras regiões, para identificar regularidades semelhantes.

A intenção foi apresentar, para além de reflexões estritamente penológicas, os aspectos rituais, culturais, sociais e políticos das audiências de custódia. Por esta razão, a colheita de dados sobre o tema ocorreu de uma maneira quase que irrestrita, de modo que o material empírico aqui apresentado é constituído por trechos de entrevistas com operadores do SJC, descrições etnográficas dos rituais de interação face a face das audiências de custódia, reportagens de jornais online, impressos e televisivos, comentários em redes sociais e até mesmo mensagens e imagens que circulam em grupos de policiais militares do aplicativo WhatsApp.

No primeiro capítulo, relato um pouco sobre os “bastidores” da pesquisa, isto é, seus pormenores: como e porque cheguei neste tema, a sua importância e como fiz para realizar a investigação. Durante o capítulo dois, apresento mais detalhadamente a temática das audiências de custódia e a partir do material empírico coletado, problematizo as audiências de custódia valendo-me das reflexões de Michel Foucault sobre como a prisão, ao produzir uma delinquência visível, opera enquanto gestora de ilegalismos, permitindo uns e não tolerando outros. Observar o papel das audiências no interior de uma “economia geral das penas” nos permite também compreender o que permitiu a omissão do instituto por mais de vinte anos e hoje permite sua execução, identificando o tipo de controle social exercido pelo instituto.

Após tratar a prisão enquanto uma forma de dominação global, durante o capítulo final, utilizando a microsociologia proposta pelo sociólogo Erving Goffman, realizo descrições etnográficas das interações face a face entre operadores judiciais do SJC e custodiados, analisando como estas tem sido conduzidas e de que forma o rito reproduz os aspectos culturais da vida cotidiana brasileira. Estas descrições etnográficas e microsociológicas são importantes porque não se tratam de meras cenas que acontecem no aqui e agora, mas porque evidenciam relações em um nível mais abstrato, transpassando configurações de valores, significados e emoções que denominamos cultura (GARLAND, 1993).

Apesar de não se tratarem de conclusões definitivas, haja vista que a audiência de custódia é um instituto recente, ainda havendo muito a ser discutido, espero que este trabalho possa contribuir para a compreensão dos diferentes aspectos da audiência de custódia e as formas de controle social executadas pelo SJC.

## I. BASTIDORES DA PESQUISA.

*“A construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma sentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas”. – Pierre Bourdieu, 2011b, p. 25.*

A primeira vez que li a epígrafe acima foi durante uma aula da disciplina de métodos e técnicas em pesquisa no curso de mestrado em sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Escutar a narrativa da professora sobre esta passagem de Pierre Boudieu produziu um alívio nas minhas ansiedades durante a presente pesquisa, já que o seu processo embrionário foi um pouco confuso e seu desenvolvimento foi marcado por vários toques e retoques.

Quando eu havia escolhido as audiências de custódia enquanto campo de pesquisa, ainda não tinha em mente de forma clara quais as relações que se estabelecem neste espaço e tampouco quais elementos poderiam ser problematizados como objeto de investigação. Assim, quando de fato iniciei o acompanhamento diário das audiências, no início do ano de 2016, as primeiras perguntas que surgiram foram obviamente de ordem metodológica e técnica. Como definir o que deve ser analisado durante as audiências? Como descrever as situações? Devo realizar as anotações durante ou depois das audiências? Qual o melhor lugar para se posicionar nas salas? Com quem e como interagir? Devo apenas utilizar o método qualitativo?

Essas perguntas foram sendo respondidas durante o caminhar empírico da pesquisa, já que acredito não existir uma maneira perfeitamente padronizada no que diz respeito ao trabalho de se descrever o que se observa. Almeida (2014) afirma que as descrições em um trabalho etnográfico perpassam por questões de interpretação e percepção dos observadores, o que implica que cada pesquisador faça diferentes escolhas e descrições para as mesmas situações e eventos. Neste mesmo sentido, Alfred

Schütz funda a fenomenologia social afirmando que os indivíduos nunca têm experiências idênticas. Alain Coulon, etnometodólogo, didaticamente explica:

Ninguém vê a mesma coisa quando vai assistir a uma partida de futebol, quer esteja sentado nas tribunas centrais ou nas arquibancadas. Todo mundo sabe tão bem disso que se aceita, para assistir a uma mesma partida, que os preços sejam diferentes porque a qualidade do espetáculo, ou mais exatamente a qualidade do olhar, difere conforme o ponto de vista. No entanto, todos estarão de acordo em dizer que todos os espectadores acompanharam a mesma partida. Em princípio, o fato de os atores não verem a mesma coisa deveria impedir toda possibilidade de um real conhecimento intersubjetivo. Este, porém, não é o caso graças a “idealizações” usados pelos atores: a da possibilidade da troca de pontos de vista de um lado (pode-se trocar de lugar e mudar assim os ângulos da visão) e da conformidade do sistema de pertinência de outra parte (todos os espectadores supõem que os outros tenham vindo assistir à partida pelas mesmas razões que eles, que se interessam por ela empiricamente, de modo idêntico, e isto apesar de suas diferenças biográficas). Consideradas em conjunto, essas duas idealizações compõem “a tese geral da reciprocidade das perspectivas” que marca o caráter social da estrutura do mundo-vida de cada um. (COULON, 1987, pp. 12-13).

Ao passo que as problemáticas iam surgindo no interior do próprio campo, as metodologias e as técnicas de pesquisa foram se adaptando às circunstâncias, sendo testadas na prática a todo o momento e reformuladas estrategicamente. Realizar uma pesquisa empírica exige que se mantenha menos atenção aos enunciados teóricos e mais às práticas investigativas (BECKER, 2014), já que neste tipo de investigação, “os problemas de pesquisa são, antes de qualquer coisa, obstáculos práticos” (ALMEIDA, 2014, p. 29).

Assim, neste capítulo, longe de apresentar uma metodologia fixa para a análise das audiências de custódia, abordarei os pormenores da presente pesquisa, detalhando algumas relações que julgo que foram importantes para o seu processo e conclusão.

## I.I. SOBRE DIREITO E CIÊNCIAS SOCIAIS – O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA.

*Não vemos as coisas como são: vemos as coisas como somos.  
Anaïs Nin*

Meu interesse pelo campo da violência e da segurança pública iniciou durante a realização um estágio de graduação em direito na delegacia de polícia civil da cidade de Paranaguá/PR, em meados do ano de 2012. Teoricamente, de acordo a Lei de

Execuções Penais (LEP) as delegacias não devem custodiar presos<sup>3</sup>, já que segundo a legislação constitucional e entendimento do Supremo Tribunal Federal<sup>4</sup>, as atividades da polícia judiciária dizem respeito apenas à investigação de infrações penais, com exceção das militares. Entretanto, naquele ano, o setor de carceragem do local que dispunha de apenas 30 vagas, abrigava 160 detentos<sup>5</sup>.

Como afirmado pelo Juiz de Direito Luis Carlos Valois (2014), para aqueles que visitam ou trabalham nas prisões brasileiras, é desnecessária qualquer estatística que indique o perfil das pessoas presas e as condições que vivem nestes espaços de segregação. Pode-se ver, cheirar, ouvir e sentir a condição de miserabilidade das pessoas que sobrevivem mal e porcamente atrás das grades no país. Uma das coisas que mais me marcou durante meu trabalho na delegacia de polícia, foi o cheiro que o setor de carceragem exalava, mesmo sem adentrar no “convívio”<sup>6</sup>, apenas ao se passar próximo ao local, podia-se sentir o mal odor que já revelava as péssimas condições de higiene.

Embora eu pudesse visualizar esta realidade, eu não encontrava nas aulas do curso de direito, nos códigos e nem na legislação respostas para minhas dúvidas: “O que explica o padrão de perfil dos presos?”, “Como a política penitenciária brasileira, mesmo descumprindo os preceitos da LEP encontra legitimidade para sua existência?”, “Se o narcotráfico é uma atividade ilegal que movimenta bilhões anualmente em um comércio global, porque apenas os pequenos vendedores, conhecidos como varejistas das drogas são presos?”<sup>7</sup>.

As respostas para as perguntas que surgiam quando eu observava o sistema prisional não eram respondidas durante as aulas de Direito e Processo Penal. O ensino do direito no Brasil, preocupado em formar “operadores do direito”, está intimamente ligado ao tecnicismo da dogmática jurídica, enquanto as disciplinas de sociologia,

---

<sup>3</sup> De acordo com a LEP (lei nº 7.210/84), os presos que já foram condenados pela Justiça Criminal devem ser colocados em penitenciárias (art. 87), colônias (art. 91) ou casas dos albergados (art. 93) e os provisórios em cadeias públicas (art. 102).

<sup>4</sup> STF, ADI 3.916, rel. min. Eros Grau, DP 14/5/2010.

<sup>5</sup> Superlotação da cadeia de Paranaguá. 9’16”. Material retirado do site: <https://www.youtube.com/watch?v=7nOmEZb9CA0>. Acessado em 18 de agosto de 2017.

<sup>6</sup> Convívio é uma expressão nativa, utilizada por presos e funcionários que se refere ao interior do setor de carceragem, onde os presos convivem em coletividade. Devido a superlotação, os presos não ficavam em celas separadas e trancadas, mas podiam transitar entre os corredores do andar em que eram colocados.

<sup>7</sup> Esta última pergunta, relacionada ao tema das drogas, foi a pergunta inicial e motivadora da minha monografia em direito intitulada “Da favela ao cárcere – Reflexões acerca do controle social geo-urbano e a guerra às drogas” (CAMARGO, 2015).

antropologia e ciência política, por exemplo, eram chamadas de “perfumarias” e rapidamente estudadas no primeiro ano do curso. Machado (2009), assim considera o ensino jurídico:

Ensino formalista, centrado apenas nos estudos dos códigos e das formalidades legais; o ensino excessivamente tecnicista, resumido no estudo das técnicas jurídicas de interpretação e aplicação dos textos legais sem qualquer articulação com os domínios da ética e da política; o predomínio incontrastável da ideologia positivista; o ensino completamente esvaziado de conteúdo social e humanístico; a baixa qualidade técnica da maioria dos cursos jurídicos; a proliferação desordenada desses cursos sem nenhum controle eficiente sobre a qualidade dos mesmos; o predomínio de uma didática superada e autoritária, centrada exclusivamente na aulaconferência e na abordagem de conteúdos programáticos aleatoriamente definidos etc. (MACHADO, 2009, p. 19).

Já no final do curso, percebi que a ciência pura do direito é incapaz de responder as questões que eu levantava porque a sua epistemologia não consegue descrever como as coisas são, mas como as coisas devem ser. Tropper (2008, p. 34) afirma que “se a ciência é um corpo de conhecimentos sistematizados, então o direito não pode ser uma ciência, porque é um corpo de práticas sistematizadas.” Em sua obra “Filosofia do Direito” (2008), o autor sustenta a ideia de que o direito é formado por prescrições (normas), operando por meio da autoridade e expressão de ordem, coisa que a ciência jamais deve fazer, já que deve preocupar-se em descrever o mundo por meio de proposições, dizendo como ele é e jamais como deve ser.

Para o autor, as proposições realizadas pela ciência devem ser possíveis de serem verificadas empiricamente, o que “supõe que tenham por objeto não um dever-ser, mas um ser, isto é, que tenham por objetos fatos observáveis” (2008, p. 53). Niklas Luhmann (1983) faz considerações aproximadas quando afirma que os saberes que se denominam como dogmática jurídica, filosofia do direito e teoria do direito, nada mais são que uma teorização do direito por meio da *práxis* jurídica.

Embora não seja possível compreender o direito como uma ciência, Tropper sustenta que é possível se realizar uma ciência que toma este como objeto. Esta ideia também é defendida por Pierre Bourdieu (2011a), pois ao distinguir-se da “ciência jurídica”, uma ciência rigorosa do direito evita a alternativa dominante no debate científico sobre o direito, “a do *formalismo*, que afirma a autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao mundo social, e do *instrumentalismo*, que concebe o direito como um *reflexo* ou um *utensílio* ao serviço dos dominantes.” (BOURDIEU, 2011a, p. 217).



(...) a tentativa de Kelsen para criar uma teoria pura do direito não passa do limite ultra-consequente do esforço de todo o corpo de juristas para construir um corpo de doutrinas e de regras completamente independentes dos constrangimentos e das pressões sociais, tendo nele mesmo o seu próprio fundamento. Quando se toma a direção oposta a este espécie de ideologia profissional do corpo dos doutores constituída em corpo de doutrina, é para se ver no direito e na jurisprudência um reflexo directo das relações de força existentes, em que se exprimem as determinações económicas e, em particular, os interesses dos dominantes, ou então, um instrumento de dominação, como bem diz a linguagem do Aparelho, reactivada por Louis Althusser (BOURDIEU, 2011a, p. 218).

Devido a minha graduação em direito, o primeiro contato que tive com uma ciência que toma o direito como objeto não foi a de Bourdieu ou de outros sociólogos, mas, com a criminologia crítica, definida pelo jurista Alessandro Baratta como “uma teoria materialista, ou seja, econômico-política, do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização” (2002, p. 159), isto é, uma teoria que trabalha com os instrumentos conceituais e hipóteses das teorias marxistas.

Como ensina Howard Becker (1996), quando falamos sobre a história de determinada escola de pensamento, devemos pensar simultaneamente três histórias: a das ideias (das teorias), das práticas (das pesquisas realizadas e métodos empregados, já que a teoria deve ser empiricamente comprovável) e das organizações e instituições (locais nas quais as teorias e as pesquisas foram elaboradas, porque “nenhuma ideia existe por si mesma, em um vácuo; as ideias só existem porque são levadas adiante por pessoas que trabalham em organizações que perpetuam essas ideias e as mantêm vivas”). (1996, p. 177).

Baratta (2002) ao solidificar a teoria da criminologia crítica no âmbito do marxismo, afirma estar ciente das limitações que isto implica, suscitando a necessidade de um vasto trabalho de observação empírica para a complexificação da análise da realidade social. Embora Baratta afirme que a criminologia esteja intimamente ligada à sociologia, no Brasil a história de suas ideias e práticas estão ligadas institucionalmente ao direito, pois como afirma Álvaro Pires (2015), neste país os cursos universitários de criminologia desenvolveram-se no interior dos departamentos de ciências jurídicas<sup>8</sup>,

---

<sup>8</sup> Segundo Michel Misse, “no Brasil, não se desenvolveu uma criminologia como nos países anglo-saxões e mesmo na França e no continente, na Espanha, etc. No Brasil, a criminologia esteve sempre vinculada ao direito penal. Então, ela não se desenvolveu como uma área interdisciplinar em que havia sociólogos, antropólogos e a figura interdisciplinar do criminólogo. Isso no Brasil não existiu. Então, as referências teóricas eram jurídicas, e nesse sentido você tem uma criminologia crítica de orientação jurídica no Brasil, com Roberto Lira Filho, Roberto Aguiar, Juarez Cirino dos Santos, Nilo Batista... Todos os

ficando a pesquisa empírica criminológica basicamente por conta da sociologia e da antropologia, já que historicamente os cursos de direito, inclusive no que diz respeito à pós-graduação, pouco realizam pesquisas na prática. Assim, na visão de Gusso (2013), os cursos de direito, ao mesmo tempo em que tratam a sociologia como “ciência plebeia” em seus programas disciplinares, por meio da criminologia, nada mais fazem do que “tomar emprestado” conceitos das ciências sociais e “não mais devolver”:

A criminologia crítica é um novo nome para uma velha fórmula, ou nada mais do que um empréstimo tomado de outras ciências, rebatizado pelos juristas como uma “nova (e jurídica) forma de pensar o crime”. Uma apropriação de como pensar o controle social. Até mesmo autores consagrados pelas ciências sociais passaram, do dia para a noite, a ser considerados como doutrinadores jurídicos. Michel Foucault, Auguste Comte, Gilles Deleuze e Hannah Arendt são alguns dos exemplos. Em vez de a academia jurídica elevar as ciências sociais ao mesmo patamar de importância e necessidade das demais disciplinas jurídicas, delimitou a abordagem a uma “nova” ciência jurídica. A *criminologia crítica* é, dentro da esfera da política criminal, a mais evidente delas. (2013, p. 39-40).

Diante dessas tensões, senti a necessidade de compreender como são realizados os estudos criminológicos por sociólogos, já que, as categorias analíticas, hipóteses, técnicas e métodos de pesquisa provinham desta área. A postura que adotei neste estudo é de produzir uma interdisciplinaridade capaz de transitar entre esses dois mundos, tentando-me afastar da “sociologia do direito feita por sociólogos, que não conhecem o que os juristas escrevem sobre o direito”, e da “sociologia do direito escrita por juristas com conhecimentos sociológicos insuficientes” (PIRES, 2015, p. 231). Neste sentido, tento neste estudo sociológico utilizar “positivamente conhecimentos do direito para operacionalizar metodologicamente as coisas.” (2015, p. 239).

Álvaro Pires afirma que nunca conseguimos escrever em duas disciplinas ao mesmo tempo, estando sempre preso a uma delas. A interdisciplinaridade é “uma abertura ao conhecimento que está fora do que normalmente o seu campo produz e reproduz, e isso é uma parte do pensamento criativo.” (2015, p. 234) O que fazemos quando combinamos disciplinas é adaptar e transformar o conhecimento que se produz dentro das áreas específicas do saber. Dedo admitir, que embora minha intenção na presente pesquisa seja realizar um estudo no campo das ciências sociais que observe aspectos socioculturais que estão para além da perspectiva político-econômica proposta

---

estudos clássicos norte-americanos eram citados, mas jamais lidos ou absorvidos em pesquisas”. (2011, p. 22).

pela criminologia marxista realizadas pelos juristas, admito que este estudo possa ainda apresentar o cacoete do bacharel em direito, o qual tentei ao máximo esconder.

É interessante notar que para além das implicações teóricas e metodológicas entre essas duas áreas, apresentar-se como sociólogo ou como criminólogo também traz implicações quanto ao que as pessoas podem esperar de você. Essas categorias ao operarem como etiquetas, fazem com que os indivíduos tenham visões estereotipadas, podendo afetar a credibilidade do que é dito (PIRES, 2015). Álvaro Pires cita uma ocasião em que estava no auditório da Universidade de Montreal e presenciou um estudante perguntar a Michel Foucault se este se considerava estruturalista, marxista ou anarquista, a resposta foi neste sentido:

“Olha isso é um problema do senhor, não é um problema meu; não estou preocupado em me atribuir nenhuma dessas etiquetas. Até porque isso poderia causar vários tipos de problemas. Eu posso me deixar aprisionar pela minha etiqueta, e sair repetindo erros só para guardar uma coerência com a minha etiqueta, ainda que essa coerência seja ilusória. Vou me sentir preso com essa etiqueta e eu gosto de poder me deslocar à vontade, me sentir livre. Se eu tentar me deslocar depois que eu me coloquei uma etiqueta, aí vão dizer que entrei em contradição, que não sei o que quero, que traí os meus amigos de corrente de pensamento, etc. Em resumo, um problema. E com relação a observadores externos, como o senhor, eu facilitaria demais a crítica e estimularia uma espécie de preguiça intelectual. O meu crítico externo vai criticar mais o que ele conhece da etiqueta do que aquilo que eu escrevi realmente sobre tal ou tal tema. A crítica já fica pré-construída, antes de você escutar o meu discurso”. Aí ele acrescentou algo assim: “então, se você tem necessidade de me classificar de tal ou tal jeito, pode fazê-lo. Faça isso do jeito que você se sinta mais à vontade, mas não venha buscar o meu consentimento.” (PIRES apud FOUCAULT, 2015, p. 237).

De fato, ao transitar entre o mundo das ciências sociais e do direito, percebi que quando me apresento como criminólogo para alguns juristas tenho mais receptividade em meio a eles do que quando me apresento como sociólogo e vice-versa. Assim, também não tenho problemas com estas etiquetas, já que posso manipulá-las de acordo com a impressão que quero passar aos outros indivíduos. O que pretendo navegando entre esses dois mundos é realizar descrições sociológicas da realidade social que possam ser utilizadas pelos profissionais do direito como ferramentas “em prol da modificação das instituições e suas práticas para desenvolver outras formas de pensamento”. (HULSMAN; DE CELIS, 1993 p. 142-143).

## I.II. DEFININDO O OBJETO DE PESQUISA.

Quando ingressei no curso de mestrado do programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Paraná no ano de 2016, minha pretensão, dando

continuidade a alguns trabalhos comparativos já realizados no seio do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos<sup>9</sup>, era investigar em que medida as representações dos policiais militares sobre o combate às drogas e os sujeitos envolvidos com seu consumo, comércio e produção, são capazes de organizar e orientar suas ações quando avistam indivíduos em “atitude suspeita”, e como estas relações trazem implicações no controle social exercido pelo SJC.

Entretanto, após muito refletir e discutir em sala de aula sobre os métodos e técnicas investigativos do qual eu dispunha e poderia acionar, acabei por desistir deste meu primeiro projeto de pesquisa principalmente pelo fato da instituição policial militar ser uma das mais fechadas e corporativas, sendo extremamente difícil acessar suas informações (KURCHAI, 2017). Esta “blindagem institucional” à pesquisa foi também denunciada, por exemplo, pelo Prof. Dr. Luis Antônio Francisco de Souza da UNESP, quando esteve em Curitiba no 7º Seminário Nacional de Sociologia e Política na Universidade Federal do Paraná, falando sobre suas pesquisas sobre a militarização das políticas públicas e relatando como as instituições militares não franqueiam o acesso a fontes que na sua origem são públicas, mesmo quando há financiamento governamental para as pesquisas<sup>10</sup>. Citarei a seguir, dois pontos problemáticos que me fizeram mudar de ideia sobre o objeto da minha pesquisa.

Como discutirei mais adiante, Goffman (2013) afirma que quando um estranho nos é apresentado, por meio de seus atributos apresentáveis e com base nas categorizações que a sociedade estabelece, podemos criar uma expectativa normativa que prevê a categoria que o indivíduo pertence e a sua identidade social. Os observadores, a partir de suas experiências anteriores com indivíduos semelhantes, tendem inclusive, a aplicar ao observado estereótipos não comprovados. Durante algumas abordagens que sofri da PM nas ruas da cidade, policiais já haviam associado o meu estilo de cabelo (*dreadlocks*) ao consumo da substância ilícita maconha, demonstrando a carga pejorativa que tal atributo carrega aos olhos de alguns grupos sociais. Ademais, como afirmado ano de 2015 pela Sra. Terezinha Bottega, secretária municipal de Saúde da cidade de Santa Helena/PR, em um caso que era acusada da prática de racismo contra uma médica que também utilizava *dreadlocks*, “nossa

<sup>9</sup> CAMARGO; SOUZA; ROSA (2015a; 2015b; 2015c).

<sup>10</sup> Prof. Luis Antônio Francisco de Souza - Mesa Segurança Pública após Ditadura. 34’37”. Material retirado do site: <https://www.youtube.com/watch?v=axfTb2EUjJw&t=213s> acessado em 04 de agosto de 2017.

população não tem costume de ver isso (*dreadlocks*)”<sup>11</sup>. Digo isto porque como colocado por Berreman, as impressões que os atores sociais têm do pesquisador determinam o tipo e a validade dos dados que terá acesso, influenciando diretamente no grau de sucesso do seu trabalho, o pesquisador surge no campo, como um “intruso desconhecido, geralmente inesperado e frequentemente indesejado” (1980, p. 141).

Também não é a toa que assistimos nos últimos anos, uma tentativa de desmonte não só da sociologia, mas das ciências sociais como um todo – em 2016, ocorreu a tentativa da retirada da obrigatoriedade do ensino da sociologia no ensino médio, por meio da Medida Provisória nº 746/2016. Ao mesmo tempo, foram realizadas declarações de autoridades públicas subjugando a sociologia, como por exemplo, a fala do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckimin, que criticando as pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais, afirmou que apenas se produzem projetos acadêmicos sem nenhuma relevância<sup>12</sup>. O então Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, em entrevista, afirmou que o país precisa de menos pesquisas e mais equipamentos bélicos, uma vez que a seu ver, “tem especialista que nunca trabalhou em segurança pública, mas de alguma forma vira especialista, que cobra viagens internacionais para aprender não sei o quê<sup>13</sup>”.

Isto decorre, como afirmado por Pierre Bourdieu (1980), do fato da sociologia ser uma ciência que incomoda e de intervir em questões socialmente relevantes. Para o autor, a sociologia é capaz de trazer à luz coisas que estão ocultas e muitas vezes reprimidas. Ela é uma maneira de romper com as pré-noções e desmascarar formas de violência e dominação. A sociologia enquanto ciência ocupa uma tarefa importante, já que “uma das formas de se livrar de verdades perturbadoras é dizer que não são científicas, o que equivale dizer que elas são políticas, isto é, suscitadas pelo interesse e pela paixão, e portanto relativas e relativizáveis”. (BOURDIEU, 1980, p. 17). Neste sentido, uma vez que as verdades trazidas pela sociologia trazem coisas que muitos não querem ouvir, o fato do pesquisador apresenta-

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/secretaria-de-saude-de-cidade-no-parana-confirma-ter-falado-sobre-cheiro-de-dreads-de-medica-mas-para-protege-la-15684905.html>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/08/16/moraes-defende-menos-pesquisa-e-mais-equipamentos-belicos-em-novo-governo.htm>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

se como sociólogo, pode causar desconfiança, sobretudo em instituições fechadas, como são as militares.

Assim, devido a este grande distanciamento meu e das instituições militares, passei a procurar um objeto que fosse relevante no âmbito da segurança pública e ao mesmo tempo, que tivesse um acesso ao campo menos conflituoso. Neste momento, no primeiro semestre de 2016, período em que eu trabalhava como assessor de promotor de justiça no Ministério Público Estadual (MPPR), na cidade de Paranaguá/PR, iniciava-se a implementação no município das chamadas Audiências de Custódia, um “novo”<sup>14</sup> instituto no Sistema Justiça Criminal brasileiro que consiste, basicamente, na apresentação de toda pessoa presa em flagrante delito, no prazo de 24 horas, à autoridade judicial para que este analise a legalidade e necessidade da manutenção da prisão e ainda faça uma avaliação da abordagem policial, sobretudo no que diz respeito às práticas de maus tratos e tortura (PAIVA, 2015).

O que chamou minha atenção para este dispositivo não foi apenas o fato de ser algo inédito na prática do SJC, mas a maneira como este estava sendo idealizado. Ricardo Lewandowski, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), já havia afirmado em 2015 que o Paraná poderia economizar a quantia de R\$ 75 milhões de reais com a efetivação das audiências de custódia, que permitiria conceder a liberdade provisória para pessoas que, nas suas palavras, “não oferecem risco à sociedade”. Ao mesmo tempo, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Paulo Roberto Vasconcelos, afirmou que “toda a magistratura do Paraná está empenhada no projeto, pois com ele poderemos reduzir o numero de pessoas presas de forma injusta e acabar com a superlotação nos presídios<sup>15</sup>”, prometendo ainda, a construção de um complexo no Centro Judiciário do Ahú em Curitiba/PR, com a logística necessária para a implementação do projeto.

O CNJ disponibilizou em seu site um vídeo sensibilizador<sup>16</sup>, protagonizado pelo ator negro Vinicius Romão de Souza, no qual este relata que ficou preso 16 dias

---

<sup>14</sup> A palavra “novo” deve ser sempre problematizada, pois como será detalhado no próximo capítulo, apesar da implementação das audiências de custódia ocorrerem entre o final de 2015 e início de 2016, já existia previsão legal para a adoção do instituto desde 1992, ano em que o Brasil assinou a Convenção Americana de Direitos Humanos.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80037-parana-podera-economizar-r-75-milhoes-ao-ano-com-audiencia-de-custodia>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

pelo engano de uma vítima de roubo. Ao passo que o ator narra sua história e caminha por becos escuros, mostram-se no vídeo as frases: "todos os dias, milhares de pessoas são presas por suposto flagrante.", "a prisão é aplicada antes do julgamento em 72% dos casos na cidade do Rio de Janeiro.", "após o julgamento, apenas 40% dos casos levaram a uma condenação de prisão", "com as audiências de custódia, prisões são analisadas em 24h por um juiz, evitando equívocos e inibindo maus tratos", "a apresentação de um detido a um juiz evita a prisão de inocentes e a permanência no cárcere daqueles que lá não deveriam ficar".

Durante o início do ano de 2016, uma das primeiras notícias que aparecia no site de buscas Google, quando procurada a palavra-chave “audiência de custódia”, era uma página do site de notícias G1, noticiando que a “Audiência de custódia evitou a entrada de 8 mil nos presídios”<sup>17</sup>. Na notícia, a Juíza Gisele Souza do Estado do Espírito Santo afirmou que “o objetivo não é soltar as pessoas de maneira irresponsável e sem critérios, mas qualificar a porta de entrada dos presídios, dosar e avaliar quem deve entrar e também verificar se o preso não sofreu tortura no momento da prisão”. Em certa ocasião, enquanto conversava com um Promotor de Justiça criminal sobre o tema, apresentei a matéria e perguntei ao promotor como isso era possível e ele respondeu: “eu também não sei, pra mim não tem feito muita diferença”.

Se por um lado alguns operadores do Sistema de Justiça Criminal mostravam-se empolgados com a implementação das audiências de custódia e o espaço inovador que elas poderiam criar no campo do direito, setores mais conservadores destilavam críticas constantes. Pode-se citar como exemplo, a fala indignada de um policial militar do Estado de Rondônia que havia acabado de realizar uma prisão em flagrante, no início de 2016<sup>18</sup>:

Nosso trabalho agora não está servindo de nada (...) agora, infelizmente, aqui na nossa cidade estamos sendo regidos pela audiência de custódia (...) essa audiência ela é unicamente e exclusiva (...), pra saber como foi a abordagem policial (...) o que é debatido ali não é o que ele fez, os danos que ele causou, o crime que ele fez, é como foi a abordagem policial, como foi que o policial militar o abordou, pra onde ele foi levado, se ele sofreu agressão, se foi algemado (...) inclusive nesta audiência é orientado que ele nem seja algemado. (...) agora nós estamos algemados, porque eu não sei se um miserável desse aqui vai chegar lá e dizer que foi agredido. (...) Então se um

<sup>17</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/audiencia-de-custodia-evitou-entrada-de-8-mil-nos-presidios-entenda.html>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

<sup>18</sup> POLICIAL MILITAR FALA SOBRE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. 6’32”. Material retirado do site: [https://www.youtube.com/watch?v=6GrCDryGY\\_I&t=4s](https://www.youtube.com/watch?v=6GrCDryGY_I&t=4s). Acessado em 05 de agosto de 2017.

miserável desse se lesionada lá dentro da cela, eu não sei o que vai acontecer pra lá. Nós temos policiais já respondendo. E o pior que é sempre empurrado pra nós um crime de maior potencial, geralmente se fala logo em tortura, e quando se fala em tortura não é só a física, se ele chegar lá dizendo "ah me ameaçaram e não sei o que", nós ainda entramos em tortura psicológica, uma pena muito grave pra nós. Então é algo assim, que foi uma inversão de valor absurda, é algo que marcou na polícia (...) isso é um tratado internacional americano de lá não sei da onde, que isso é os direitos humano que não tem o que fazer, então pra frear o trabalho policial eles ficam pegando esses tratado de fora e pondo no Brasil. Só que eu não vejo ninguém, absolutamente ninguém, fazendo tratado pra saber como é que são as vítimas de ontem, se tiveram seus objetos devolvidos, se estão sofrendo algum tipo de trauma... isso aí normal, pros direitos humano isso aí é normal, o anormal é esse cidadão que tá aqui, que pra eles é vítima da sociedade opressora, a culpa somos de nós. O cidadão que trabalha, nós... nós que somos opressores, eles não [apontando para dentro da delegacia de polícia], eles são uns coitado (...). (Policial Militar).

Durante 2015 e o início de 2016 ocorreram muitas discussões e embates políticos e ideológicos acerca das audiências de custódia, os quais serão nos próximos capítulos melhor discutidos, já que o que pretende-se demonstrar aqui, preliminarmente, é que diferentes discursos problematizavam a temática, despertando minha curiosidade em compreender melhor o instituto e suas consequências no controle social exercido pelo SJC.

Percebi então que inexistia um consenso entre os operadores do SJC quanto as justificações teóricas e as implicações práticas do instituto. Ao mesmo tempo em que se afirmava ser um espaço capaz de reduzir as taxas de encarceramento e de se aprimorar o controle jurisdicional da prisão em flagrante, também apareciam discursos sustentando não apenas a sua inutilidade, mas a sua nocividade no trabalho das instituições penais.

Como a sede do MPPR em que eu trabalhava fica no mesmo prédio que o fórum criminal estadual da cidade de Paranaguá, durante o primeiro semestre de 2016 acompanhei algumas audiências de custódia para compreender seu funcionamento. Naquele momento, meu objetivo era realizar observações e entrevistas preliminares com os atores sociais para formular a problemática de pesquisa, uma vez que tal prática no âmbito da sociologia tem como função central, segundo cientista social Quivy, de “revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras.” (1992, p. 65).



Após a observação exploratória, que contemplou cerca de 12 audiências e algumas conversas informais com operadores, percebi que as audiências de custódia constituem um espaço privilegiado para a análise sociológica porque I. é um local onde logo após ter sido preso, o custodiado é colocado na presença imediata dos principais operadores do Sistema de Justiça Criminal (Promotor de Justiça, Juiz de Direito e Defensor Público ou Privado), para que interaja face a face com estes operadores e informe sobre circunstâncias pessoais e como ocorreu a sua prisão; II. é um espaço onde os operadores do SJC argumentam oralmente sobre o destino do custodiado – se deve ser colocado em liberdade ou mantido preso provisoriamente, justificando suas decisões; e III. é o momento em que os operadores do SJC verificam se ocorreram práticas abusivas por parte dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante e argumentam sobre a necessidade de se investigar ou não tais práticas. Em suma, as audiências de custódia constituem um ritual em que se concentram as principais atividades judiciais da fase administrativa da persecução penal, todas realizadas a partir do encontro face a face.

Por estas razões, iniciei o processo de pesquisa tentando compreender em que medida as audiências de custódia alcançam seus objetivos declarados. Para tanto, adotei como ponto de partida as concepções de autores do campo da sociologia e da antropologia como Émile Durkheim, Erving Goffman, Max Gluckman e David Garland de que só se deve compreender a punição por meio dos processos socioculturais que dão sentido às suas práticas. Desta forma, para que eu possa demonstrar os problemas estruturais das audiências de custódia, é necessário, sobretudo, que se analise amplamente como e em que profundidade este instituto está inserido no sistema social do país, em quais relações estão envolvidos os operadores e a clientela do SJC e como essas relações afetam e são afetadas pela estrutura de cada grupo social<sup>19</sup>.

Partindo desta premissa, objetivei mais especificamente por meio deste diagnóstico: I. Compreender a dinâmica prática das audiências de custódia; II. Apontar as diferenças entre as práticas reais e as determinações da Resolução nº 213/2015 do CNJ, que regulamentam as audiências; III. Descrever como os operadores do SJC tem interpretado esta nova prática judicial; IV. Compreender quais os elementos que

---

<sup>19</sup> Esta perspectiva foi adotada após a leitura do texto “Análise de uma situação social na Zululândia Moderna” do antropólogo Max Gluckman, que apesar de não falar diretamente da punição, traça reflexões acerca de como analisar micro situações sociais que acontecem no aqui e agora e suas conexões com sistemas estruturais maiores.

legitimam a segregação e a liberdade dos indivíduos, bem como as questões relacionadas a tortura; V. Localizar eventuais preconceitos morais, práticas discriminatórias e de segregação levadas a cabo pelo controle social exercido pelo SJC; e IV. Identificar os obstáculos a serem superados para uma melhor efetivação das audiências.

Como afirmado pela pesquisadora Laís Küler, em seu trabalho intitulado “audiências de custódia: ponto de inflexão no sistema de justiça criminal?” (2017), o trabalho etnográfico das interações face a face nas audiências de custódia pode contribuir para problematizar os limites do referido dispositivo, já que por mais que o instrumento possa ser utilizado para inserir outros pontos de vista, desconstruindo as narrativas policiais, o êxito dessa desconstrução pode depender além das características não visíveis dos custodiados (delito praticado, reincidência, emprego e residência fixa), as características visíveis do indivíduo, seja no primeiro filtro composto pelo trabalho policial, ou pelo segundo composto para atividade judicial.

Erving Goffman, teórico que é colocado como um dos elementares para a compreensão das questões levantadas nesta pesquisa, afirma em sua obra “Estigma” que quando normais (aqueles que correspondem às expectativas normativas) e estigmatizados encontram-se em presença imediata, sobretudo quando mantêm conversação, “ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentaram diretamente as causas e efeitos do estigma.” (2013, p. 23).

Com efeito, com base na bibliografia sobre o tema e nas entrevistas e observações exploratórias, percebi de imediato que a análise das interações face a face permite identificar quais os sentidos que os operadores do Sistema de Justiça Criminal agregam as audiências de custódia e então como estes estruturam suas ações por meio dos papéis sociais que assumem. Compreender estas relações nos faz identificar diversas relações socioculturais que perpassam o encarceramento e as violações de direitos humanos, nos fornecendo elementos para diagnosticar as audiências de custódia e o controle social exercido pelo SJC.

### I.III. ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA MICROSOCIOLOGIA DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA.

Os defensores das audiências de custódia - como por exemplo, o Defensor Público Caio Paiva (2016) - acreditam que um dos seus pontos fortes e inovadores para o processo penal é a possibilidade de se romper com a “fronteira do papel”. Antes da efetivação das audiências de custódia, como será melhor explicado no próximo capítulo, o juiz devia decidir sobre a necessidade em se deixar a pessoa presa em flagrante apenas com base com as informações presentes no Auto de Prisão em Flagrante. Com a instituição das audiências, o indivíduo após ser preso, deve ser colocado na presença imediata da autoridade judicial no prazo de 24 horas, para que essa questão seja decidida. Assim, nas palavras do Juiz Alexandre Moraes da Rosa:

Não se tratará mais do “criminoso” que imaginamos, mas sim do sujeito de carne e osso, com nome, sobrenome, idade e rosto. O impacto humano proporcionado pelo agente, em suas primeiras manifestações, poderá modificar a compreensão imaginária dos envolvidos no Processo Penal. As decisões, portanto, poderão ser tomadas com maiores informações sobre o agente, a conduta e a motivação<sup>20</sup>.

O sociólogo Erving Goffman nos fornece uma série de ferramentas metodológicas para se analisar como ocorrem as interações face a face e localizar o sentido das ações que se desenrolam nela e por causa dela. Em *a representação do eu na vida cotidiana* (2014), o autor nos propõe metaforizar as interações face a face como cenas teatrais em que os atores representam papéis em cenários específicos. Representar determinada imagem delineada do eu, implica em dois aspectos: o primeiro nível ocorre quando a representação é exitosa e os participantes aceitam o indivíduo como ator válido. Já o segundo nível está ligado a um caráter abstrato, pois para além das interações no aqui, agora, a apreciação da interação se difunde para o conjunto do grupo e o indivíduo passa a representar um coletivo que o ultrapassa.

O autor sustenta que as informações que os indivíduos possuem sobre os outros e as instituições, são capazes de definir as situações nos encontros face a face e a partir de então, planejar suas linhas de atuação. Desta forma, quando a pessoa encontra-se na presença de outras, por meio do controle de suas impressões buscará transmitir uma imagem específica.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-fev-13/limite-penal-afinal-quem-medo-audiencia-custodia-parte>. Acessado em 05 de agosto de 2017.

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem a baila a que já possuem. Estarão interessados na sua situação socioeconômica geral, no que pensa de si mesmo, na atitude a respeito deles, capacidade, confiança que merece, etc. Embora algumas destas informações pareçam ser procuradas quase como um fim em si mesmo, há comumente razões bem práticas para obtê-las. A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada. (GOFFMAN, 2014, p. 13).

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pedelhes para acreditarem que o personagem que veem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. (GOFFMAN, 2014, p. 29).

Esta microsociologia está focada na “classe de eventos que ocorrem durante e por causa da copresença. Os materiais comportamentais definitivos são as olhadelas, gestos, posicionamentos e enunciados verbais que as pessoas inserem na situação, intencionalmente ou não.” (GOFFMAN, 2011, p. 10.). Os objetivos são descrever as unidades de interação naturais, começando pelas menores possíveis – desde o movimento facial breve que um indivíduo pode fazer no jogo de expressar seu alinhamento com aquilo que está acontecendo – e terminando com acontecimentos de uma semana. Ao mesmo tempo, busca-se identificar a ordem normativa válida dentro e entre essas unidades, ou seja, a ordem comportamental encontrada em todos os lugares e povoados. (GOFFMAN, 2011, pp. 10-11).

Goffman coloca como metodologia da sua “sociologia das ocasiões” uma etnografia séria, onde se busca “identificar os incontáveis padrões e sequências naturais de comportamento que ocorrem sempre que pessoas entram na presença imediata de outras” (GOFFMAN, 2011, p. 10). Para o autor, o estudo adequado das interações face a face não é o indivíduo e sua psicologia, mas as relações sintáticas entre os atos de pessoas diferentes durante a copresença. Isto implica considerar que os indivíduos não agem de acordo com uma natureza humana, mas que estruturam suas ações de acordo com a ordem de interação que as situações sociais exigem<sup>21</sup>. Goffman exemplifica seu interesse sociológico com sua célebre frase: “não então, homens e seus momentos. Em vez disso, momentos e seus homens.” (GOFFMAN, 2011, p. 11).

---

<sup>21</sup> Cabe lembrar que a palavra *pessoa* é derivada da palavra grega *persona*, que significa *máscara*, ou ainda, *personagem*. Goffman utiliza em seu obra “*a representação do eu na vida cotidiana*”, a metáfora teatral para dar a ideia que as pessoas, durante as interações cotidianas, vestem máscaras específicas para a atuação de seus personagens em acordo com a ordenação das situações.

Neste sentido, “quando Goffman se interessa pelos comportamentos mais ínfimos, sua preocupação consiste em evidenciar as regras subjacentes que estruturam as interações sociais” (NIZET; RIGAUX, 2016, p. 47). Em outras palavras, o autor está interessado na ordem da interação, isto é, nas qualidades gerais que permitem aos estruturarem suas ações.

É interessante esclarecer uma controvérsia que se criou a respeito da teoria de Erving Goffman. Embora o sociólogo de origem canadense tenha sido aluno na *University of Chicago*, tendo acompanhado o curso de Blumer no ano de 1937, do qual se consolidou a corrente do interacionismo simbólico, sendo inegável esta contribuição em seus trabalhos, Goffman se afasta desta corrente na medida em que e se aproxima de Émile Durkheim, por interessar-se nas “estruturas” e “formas”, ou melhor dizendo, nos “modelos” que regem as interações sociais. Segundo Collins:

Seu ponto forte é a microsociologia, mas seu aparato teórico é a teoria durkheimiana dos rituais, mais do que a tradição americana do interacionismo simbólico. Goffman sempre destacou que a estrutura social em primeiro lugar, enquanto a consciência subjetiva é secundária e derivada da primeira; até mesmo sua teoria sobre os modos de apresentação do *self* enquanto um mito moderno segundo o qual as pessoas são obrigadas a representar, e não enquanto uma entidade subjetiva que as pessoas possuem de forma privada. (COLLINS, 2009, pp. 233-234).

Enquanto o interacionismo simbólico tem como pressuposto que toda situação social é única, o autor procura na vida cotidiana as formas nas quais as vidas se inserem e que geralmente aparecem como insignificantes para os próprios atores. (NIZET; RIGAUX, 2016). Em entrevista para Verhoeven, Erving Goffman chegou a criticar e demonstrar seu distanciamento com a referida corrente:

[O interacionismo simbólico] constitui um bom corretivo, em relação aos excessos da escola quantitativa. Porém, em si mesmo, ele não permite que vocês estruturem ou organizem as coisas reais que vocês estudam. Ele se opõe a qualquer sistema, a qualquer descoberta minimamente sistemática. É assim que eu vejo as coisas. Desse ponto de vista, ele constitui uma abordagem meramente crítica, uma abordagem bastante grosseira, que, em minha opinião, não pode levar a lugar algum. Eu não vejo como ele pode satisfazer vocês, a menos que não tenham a intenção de ser um crítico da sociologia, um crítico das outras formas de sociologia. E há pessoas que são analistas do que outras disseram na sociologia. Eu suponho que o interacionismo simbólico convenha perfeitamente para isso. Porém, para o trabalho de análise propriamente dito, quando vocês se põem a estudar algo, vocês se interessam em demonstrar que isso apresenta uma determinada organização, uma determinada estrutura. Do contrário, vocês provavelmente não terão descoberto nada (...). A tese [do interacionismo simbólico] é, talvez, a de que não existe modelo; ou melhor, de que os modelos surgem pelo fato de que as pessoas se

consideram mutuamente e se colocam umas em relação às outras. Entretanto, não há estrutura na maneira como elas são levadas a interferir na conduta das outras. Portanto, Blumer convém perfeitamente para fornecer uma perspectiva bastante ampla e geral sobre a ação social. Mas, ele não apresenta nada para a etapa seguinte, quando se trata de organizar coisas. Nesse sentido, ele me parece sem interesse. (NIZET; RIGAUX *apud* VERHOEVEN, 2016, p. 104).

Em “Formas elementares da vida religiosa”, Durkheim afirma que assim como não existe sociedade conhecida sem religião, de igual modo, inexiste sociedade em que não se encontre um sistema de representações coletivas relacionadas com a alma. (DUKHEIM, 2000, p. 343). A alma, considerada como sagrada, apresenta um caráter de imortalidade, em oposição ao corpo que é profano. A alma enquanto individual é “uma porção da alma coletiva do grupo; é a força anônima que está na base do culto, mas encarnada num indivíduo cuja personalidade assume; é o *mana* individualizado.” (DURKHEIM, 2000, p. 375).

Para Durkheim, a compreensão da noção da alma, nos ajuda na compreensão da constituição da personalidade, pois o primeiro conceito se refere à categoria universal enquanto a outra seria a incorporação deste “patrimônio coletivo”, que leva em conta ainda, a individualização. Neste sentido, o conceito de “social” não se opõe ao “individual”.

Forte nesta corrente de pensamento, Goffman considera que o rito transforma o indivíduo em uma “coisa sagrada”, sendo que o “respeito-próprio” e a “consideração” (exprimidos no *porte* e na *deferência*) constituem cerimônias onde se confirma este caráter de sacralidade. Retomando a diferenciação que Durkheim faz sobre as regras substanciais e cerimoniais, Goffman se mostra interessado especificamente na última destas, pois por de trás de uma aparente insignificância, permitem que os indivíduos expressem o valor que atribuem aos outros e a si mesmo. O termo ritual surge na teoria de Goffman, pois “ele representa, como ele mesmo observa, uma forma pela qual o indivíduo precisa proteger e projetar as implicações simbólicas de seus atos enquanto estiver na presença imediata de um objeto que tenha um valor especial para ele” (GOFFMAN, 2011, p. 60).

Para Goffman, a dupla regra fundamental de qualquer interação é a “consideração” e o “amor-próprio”. A categoria operacional *deferência* é definida por Goffman como um componente simbólico da atividade humana em que se expressa nas regras a consideração sobre o indivíduo ou sobre algo que ele é o símbolo, a extensão ou o agente. Já o *porte*, “é um elemento do comportamento cerimonial do indivíduo

comunicado através da postura, vestuário e aspecto, que serve para expressar àqueles na presença imediata dele que ele é uma pessoa de certas qualidades.” (GOFFMAN, 2014, p. 51). O *porte*, traduzido em “amor-próprio”, é o que Goffman chama de “não perder a fachada”, ou seja, o esforço em se representar uma imagem específica do eu.

Tomando as audiências de custódia como um ritual de interação face a face, é possível apreender por meio da análise etnográfica múltiplos valores e significados socioculturais que permitem e legitimam o atual quadro de encarceramento e inobservância de direitos fundamentais previstos na legislação brasileira e internacional, já que é um espaço onde se observa os operadores do SJC na presença imediata do preso articulando discursos, estabelecendo alianças e manejando conceitos e estereótipos para lidar com estas questões (KÜLER, 2017).

Neste estudo, o pensamento de Goffman é colocado em diálogo com outras teorias, como a sociologia da punição de David Garland (1993), que compreende o encarceramento e as práticas de tortura no interior das relações socioculturais, diretamente ligados nas configurações de valores, significados e emoções definidas como cultura em nossa sociedade. Assim, o processo de diagnosticar as audiências de custódia deve levar em consideração desde “as questões relativas aos procedimentos e às reflexões estritamente penológicas até outras não imediatamente relacionadas ao fenômeno, mas a ele vinculada.” (BODÊ DE MORAES, 2005, p. 83).

Observar como se dão as interações entre operadores e operados do SJC nas audiências de custódia permite identificar por meio dos padrões de comportamento (expressões verbais e não verbais, conscientes ou não), os valores socioculturais imbricados nos temas do encarceramento e da tortura em relação ao indivíduo que é colocado como objeto de análise. Ao mesmo tempo, entrevistas e conversas com operadores e presos em flagrante nos permite diagnosticar os efeitos das audiências de custódia, por meio dos sentidos que estruturam as ações dos seus operadores. A par disso, contamos também com alguns dados secundários que serão detalhados mais a diante.

Por fim, é necessário esclarecer que não tenho a pretensão de apresentar uma teoria universal sobre as audiências de custódia e seus temas vinculados como a punição e a tortura. Pelo contrário, este estudo considera que as regras estruturantes não são postulantes universais, mas “metas específicas do encontro social em andamento e

específicas também das identidades institucionais que os participantes tornam relevantes ao construir esta interação que se desenrola aqui, agora.” (GARCEZ, 2002, p. 58).

Desta maneira, assumo também como pressuposto que a ordem social e a produção de sentido são geradas localmente, não sendo possível realizar generalizações *a priori* do trabalho de campo, daí resultando a necessidade em se estudar os fenômenos naturais, isto é, aqueles que variam de um contexto para outro (COULON, 1995). Entretanto, embora o presente trabalho esteja limitado à análise das relações que ocorrem na cidade de Paranaguá/PR, tentarei especificar suas relações com o sistema enquanto um todo, pois creio que algumas das regularidades encontradas nesta esfera micro se assemelhem com o restante do país. Desta forma, longe de realizar um trabalho comparativo, utiliza-se aqui pesquisas realizadas em outras cidades com o objetivo de se desenvolverem analogias com contextos mais amplos.

#### I.IV. A EXPERIÊNCIA DE CAMPO.

A escolha pelo fórum de Paranaguá/PR para se realizar a pesquisa não ocorreu aleatoriamente, mas por motivos específicos. Primeiramente, o motivo que levou a escolha da cidade é de que a maioria dos trabalhos empíricos até agora realizadas sobre audiências de custódia, embora constituam referencial bibliográfico indispensável sobre o tema<sup>22</sup>, limitam-se a analisar as cidades capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, as quais dispõem, por exemplo, de centrais de audiência de custódia<sup>23</sup>, entre outros mecanismos estruturais utilizados para o aperfeiçoamento das audiências, como profissionais designados apenas para essas práticas, o que implica em diferenças drásticas nas práticas judiciais, como será demonstrando no capítulo III.

Para além das diferenças de estrutura administrativa entre os fóruns das cidades do interior e das capitais de estado, Nils Christie (2013) ao apresentar a “geografia penal” (que para ele constitui um dos ramos da criminologia), assinala que cada território, ainda que compartilhe diversos elementos culturais com outros, como por exemplo, a mesma mídia ou a mesma relação com o dinheiro, podem apresentar

---

<sup>22</sup> Alguns deles são: KÜLER, 2017; IDD, 2016; CONECTAS, 2017; DEPEN, 2016; DPERJ, 2016; CNJ, 2016.

<sup>23</sup> Conforme o artigo 2º da Instrução Normativa nº 3/2016, do Tribunal de Justiça do Paraná, “com exceção do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, onde foi criada Central de Audiência de Custódia, cada vara criminal será responsável pela realização das audiências de custódia, durante o horário normal de expediente forense, apenas como mais um ato processual, devendo, para tanto, o magistrado adequar a sua pauta”.



enormes variações estatísticas em relação ao encarceramento. Para o autor não há explicação simples para estas diferenças, a não ser abordagens que considerem a dimensão geográfica e cultural dos locais, uma vez que as prisões constituem “símbolos culturais”. Assim, embora eu considere que os estudos sobre capitais de estado não sirvam *a priori* para explicar as implicações das audiências de custódia em municípios menores como Paranaguá/PR, além de servirem de inspiração para esta pesquisa, como já afirmei, os utilizarei de maneira comparativa, demonstrando aproximações e distanciamentos entre estas diferentes realidades.

Outro fator é que durante o início da pesquisa eu já trabalhava há cerca de quatro anos no Ministério Público desta cidade, o qual fica no interior do fórum de justiça estadual, o que certamente favoreceu para que esta pesquisa fosse realizada, já que eu conhecia a maioria dos funcionários do fórum (equipe de segurança, serventes, estagiários e servidores do TJ e MP, juízes e promotores de justiça) e me era permitido transitar livremente por todos os corredores, ao contrário do que acontece com visitantes. Trabalhar na promotoria de justiça, me permitia que eu pudesse conversar pelos corredores e gabinetes do fórum não só com os Promotores que atuam nas audiências de custódia, mas também com toda a equipe do fórum, desde os policiais que fazem a segurança, os estagiários, assessores, juízes e defensores públicos, já que convivíamos e trabalhávamos juntos diariamente naquele local.

Ademais, as duas únicas varas criminais estaduais da cidade ficam concentradas neste fórum, de modo que todas as audiências ocorrem nele. Normalmente, as audiências ocorrem após as 16h00 e sempre um estagiário do TJ é enviado ao Ministério Público para chamar o Promotor de Justiça para audiência, assim, eu havia combinado com os estagiários que também me chamassem neste momento, para que eu pudesse assistir diariamente as audiências.

O primeiro passo foi ter acesso aos Autos de Prisão em Flagrante (APF), pois quando uma pessoa é presa em flagrante (em uma das situações do art. 302 do código de processo penal - CPP)<sup>24</sup> e é apresentada à autoridade policial, esta lavra o APF - com base nos arts. 301 e 304 do CPP. O documento contém diversas informações quanto à

---

<sup>24</sup> Art. 302 do CPP. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

ocorrência do crime: qualificação completa do autor, data, hora e local do crime, interrogatório, termo de declarações, etc.

Em Paranaguá/PR, após lavrado, o delegado de polícia envia o APF ao fórum, que recebe em seu cartório distribuidor e por meio de um sorteio, distribui o APF entre 1ª e a 2ª Vara criminal. Após definida a competência para a análise do caso, o juiz correspondente à vara analisa os autos e marca a audiência de custódia. Após a realização da audiência, sua ata é juntada ao APF, que fica armazenado digitalmente no sistema PROJUDI, juntamente com a gravação audiovisual da audiência. Analisar estes documentos foram importantes porque a partir deles pude mapear alguns traços do perfil socioeconômico dos custodiados, além de poder analisar com mais profundidade cada caso apresentado em audiência de custódia.

Entretanto, o acesso a tais documentos não foi fácil frente aos incontáveis obstáculos burocráticos existentes. Em um primeiro momento, tentei realizar a consulta dos documentos por meio do sistema eletrônico PROJUDI, entretanto, o campo “consulta pública”, apenas abrange os cartórios cíveis. De imediato, me dirigi a um dos cartórios criminais e os funcionários não souberam me responder como ter acesso aos autos virtuais, sugerindo que eu ligasse ao Tribunal de Justiça. Por telefone, ao me apresentar como pesquisador e relatar que não conseguia ter acesso aos documentos pelo PROJUDI, me foi respondido que “os documentos são públicos, mas suas consultas não são.”

Sem outra opção, a alternativa que encontrei foi formalizar um pedido aos juízes de cada vara, explicando minhas pretensões, para que me fosse fornecido diariamente pelos seus assessores o número de registro dos APFs, para então, por meio do meu cadastro no PROJUDI enquanto servidor no Ministério Público, realizar a consulta. Conversei com os assessores dos juízes para marcar uma conversa com eles. Não houve nenhum obstáculo colocado pelos juízes, que foram todos solícitos me recebendo em seus gabinetes. Durante esta conversa inicial com os juízes, já fui informado que seguindo orientação do TJPR<sup>25</sup>, não são realizadas audiências durante o final de semana

---

<sup>25</sup> A orientação é regulamentada na resolução 3/2016 do TJPR, da seguinte forma: Art. 5º Os autos de prisões em flagrante que tenham a comunicação efetuada nos finais de semana e feriados, cuja audiência não possa ser realizada nesta ocasião, serão encaminhados pela autoridade policial ao juiz de plantão que justificando a impossibilidade de realizá-la, decidirá nos termos do art. 310 do CPP e determinará a distribuição à vara competente após encerrado o plantão judiciário para concretização dos demais termos da audiência de custódia; Art. 7º Fica dispensada a apresentação da pessoa detida nos casos de soltura já

e durante os dias uteis, são apenas realizadas audiências de custódia para as pessoas que vão ficar presas. Um deles chegou a dizer: “eu acho a ideia é boa. Mas isto foi imposto de cima para baixo. Não temos estrutura para tanto”.

Após a permissão formalizada, todos os dias, por volta das 16h30, eu me dirigia aos gabinetes dos juízes para verificar se naquele dia ocorreria audiência de custódia e já solicitava o número de registro do APF para analisa-lo. Geralmente, quando o estagiário do juiz ia ao MP avisar o promotor, ele fazia isso antes do preso entrar na sala de audiência. Assim, na maioria das vezes, eu entrava na sala de audiência antes da chegada do preso e podia acompanhar as conversas entre juiz, promotor e defensor (público ou privado, mas em sua esmagadora maioria, público). Após o preso ser retirado da sala, eu permanecia até a saída dos operadores, o que permitiu analisar os bastidores das audiências, isto é, os espaços onde os atores podem contradizer as impressões dadas durante as representações (GOFFMAN, 2014). Após ter feito amizade com um dos defensores públicos, este já sabendo da minha pesquisa, me convidava para ir até a cela do fórum, antes e depois das audiências, assim, também pude etnografar essas interações entre preso e defensor, longe dos olhos do TJ, MP e policiais.

Outra técnica escolhida para a realização da pesquisa foram as entrevistas, já que elas permitem apreender a experiência dos outros e elucidar as suas condutas, “na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações” (POUPART, 2014, p. 215). Como as vezes era difícil conversar com os operadores do SJC entre uma audiência e outra, no início da pesquisa passei a convidá-los para realizarem entrevistas formais, com o fim de melhor compreender seus pontos de vista.

Certamente, como afirmaram Bourdieu, Chamboredon e Passeron “é, talvez, a maldição das ciências do homem, a de ter relação com um objeto que fala.” (2015, p. 56). Digo isto porque senti na prática que se as entrevistas constituem portas de acesso às realidades sociais, estas “não se deixam facilmente apreender, sendo transmitidas através do jogo e das questões das interações sociais que a relação de entrevista necessariamente implica” (POUPART, 2014, p. 215). Eu já havia realizado uma pesquisa formal com um Promotor de justiça, quando certo dia, a seguinte conversa

---

determinada pela autoridade policial, nos termos do art. 322 do CPP, ou pelo juiz na fase do art. 310 do CPP.

informal com um Promotor de Justiça foi determinante para a reformulação das estratégias de entrevistas:

**Eu:** As audiências de custódia foram criadas depois de uma disputa entre defensores e pessoas que não apoiam...

**Promotor de Justiça:** E tem alguém que defende essa bosta? Isso não serve para nada, se o policial quiser bater sem deixar marca ele faz. Ele pisa na barriga e não deixa marcas. É perca de tempo.

**Eu:** A defensoria pública sempre defendeu...

**Promotor de Justiça:** Eles defendem porque não estão aqui acompanhando a rotina das nossas audiências!

**Eu:** O Sr. gostaria de me fornecer uma entrevista sobre isso?

**Promotor de Justiça:** Não, né?! Eu não posso falar essas coisas...

Este fato me ensinou na prática, que nem sempre os atores sociais durante entrevistas formais irão relatar a verdade sobre o que pensam. Assim, a partir desta experiência de campo, passei a investir o máximo em conversas informais com os operadores do SJC, pelos corredores e gabinetes do fórum e realizar entrevistas formais como ultima ferramenta, isto é, quando surgiam questões que eu gostaria de extrair e não eram possíveis durante a “correria do dia a dia”. Apesar de suas limitações, acredito que a ferramenta da entrevista qualitativa ainda constitui “um dos melhores meios para apreender o sentido que os atores dão às suas condutas, a maneira como eles se representam o mundo e como eles vivem sua situação.” (POUPART, 2014, p. 217).

Ao todo, foram realizadas apenas quatro entrevistas formais, contando com um roteiro semi-estruturado e um gravador de áudio. Os demais relatos foram extraídos de inúmeras conversas informais, sejam quando eu estava interagindo diretamente na conversa ou apenas como observador do que era falado. Em relação às conversas informais, como não se sabia quando iriam acontecer, estas foram registradas de maneira improvisada, seja em meu diário de campo ou em folhas avulsas.

A pesquisa manteve o ritmo de acompanhamento diário durante os meses de novembro de 2016 a março de 2017<sup>26</sup>, momento em que sai do Ministério Público e passei a me dedicar exclusivamente ao mestrado. Como em 2017, ainda assistia a algumas aulas na cidade de Curitiba/PR, a partir deste mês, passei a ir ao fórum apenas nas sextas-feiras. Para readequar minha pesquisa, tive que formalizar outro pedido, em

---

<sup>26</sup> Algumas entrevistas foram realizadas antes do acompanhamento das audiências, de modo que o meu campo de pesquisa iniciou em fevereiro de 2016.

que solicitava que me fosse fornecido mensalmente pelos cartórios os números de registros de todas as audiências de custódia que foram realizadas no mês. Assim, embora não pudesse mais estar presente em todas as audiências, assistia às gravações das audiências para verificá-las. Durante todo este processo, foram assistidas cerca de sessenta audiências.

Além da investigação realizada no interior do Fórum de Justiça, optei por coletar o máximo de material sobre o assunto, sistematizando-os e depois os analisando em conjunto com os dados anteriormente citados. Assim, durante o presente texto, serão citados eventos científicos em que estive, reportagens em jornais impressos, onlines e televisivos, bem como, vídeos e notícias retiradas da internet, incluindo mensagens e imagens que circulam em grupos de WhatsApp de policiais militares.

Sobre esta última fonte, como afirmou o pesquisador Diego Oliva em sua brilhante tese (N)ETnográfica sobre a tática black bloc, se o trabalho etnográfico é constituído por uma descrição sobre unidades culturais, a etnografia virtual constitui uma “possibilidade metodológica de aproximação e investigação de práticas discursivas, relações e interações sociais que, apesar de se concretizarem fora do espaço virtual, tem também uma articulação muito profunda com o ciberespaço”. (2016, p. 43).

No aplicativo WhatsApp é comum que policiais militares criem grupos constituídos apenas por PMs, onde trocam conversas, imagens, áudios e vídeos sobre assuntos de interesse comum. A maioria das mensagens que circulam nestes grupos envolvem questões relativas à violência e à segurança pública, e vão desde imagens de humor até fotos e vídeos de execuções e tortura. Decidi usar esse tipo de material, que inclui Memes<sup>27</sup>, porque ele constitui uma autêntica forma de representação da sociedade, isto é, um relato sobre um aspecto da vida social<sup>28</sup>. Desta feita, solicitei que

---

<sup>27</sup> Segundo o site Infoescola.com, “o denominado Meme é um termo criado pelo escritor Richard Dawkins, em seu livro *The Selfish Gene* (O Gene Egoísta, lançado em 1976), cujo significado é um composto de informações que podem se multiplicar entre os cérebros ou em determinados locais como, livros. A síntese de seu livro é sobre o meme, considerado uma evolução cultural, capaz de se propagar. O Meme pode ser considerado uma ideia, um conceito, sons ou qualquer outra informação que possa ser transmitida rapidamente. Apenas a título de curiosidade, o estudo deste conceito é chamado de memética. Em referência ao campo da informática, a expressão Memes de Internet é utilizada para caracterizar uma ideia ou conceito, que se difundiu através da web rapidamente. O Meme pode ser uma frase, link, vídeo, site, imagem entre outros, os quais se espalham por intermédio de e-mails, blogs, sites de notícia, redes sociais e demais fontes de informação”.

<sup>28</sup> “(...) a experiência social de tipo face a face é limitada pelas relações sociais, a situação na sociedade, os recursos econômicos, a localização geográfica. Podemos nos virar com esse conhecimento limitado, mas, em sociedades modernas, precisamos conhecer mais do que aprendemos com a experiência pessoal.

três amigos policiais militares me servissem de informantes e me enviassem todas as mensagens que circulam em grupos de PMs sobre as audiências de custódia, na tentativa de localizar algumas opiniões destes agentes sobre o instituto.

Desta forma, a presente pesquisa, com o intuito de identificar a multiplicidade de elementos socioculturais que perpassam a punição e a violência policial, foi elaborada a partir de uma coleta quase que irrestrita de informações sobre as audiências de custódia, que posteriormente foram sistematizadas e analisadas à luz das teorias sociológicas.

#### I.V. O NECESSÁRIO ESTRANHAMENTO AO OBJETO.

*"É necessário sair da ilha para ver a ilha, não nos vemos se não saímos de nós." — José Saramago.*

Definido o objeto, objetivos e metodologia da pesquisa, surgia um novo problema – se por um lado, eu havia desistido da minha pesquisa sobre drogas e policiais militares devido a minha grande distância em relação à instituição, agora eu estava em um campo no qual eu já estava imerso por trabalhar naquele local.

Certamente, um dos exercícios que mais marcou esta pesquisa foi o relativo ao distanciamento necessário para a compreensão da realidade social. A todo momento em que eu estava trabalhando no Ministério Público eu estava em campo, assim, a maioria das pessoas entrevistadas eram minhas colegas de trabalho, a qual eu convivia diariamente. E não apenas isso, enquanto ocupante do cargo de Assessor de Promotor de Justiça eu era obrigado a reproduzir as opiniões destes operadores durante meu trabalho, no melhor estilo *ghost writer* judicial<sup>29</sup>.

Assim, por estar junto aos atores vivenciando e participando dos fenômenos sociais, tentei ao máximo me afastar das pré-noções que eu já tinha sobre o tema, tentando localizar no campo coisas que de tão evidente ninguém lhe prestava atenção, como a estrutura da sala de audiências, a forma como os operadores interagem entre si e com os custodiados e a linguagem jurídica.

---

Precisamos – ou pelo menos queremos – saber sobre outras pessoas e lugares, outras situações. Outras épocas. Outros estilos de vida, outras possibilidades, outras oportunidades. Assim, procuramos representações da sociedade em que outras pessoas nos falam sobre todas essas situações, lugares, e épocas que não conhecemos em primeira mão, mas sobre os quais gostaríamos de saber”. (BECKER, 2009, p. 18).

<sup>29</sup> Neste sentido o texto “Assessores e estagiários: de bodes expiatórios a *ghost writers* judiciais” do Jurista Alexandre Moraes da Rosa. Disponível vem: <http://www.conjur.com.br/2016-abr-30/diario-classe-assessores-estagiarios-bodes-expiatorios-ghost-writers-judiciais>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

O exercício de “objetivar minhas subjetividades” teve maior impacto quando em março de 2017 eu saí do MP e continuei a assistir as audiências de custódia. A partir deste momento, ficou muito perceptível para mim que quando estamos de fora da instituição, percebemos coisas que quem está dentro não percebe, não porque não queiram, mas porque não conseguem. Após a saída da instituição, eu não tinha mais a obrigação de sustentar uma posição de servidor, o que me permitiu compreender como a instituição interage com as pessoas que estão fora delas. Esta obra, inclusive, foi escrita após minha saída da instituição, o que permitiu um melhor distanciamento do campo.

Por fim, é necessário esclarecer que pelo fato da cidade de Paranaguá/PR se tratar de um pequeno município, com o intuito de dificultar a identificação dos profissionais aqui citados, todos foram referenciados na posição masculina, já que a maior parte dos operadores judiciais que atuavam no fórum durante a pesquisa eram mulheres<sup>30</sup>. Devido ao fato desta pesquisa não focar nas relações de gênero que ocorrem durante as audiências de custódia, como um dever ético para com os entrevistados e observados durante a etnografia optei por esta estratégia, ainda que ela possa trazer implicações limitadoras para a pesquisa. Ainda assim, acredito que outras pesquisas que foquem nestas relações aqui ignoradas, possam complexificar o tema, contribuindo para uma compreensão mais ampla sobre o SJC.

---

<sup>30</sup> Existe apenas uma exceção, ocorrida quando presenciei pela primeira vez uma mulher ser apresentada em uma audiência de custódia. Nesta situação, a custodiada relatou para a promotora, juíza e defensora pública presentes uma violência praticada por uma policial também mulher, que visivelmente perpassa uma relação de gênero. Neste caso, as referências femininas foram mantidas.

## II. UMA NOVA REFORMA ANUNCIADA: A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.

No ano de 1909, após uma grande reforma em um asilo-manicômio, era inaugurada a primeira penitenciária do Estado do Paraná, a famosa penitenciária do Ahú. O local, que contemplava 52 vagas, era ocupado por 55 detentos, apresentando já em sua gênese um *déficit* de vagas. Sua primeira ampliação, ocorrida em 1928, expandiu o número de vagas para 92, entretanto, nesta altura, já abrigava 122 presos. (BODÊ DE MORAES, 2005).

Mais de cem anos depois da inauguração da sua primeira penitenciária, contando com 35 unidades prisionais, o Paraná, no ano de 2014, contava com 28.702 pessoas presas, ocupando o 5º lugar no ranking de estados do Brasil com maior população carcerária. Isto significa que, o Estado possuía uma taxa de 259 pessoas presas a cada 100 mil habitantes. Sobre as características destas pessoas encarceradas, sabe-se que 54% estão entre a faixa dos 18 aos 29 anos e 63% deles não completaram o ensino fundamental (INFOPEN, 2014).

Os dados referentes ao Paraná não destoam dos demais Estados da união. O relatório publicado pelo INFOPEN (levantamento oficial de informações penitenciárias) do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ) no ano de 2014, tornou público que o Brasil, naquele ano, ao mesmo tempo que contemplava 371.884 vagas no sistema prisional, ostentava 622.202 pessoas presas, ou seja, um déficit de 250.318 vagas.

Desde os anos noventa, o Brasil tem observado a rápida expansão da sua população carcerária. Do ano de 1990 a 2014, houve um aumento de 575% de pessoas presas no país. Segundo a pesquisa, a partir do ano 2000, a massa carcerária teve uma média de crescimento 7% ao ano, “totalizando um crescimento de 161%, valor dez vezes maior que o crescimento do total da população brasileira, que apresentou aumento de apenas 16% no período” (INFOPEN, 2014, p. 15).

O quadro parece ainda mais caótico, quando se direciona o olhar para a quantidade de pessoas presas provisoriamente. Do total de pessoas encarceradas em 2014 no Brasil, 41% ainda não tinham sido condenados pela justiça criminal. Especificamente no Paraná, a cifra é ainda maior, correspondendo a 49%.

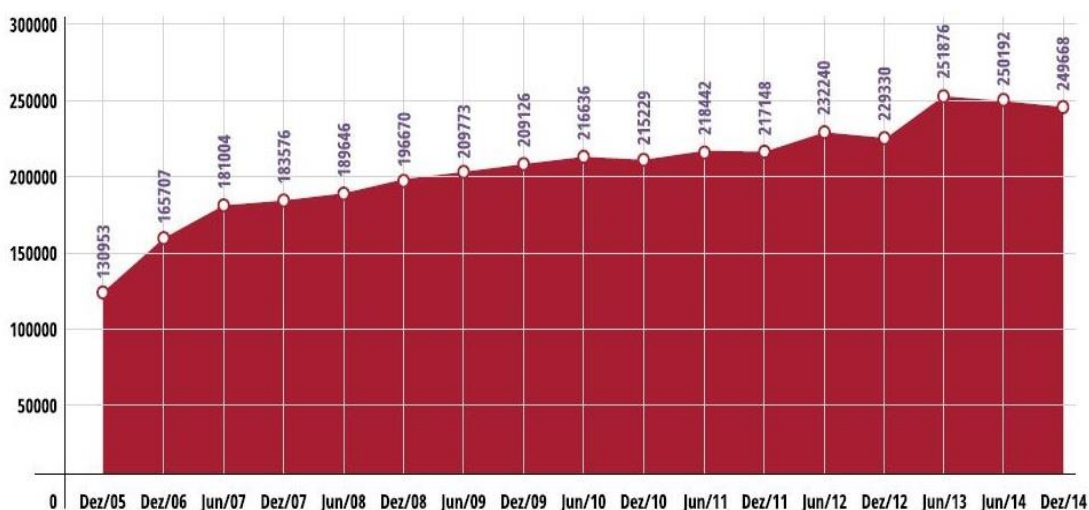


Na cidade de Paranaguá/PR, município escolhido para a realização desta pesquisa, a superlotação carcerária também salta aos olhos, segundo os relatórios de vistoria realizados pelo Ministério Público, no ano de 2016, a delegacia de polícia civil da cidade, que contrariando a Lei de Execuções Penais, também funciona como cadeia pública local, tendo capacidade para apenas 27 presos, em janeiro abrigava 95 detentos, chegando a lotação máxima de 122 pessoas encarceradas, no mês de outubro daquele ano. Destas 122 pessoas, 112 delas eram provisórias, porquanto apenas 12 estavam de fato, cumprindo pena.

Devido este intenso fluxo de encarceramento, presente nos níveis micro e macro do território nacional, diversas tensões passaram a serem colocadas para que o quadro fosse revertido. Após muita discussão, em 2011 foi promulgada a Lei Federal 12.403, conhecida como “lei das cautelares”, que alterou o Código de Processo Penal e passou a obrigar que o juiz de direito só converta a prisão em flagrante em prisão provisória apenas quando não for possível conceder a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares diversas da prisão. No entanto, conforme o gráfico abaixo, pode-se visualizar que mesmo após a promulgação da lei, houve um crescimento nas prisões provisórias:

FIGURA 1 – CRESCIMENTO DAS PRISÕES PROVISÓRIAS NO BRASIL.

#### CRESCIMENTO DAS PRISÕES PROVISÓRIAS NO BRASIL



FONTE: Conectas Direitos Humanos, 2017, p. 6.

Assim, embora a “lei das cautelares” represente um avanço no sentido de potencializar o desencarceramento, segundo o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDD) a legislação “não apresentou os efeitos esperados e, a partir de então, identificou-

se a necessidade de discussão das condições estruturais e processuais que contribuíam com a cultura do encarceramento.” (2016, p. 06).

Neste contexto, organizações passaram a realizar ativismo social e judicial de enfrentamento à cultura do encarceramento<sup>31</sup>, à exemplo da Rede de Justiça Criminal<sup>32</sup>, que começou a apoiar e trabalhar no aprimoramento do Projeto de Lei do Senado nº 554/2011, que tem por objetivo instituir as audiências de custódia no Brasil, com o intuito de que toda pessoa presa seja sem demora apresentada à uma autoridade judicial. Alguns anos depois, em 2014, a Defensoria Pública da União ingressou com uma Ação civil Pública para que a União implantasse a audiência de custódia em todo território nacional. Segundo o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania:

Aposta-se, com esse novo instituto, na possibilidade de que o contato direto e precoce dos magistrados com os custodiados contribua para humanizar as decisões judiciais, reduzir a taxa – altíssima no Brasil – de conversão do flagrante em prisão provisória e permitir a verificação da materialidade de eventuais agressões perpetradas pela polícia. Outro propósito da iniciativa é promover o direito de defesa na etapa anterior ao processo – que é praticamente nulo na tramitação normal das ações penais, sobretudo quando os acusados não têm condições de pagar advogado. Para isso, criou-se a obrigatoriedade, nas audiências, da presença de um(a) defensor(a), seja ele(a) público(a) ou particular. (CESEC, 2016a, p. 06).

Para o defensor público Caio Paiva (2016), três são as principais finalidades das audiências de custódia. A primeira delas é ajustar o processo penal brasileiro aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, pois embora elas tenham sido implementadas no Brasil apenas no ano de 2015, desde 1992, ano em que o Brasil ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos – CADH (Pacto de São José da Costa Rica), a sua realização é uma exigência legal de caráter supraconstitucional<sup>33</sup>.

Paiva (2016) cita como exemplo, ao menos três tratados internacionais que exigem o instituto. O primeiro deles e o que mais se adequa ao Brasil é a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), a qual prevê no seu artigo 7.5, que “toda

---

<sup>31</sup> Segundo o CNJ (2016), “essa cultura se instalou entre todos nós e está arraigada na forma como agem os atores da justiça criminal. Ela contamina o pensamento de todos os setores da sociedade, que têm dificuldade de perceber que a prisão, isoladamente, não resolve o problema da criminalidade. Mais presos, mais presídios e mais prisões não estão trazendo a segurança que todos desejam” (2016, p. 13).

<sup>32</sup> A Rede Justiça Criminal é composta por: ARP, Conectas Direitos Humanos, IDDD, DDH, Instituto Sou da Paz, ITTC e Justiça Global.

<sup>33</sup> Segundo o art. 5. § 3º, da Constituição Federal, “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais (...)”. Já o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) em seu art. 9.3, exige que “qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais (...)”. Do mesmo modo, a convenção Europeia de Direitos Humanos, em seu art. 5.3, garante que “qualquer pessoa presa ou detida nas condições previstas no parágrafo 1, alínea c), do presente artigo deve ser apresentada imediatamente a um juiz ou outro magistrado habilitado pela lei para exercer funções judiciais (...)”.

Embora o termo “audiência de custódia”<sup>34</sup> não encontre correspondência no direito comparado (PAIVA, 2016), 28 dos 35 países que integram as Organizações dos Estados Americanos (OEA), já se adequaram às exigências de normas internacionais em relação ao controle judicial imediato da prisão em flagrante, a exemplo:

Na Argentina, o preso deve ser apresentando a uma autoridade judicial no prazo de seis horas depois de detido caso não haja ordem judicial, conforme prevê o Código de Processo Penal Federal;

No Chile, em se tratando de flagrante, a apresentação deve ser feita em 12 horas a um promotor, que poderá decidir pela soltura ou pela apresentação, em 24 horas, a um juiz, também conforme o Código de Processo Penal;

Na Colômbia, pelo Código de Processo Penal, a pessoa presa em flagrante deve ser levada a juízo em, no máximo, 36 horas;

No México, para a maioria dos tipos penais, pessoas detidas em flagrante precisam ser entregues imediatamente aos promotores, que, por sua vez, devam apresentar os suspeitos a um juiz no prazo de 48 horas ou liberá-los. (DEPEN, 2016, pp. 17-18).

A segunda finalidade da audiência de custódia está relacionada com a prevenção da tortura policial<sup>35</sup>. Conforme a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o simples conhecimento por parte da autoridade judiciária de que uma pessoa foi presa não satisfaz a garantia do direito à integridade pessoal, uma vez que a

<sup>34</sup> Os nomes dados a este tipo de audiência variam, podendo serem chamadas de “audiência de apresentação”, ou ainda, “audiência de garantia”. Opta-se por utilizar o termo “audiência de custódia”, pois este foi adotado pela imprensa brasileira e pelas instituições públicas.

<sup>35</sup> No Brasil, o crime de tortura é previsto na lei 9.455/97, e assim está tipificado: Art. 1º Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminoso; c) em razão de discriminação racial ou religiosa; II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena - reclusão, de dois a oito anos.

apresentação sem demora do preso ao juízo é capaz de revelar seu estado físico e mental ainda no “calor dos acontecimentos”.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu relatório final também reconheceu a necessidade da implementação das audiências de custódia, recomendando a sua criação “para garantia da apresentação pessoal do preso à autoridade judiciária em até 24 horas após o ato da prisão em flagrante, em consonância com o art. 7º da CADH, à qual o Brasil se vinculou em 1992.” (PAIVA, 2016, p. 36).

Neste sentido, para Caio Paiva, a apresentação imediata do preso em flagrante à uma autoridade judicial durante a audiência de custódia pode eliminar a violência policial praticada no momento da prisão e nas horas seguintes, já que os responsáveis pela prisão “terão prévia ciência de que qualquer alegação de tortura poderá ser levada imediatamente ao conhecimento da autoridade judicial, da Defesa e do Ministério Público, na realização da audiência de custódia.” (2016, p. 38).

A terceira finalidade da audiência de custódia é evitar prisões ilegais, arbitrárias ou, por qualquer motivo, desnecessárias. Conforme as regras do Código de Processo penal, “a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.” (art. 306). O §1º estipula que “em até 24 horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.” O artigo 310, então estipula o que o juiz deve fazer ao receber o auto de prisão em flagrante delito:

I - relaxar a prisão ilegal; II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

Segundo o defensor público, o Brasil adotou uma sistemática puramente cartorial, onde os operadores do Sistema de Justiça Criminal decidem sobre a liberdade dos cidadãos de forma asséptica, por meio do papel, sem ouvirem pessoalmente a pessoa presa, configurando uma prática burocrática “em que predomina a conversão do flagrante em prisão preventiva com base em elementos excessivamente abstratos, fomentando uma atividade decisória ‘em série’ e customizada.” (2016, p. 56).

Assim como Caio Paiva, os juristas Aury Lopes Junior e Alexandre Morais da Rosa acreditam que o encontro face-a-face sem demora com o preso é capaz de alterar as percepções dos operadores do SJC, na medida em que se “ultrapassa a barreira do papel”. No escrito “Afinal, quem tem medo da audiência de custódia?”<sup>36</sup>, os autores falam desta potencialidade:

Não raras vezes a notícia de um crime nos assusta e joga com o nosso imaginário. Se somos humanos, ao lermos um auto de prisão em flagrante ou uma denúncia descrevendo, por exemplo, a conduta de Paulo K., consistente em ter entrado numa casa, pela madrugada, para o fim de subtrair bens e, no seu percurso, ter sido flagrado pela moradora, senhora idosa, a qual desferiu dois tiros, sem que tivesse morrido, fugindo, na sequência do local do crime e, depois, preso pela polícia, teríamos que preencher as lacunas. Não lembraríamos de um rosto doce, respeitador, educado, mas sim de um sujeito que congrega em si os atributos do mal. Essa conduta humana (preencher os espaços desprovidos de informação) cria o que se denomina de efeito *priming*, ou seja, o efeito que a rede de associações de significantes opera individualmente sem que nos demos conta, fundados naquilo que acabamos de perceber, mesmo na ausência de informações do caso. Daí que a simples leitura da peça acusatória ou do auto de prisão em flagrante gera, aos metidos em processo penal, a antecipação de sentido.

Aí reside o primeiro passo fundamental para o acolhimento da audiência de custódia. Não se tratará mais do “criminoso” que imaginamos, mas sim do sujeito de carne e osso, com nome, sobrenome, idade e rosto. O impacto humano proporcionado pelo agente, em suas primeiras manifestações, poderá modificar a compreensão imaginária dos envolvidos no Processo Penal. As decisões, portanto, poderão ser tomadas com maiores informações sobre o agente, a conduta e a motivação.

Caio Paiva lembra ainda que a audiência de custódia contribui para a prevenção de desaparecimentos forçados e execuções sumárias, “tendo sido este, alias, o motivo que levou a Corte Interamericana a analisar pela primeira vez à apresentação imediata à autoridade judicial, no Julgamento do Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras, 1988” (2016, p. 40).

Considerando estas potencialidades das audiências de custódia, em fevereiro de 2015, após a publicação do Provimento Conjunto nº 03/2015, o Tribunal de Justiça de São Paulo, iniciou o “Projeto Audiência de Custódia.”<sup>37</sup>. Segundo o relatório elaborado pelo DEPEN (2016), configurou-se a partir de então um espaço de inovação, capaz de proporcionar o questionamento e a reformulação da velha lógica da política penal-

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-fev-13/limite-penal-afinal-quem-medo-audiencia-custodia-parte>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

<sup>37</sup> A bibliografia a respeito não é exata em apontar a data em que se realizou a primeira audiência de custódia no Brasil, pois embora muito se afirme que se tenha iniciado a prática após o Provimento 03/2015 em SP, conforme apurado pela Conectas Direitos Humanos, o juízo criminal da Vara de São Luís, no Maranhão, já realizava este procedimento alguns meses antes.

penitenciária, já que o Termo de Cooperação Técnica nº 007/2015 assinado entre o Ministério da Justiça (MJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDD) sedimentou as diretrizes gerais do “Projeto Audiências de Custódia” como finalidade da Política Nacional de Alternativas Penais (Portaria nº 495 de 28 de abril de 2016), que tem por eixo, entre outros elementos, o enfrentamento à cultura do encarceramento e o desenvolvimento de ações de sensibilização da sociedade e do SJC sobre agenda de alternativas penais e o custo social do aprisionamento em massa.

Como as audiências de custódia surgiram num contexto de ativismo social contra a cultura do encarceramento, os embates políticos sobre o tema tencionaram-se cada vez mais. Inicialmente, a Associação Paulista do Ministério Público ingressou mandado de segurança contra o projeto paulista alegando que a audiência é inconstitucional, pois altera o Código de Processo Penal e usurpa a competência privativa da União para legislar sobre o tema. A ação sequer teve seu mérito discutido, pois o TJSP reconheceu a inépcia da petição inicial, sepultando a iniciativa do órgão ministerial. Posteriormente, o Ministério Público veio a público divulgando nota onde afirma que a presença do MP nas audiências de custódia é não só conveniente, como também obrigatória “para que o ato não seja maculado e para que as garantias constitucionais sejam respeitadas”. (DEPEN, 2016, p. 20).

Em seguida, a Associação de Delegados de Polícia no Brasil impetrou a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 5240, afirmando que o TJSP não tem competência para criar um instituto que cria obrigações para a autoridade policial. A Procuradoria Geral da República, rejeitou as afirmações dos delegados de polícia e assim concluiu:

O Provimento Conjunto 3/2015 visa apenas a regulamentar tratados internacionais de direitos humanos devidamente incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, que passaram pela apreciação e aprovação do Congresso Nacional e da Presidência da República. A realização da audiência de custódia, portanto, é norma de nível legal vigente e (ao menos potencialmente) eficaz no Direito brasileiro. Não foi o provimento atacado que inovou no ordenamento jurídico. Conforme assinalou a Advocacia-Geral da União, a Presidência e a Corregedoria- Geral da Justiça do TJSP atuaram de acordo com a autonomia conferida pela Constituição da República aos tribunais para dispor sobre competência e funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos (art. 96, I, a, da CR).

(...)

A realização de audiência de custódia, com apresentação da pessoa presa a juiz até 24 horas após a prisão e participação do Ministério Público, da Defensoria Pública (quando necessário) e de advogado, é prática salutar no

contexto do sistema criminal e da segurança pública brasileira e possibilita tratamento humanizado do preso, de acordo com a metanorma da dignidade do ser humano. Cumpre, ademais, compromisso internacional antigo do país, que até hoje não foi honrado pelas instituições do sistema de justiça.

A ADI foi extinta pelo Supremo Tribunal Federal, tendo o ministro relator afirmado que as audiências de custódia “tem se revelado extremamente eficiente como forma de dar efetividade a um direito básico do preso, impedindo prisões ilegais e desnecessárias”.

Durante a pesquisa, tive contato com juízes, promotores e defensores públicos que realizam audiências de custódia na cidade de Curitiba/PR. Um dos juízes que pude entrevistar, participou da implementação das audiências na capital deste Estado e me informou que assim como São Paulo, o Paraná ainda em 2015 também iniciou um projeto piloto das audiências de custódia:

Em 2015, quando começaram as tratativas para a instalação da audiência de custódia, veio o representante do CNJ para cá e foram feitas uma série de reuniões e teve muita dificuldade para adesão. Nas reuniões, os juizes sempre muito resistentes, alguns não entendiam o que era, outros entendiam mas não queriam. Eu acabei me envolvendo no projeto não por convicção, mas por exclusão. Ninguém queria participar (...) e eu concordei que na minha vara fizesse o Projeto Piloto. (...) Os presos do 1º distrito policial da capital eram levados para fazer audiência de custódia na minha vara. A gente escolheu esse distrito porque centralizava num distrito só e por que é uma criminalidade urbana, o centro da cidade, onde tem muita ocorrência e não se tratava de uma delegacia especializada (...) demorou uns seis meses desde as tratativas até o início do projeto piloto. (Juiz de Direito de Curitiba/PR).

Durante as tratativas e o desenrolar do projeto piloto no Paraná, também houveram resistências quanto a implementação das audiências. Este juiz me relatou sobre estas tensões iniciais:

Quando vieram os juizes de São Paulo pra cá, para exporem suas experiências, parecia que eles vieram para cá só para falar do que dava errado. Percebia-se que eles estavam descontentes com aquele Projeto. (...) Antes de o projeto começar houve milhares de reuniões e todas elas ressaltando os problemas que iam acontecer, a dificuldade de operação e como era difícil... como era impossível... como não ia dar certo... (...) Eu dava muita palestra para tentar implementar e eles [juizes] só perguntavam das dificuldades, e mais que isso, queriam se convencer da impossibilidade de fazer, não viam sentido nenhum naquilo (...) tinham má vontade e não davam importância pra o que aquilo poderia representar - e eu acho que não representou - mas o que poderia, pois é um direito fundamental da pessoa, ser entrevistada por uma autoridade que vai analisar a situação do flagrante. (Juiz de Direito de Curitiba/PR).

Após alguns meses de desenvolvimento dos projetos pilotos da audiência de custódia, o Supremo Tribunal Federal, na Ação de Descumprimento de Preceito

Fundamental (ADPF) 347, a qual pedia providências para a crise prisional brasileira, determinou que as audiências de custódia fossem estendidas a todo o território nacional no prazo de 90 dias<sup>38</sup>, o que favoreceu a atuação do CNJ que então elaborou em dezembro de 2015, a resolução nº 213, determinando, em seu 1º artigo, que todas as pessoas presas em flagrante delito em território nacional, por qualquer motivo, sejam obrigatoriamente apresentadas em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade competente para ser ouvida, exclusivamente, sobre as circunstâncias em que se realizou a sua prisão. O art. 8º da Resolução resume em seus incisos e parágrafos como deve ser atividade do Juiz durante a audiência, dos quais destacamos:

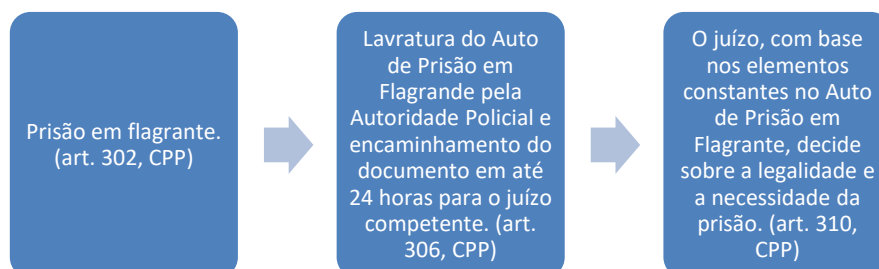
Art. 8º Na audiência de custódia, a autoridade judicial entrevistará a pessoa presa em flagrante, devendo: I - esclarecer o que é a audiência de custódia, ressaltando as questões a serem analisadas pela autoridade judicial; II - assegurar que a pessoa presa não esteja algemada, salvo em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, devendo a excepcionalidade ser justificada por escrito; III - dar ciência sobre seu direito de permanecer em silêncio; IV - questionar se lhe foi dada ciência e efetiva oportunidade de exercício dos direitos constitucionais inerentes à sua condição, particularmente o direito de consultar-se com advogado ou defensor público, o de ser atendido por médico e o de comunicar-se com seus familiares; V - indagar sobre as circunstâncias de sua prisão ou apreensão; VI - perguntar sobre o tratamento recebido em todos os locais por onde passou antes da apresentação à audiência, questionando sobre a ocorrência de tortura e maus tratos e adotando as providências cabíveis; VII - verificar se houve a realização de exame de corpo de delito, determinando sua realização nos casos em que: a) não tiver sido realizado; b) os registros se mostrarem insuficientes; c) a alegação de tortura e maus tratos referir-se a momento posterior ao exame realizado; d) o exame tiver sido realizado na presença de agente policial, observando-se a Recomendação CNJ 49/2014 quanto à formulação de quesitos ao perito; VIII - abster-se de formular perguntas com finalidade de produzir prova para a investigação ou ação penal relativas aos fatos objeto do auto de prisão em flagrante; IX - adotar as providências a seu cargo para sanar possíveis irregularidades; X - averiguar, por perguntas e visualmente, hipóteses de gravidez, existência de filhos ou dependentes sob cuidados da pessoa presa em flagrante delito, histórico de doença grave, incluídos os transtornos mentais e a dependência química, para analisar o cabimento de encaminhamento assistencial e da concessão da liberdade provisória, sem ou com a imposição de medida cautelar. § 1º Após a oitiva da pessoa presa em flagrante delito, o juiz deferirá ao Ministério Público e à defesa técnica, nesta ordem, reperguntas compatíveis com a natureza do ato, devendo indeferir as perguntas relativas ao mérito dos fatos que possam constituir eventual imputação, permitindo-lhes, em seguida, requerer: I - o relaxamento da prisão em flagrante; II - a concessão da liberdade provisória sem ou com aplicação de medida cautelar diversa da prisão; III - a decretação de prisão preventiva; IV - a adoção de outras medidas necessárias à preservação de direitos da pessoa presa. (...)

<sup>38</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=299385>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

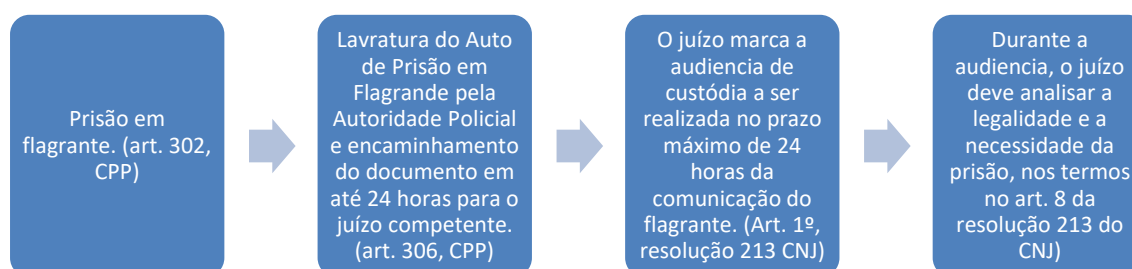


O seguinte infográfico ilustra a diferença da *práxis* judiciária entre o antes e depois das audiências de custódia. Note-se que o prazo total para uma pessoa ser apresentada na audiência de custódia é 48 horas e não 24:

Antes:



Depois:



Após a promulgação da resolução 213 do CNJ, as capitais e cidades de maior porte populacional se viram obrigadas a realizarem as audiências de custódia e cada Tribunal de Justiça passou então, a produzir sua instrução normativa interna, tendo o TJPR publicado o seu em março de 2016 (instrução normativa nº 3/2016)<sup>39</sup>. Estas resoluções são importantes pois nelas foram incluídos mecanismos de gestão do direito à audiência de custódia, os quais serão analisados no próximo capítulo, devido suas consequências empíricas em Paranaguá/PR.

Interessante comentar um fato: Na cidade de Curitiba, criou-se uma Central de Audiência de custódia, espaço onde se concentram todas as audiências da capital. O curioso é que ela foi construída no mesmo local da antiga penitenciária do Ahú, primeiro presídio do Estado que foi citado nos primeiros parágrafos deste capítulo. O local atualmente conta com salas para audiências, recepção do custodiando, assistência social, de medidas e penas alternativas e de monitoramento eletrônico, gabinetes para promotores, magistrados, advogados, defensores públicos, psicólogos e assistentes

<sup>39</sup> O art. 14 da resolução 213 do CNJ assim aduz: “Os tribunais expedirão os atos necessários e auxiliarão os juízes no cumprimento desta Resolução, em consideração à realidade local, podendo realizar os convênios e gestões necessárias ao seu pleno cumprimento”

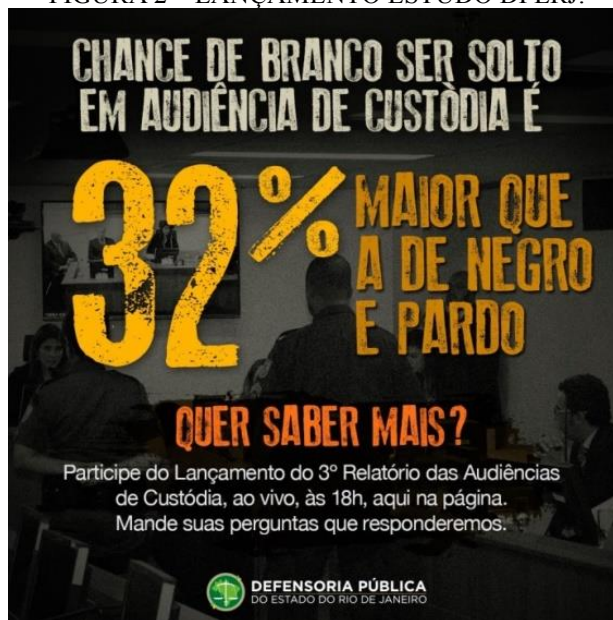
sociais que fazem parte do projeto, e ainda, quatro celas, cada uma com capacidade para receber até oito pessoas<sup>40</sup>.

## II.I. OS PRIMEIROS DIAGNÓTICOS.

Durante o primeiro ano de realização obrigatória das audiências (2016), passaram a serem publicados os primeiros diagnósticos, quase todas elas versando sobre a implementação em São Paulo ou Rio de Janeiro. Um dos primeiros estudos foi o divulgado no mês de maio pelo Instituto Defesa do Direito a Defesa (IDD, 2016), que como já citado, fora convidado a cooperar com a implementação do projeto ao lado do CNJ e MJ em São Paulo. Segundo o estudo, durante o ano de 2015 não houve mudança significativa no que diz respeito a redução das prisões provisórias, já que 61% das audiências acompanhadas resultaram em prisão provisória e 33% receberam liberdade provisória. Apenas 6% das prisões foram relaxadas.

Pouco tempo depois, no mês de julho, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPERJ) passou a divulgar o lançamento do seu mais novo estudo sobre o perfil das pessoas que passaram pelas audiências no início de 2016. Antes do seu lançamento a seguinte imagem foi vinculada na página oficial do Facebook<sup>41</sup> da DPERJ:

FIGURA 2 – LANÇAMENTO ESTUDO DPERJ.



Fonte: Página oficial no Facebook da DPERJ.

<sup>40</sup> Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset\\_publisher/11KI/content/centro-de-audiencias-de-custodia-de-curitiba-se-tornou-referencia-internacional-1/18319?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/11KI/content/centro-de-audiencias-de-custodia-de-curitiba-se-tornou-referencia-internacional-1/18319?inheritRedirect=false). Acessado em: 05 de agosto de 2017.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/defensoriapublicadoriodejaneiro>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

O estudo da DPERJ (2016) afirmou que das 1.464 pessoas apresentadas nas audiências, 838 (70%) eram pretas ou pardas. Destes, 218 (26%) foram colocados em liberdade. Já em relação aos 353 brancos, receberam liberdade provisória 128 (36%). Estes primeiros estudos passaram desde já, a problematizar o resultado das audiências de custódia identificando obstáculos e sugerindo avanços.

Mas é no início do ano de 2017 que dados mais reveladores surgem. Em Janeiro de 2017, o site de notícias G1, publicou uma matéria intitulada "Audiências de custódia prendem mais do que soltam em 2/3 dos Estados"<sup>42</sup>, onde afirma-se baseado no mapa das audiências de custódia disponibilizado no site oficial do CNJ, que após um ano de realizações das audiências, 18 estados do país ainda apresentam taxas de prisão mais elevadas do que as de soltura<sup>43</sup>. Em relação a taxa nacional, o país apresenta o índice de 53,8% de prisões em audiências de custódia.

Um mês depois, foi lançado um dos trabalhos mais contundentes sobre o tema, que foi o realizado pela organização Conectas Direitos Humanos, intitulado “tortura blindada – como as instituições do sistema de Justiça perpetuam a violência nas audiências de custódia” (2017). Segundo a pesquisa, existe um desinteresse por parte dos operadores do Sistema de Justiça Criminal em apurarem práticas de violência policial. Em relação a esta inércia, o estudo afirma que dos 331 casos de relato de violência policial presenciados, em 109 delas o juiz não perguntou nada, o MP em 99 dos casos e defensores (públicos e privados) em 21.

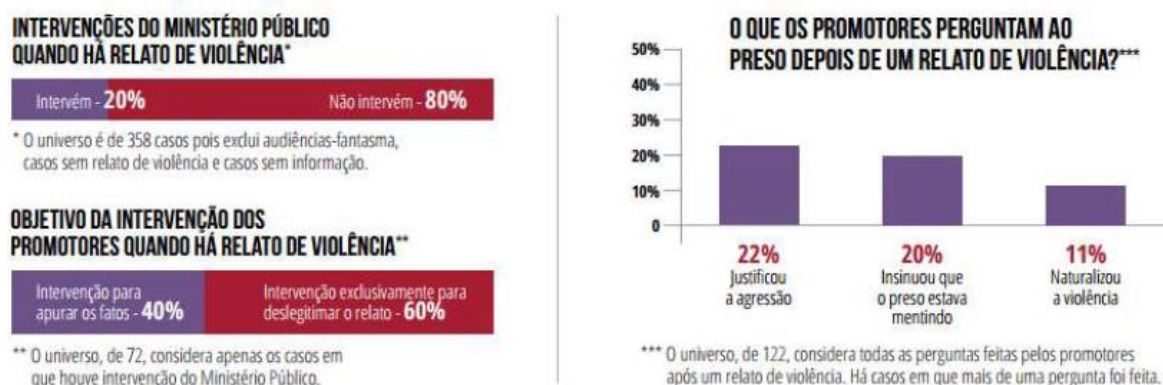
Outro ponto crítico levantado pelo estudo diz respeito o à atuação do Ministério Público, órgão responsável por realizar o controle externo da atividade policial. Em 80% dos casos que houve relato de agressão o MP sequer reagiu:

---

<sup>42</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/audiencias-de-custodia-prendem-mais-do-que-soltam-em-23-dos-estados.ghtml>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

<sup>43</sup> São eles: Rio Grande do Sul, Pernambuco, Sergipe, Rondônia, Rio de Janeiro, Tocantins, Goiás, Ceará, Paraná, Piauí, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Pará, Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

FIGURA 3 – INTERVENÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA.



Fonte: Conectas Direitos Humanos, 2017.

Foi verificada ainda pela ONG, a denominada “audiência-fantasma”, uma prática bizarra ocorrida três vezes durante o acompanhamento, consistente em realizar a audiência sem a presença do custodiado, mesmo existindo fortes indícios da prática de violência:

Audiência-fantasma é um termo usado pelos atores do sistema de Justiça para designar a audiência de custódia realizada na ausência da pessoa presa em flagrante, que nesta ocasião se encontrava no hospital devido a ferimentos ocorridos durante a prisão. Na audiência-fantasma, o rito é seguido normalmente por juízes, promotores e defensores. A cadeira em que a pessoa presa se sentaria permanece vazia. A Conectas observou três audiências-fantasma no Fórum da Barra Funda entre julho e novembro de 2015. Em nenhuma delas os juízes e promotores questionaram a ausência da pessoa presa em flagrante. O fato de estar hospitalizada tampouco levantou suspeitas da Magistratura ou do Ministério Público sobre a ocorrência de possíveis atos de violência no momento da prisão. Importante ressaltar que, talvez, os presos internados em unidades hospitalares tenham sido justamente as maiores vítimas da violência no momento da prisão. Em nenhum dos casos foi determinada a realização de exame de corpo de delito na pessoa presa ou se mencionou a possibilidade de fazer uma nova audiência em sua presença depois da alta médica. Obviamente, como está impossibilitada de comparecer em juízo, a pessoa não tem a oportunidade de denunciar eventuais práticas de violência, prejudicando totalmente a efetividade da audiência de custódia na perspectiva do combate à tortura e maus-tratos. (CONECTAS, 2017, p. 04).

Os trágicos dados levantados pela Conectas Direitos Humanos foram levados pela organização para a ONU. Durante o pronunciamento, o representante afirmou que "a conclusão decepcionante foi a de que o sistema de Justiça criminal está perpetuando a tortura" e que "as audiências de custódia não precisam de tempo, precisam de

efetividade e, para isso, precisamos mudar a prática com urgência. Do contrário, elas não servirão para prevenir e combater a violência policial, mas para legitimá-la."<sup>44</sup>

Durante o início de 2017, estive em um evento na Defensoria Pública do Paraná na cidade de Curitiba intitulado “A crise do sistema penitenciário”, ao final das apresentações, perguntei para a mesa se achavam que as audiências de custódia poderiam contribuir para produzir o desencarceramento ou se achavam que era um projeto morto em si mesmo. No mesmo momento que fiz a questão, pude ouvir diversas pessoas que estavam na plateia (composta em sua maioria por defensores e estudantes de direito) rirem e murmurarem coisas do tipo: “ah, essa é fácil”. Uma mulher que até então eu não conhecia e estava sentada ao meu lado, me disse: “Essa eu posso te responder! Eu cruzei os dados do mapa do CNJ com o relatório do DEPEN de 2014, as prisões não diminuiram”. Mesmo sem falarem frases completas, a reação do público já revelava o que eles pensavam – elas são ineficazes.

Um dos defensores públicos que estava na mesa me respondeu que havia sido um grande entusiasta das audiências de custódia, e que antes da implementação no país, havia ido ao Chile e quando assistiu a audiência pela primeira vez ficou emocionado. Entretanto, afirmou que as audiências no Brasil variam muito para cada tribunal e que a leitura que faz hoje das audiências é de que “o sistema não quer soltar ninguém”. Uma socióloga que estava na mesa complementou: “as audiências reiteram a lógica do sistema punitivo”.

Mas, perguntar se as audiências de custódia funcionam ou não, talvez só faça sentido no interior do mundo do direito, onde se discutem as normas legais distantes das realidades sociais, neste sentido, esta investigação procurou, assim como ensina a sociologia compreensiva de Max Weber, compreender *como* o instituto funciona. Assim, para que seja possível compreender as complexas relações envolvidas com e neste este campo constituído pelas audiências, deve-se, assim como ensina Max Gluckman (1987, p. 228), analisar em que medida este “novo” instituto está inserido no sistema social brasileiro. Tendo isto como premissa, passei a questionar, de maneira semelhante à Noronha de Ávila (2016) como o Estado pôde simplesmente ignorar os tratados internacionais de direitos humanos que tem valor de emenda constitucional por

---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/noticia/47121-uol-na-onu-ongs-denunciam-blindagem-a-tortura-no-brasil-embaixadora-responde>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

mais de vinte anos como se o direito às audiências de custódia sequer existisse? Como explicar as inúmeras reformas do sistema penal que não são capazes de melhorar as péssimas condições de estrutura e superlotação nos presídios brasileiros? Como explicar a ineficácia do sistema penal em reduzir a tortura e a violência policial? Estas perguntas iniciais guiam este capítulo.

## II.II. A REFORMA DA REFORMA E A GESTÃO DOS ILEGALISMOS.

*A reforma judiciária.*

*Indiscutivelmente, o Brasil é o paiz das reformas, do que já muitas vezes foi reformado.*

*Já se falava por ahi, ha tempos, que a ultima reforma judiciaria levada a cabo pelo falecido Dr. João Luiz Alves, seria modificada, taes os seus defeitos.*

*A noticia se confirmou: perante a Commissão de Justiça, na Camara, o seu próprio presidente leu extenso projecto, que, inicialmente, elevava o numero de desembargadores da Côte de Appellação.*

*E' cedo ainda, para se dizer algo da annunciada reforma... da reforma.*

*Na reforma que vae ser reformada, collaboraram magistrados, legisladores, politicos, etc. e tal, porém, ainda existe por ahi muita gente procurando sinecuras.*

*Na presente sessão legislativa, dada a tarefa orçamentaria, não ha tempo disponível para o estudo de uma questão elevada, e tão séria.*

*No proximo anno, vamos ver se a justiça, de tudo isenta de culpa, fica bem reformada.*

*Revista Vida Policial, nº 32, 1927.*

A epígrafe deste subcapítulo, datada do início do século passado, mostra a indignação de um policial, com as inúmeras reformas que o sistema judiciário brasileiro sofrera ao longo da história. Michel Foucault, em seus escritos sobre a prisão, nos mostra que a história da prisão como punição, definitivamente, é a longa história de mais de 200 anos de sucessivas reformas que sempre escoam em fracassos em relação aos seus objetivos declarados. Segundo o autor, “desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade” (2015).

Foucault então passa a problematizar o fato de que se o fracasso da prisão foi registrado quase que ao mesmo tempo que o próprio projeto<sup>45</sup>, por que há séculos a prisão é dada como seu próprio remédio? Porque se reativam as técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente? Finalmente, o autor

<sup>45</sup> Foucault (2014a) demonstra que já em meados dos anos de 1820-1845, dizia-se que a) as prisões não diminuem as taxas de criminalidade, b) a detenção provoca a reincidência, c) a prisão não pode deixar de fabricar delinquentes, d) a prisão favorece a organização de um meio de delinquentes, e) as condições dadas aos detentos libertados nos condenam fatalmente à reincidência e f) a prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria, a família do detento.

questiona de maneira provocativa: o pretense fracasso da prisão não seria exatamente parte de seu funcionamento? (2014a).

O sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência. O pretense fracasso não faria então parte do funcionamento da prisão? Não deveria ser inscrito naqueles efeitos de poder que a disciplina e a tecnologia conexa do encarceramento induziram no aparelho de justiça, de uma maneira mais geral na sociedade e que podemos agrupar sob o nome de ‘sistema carcerário’? Se a instituição-prisão resistiu tanto tempo, e em tal imobilidade, se o princípio da detenção penal nunca foi seriamente questionado, é sem dúvida porque esse sistema carcerário se enraizava em profundidade e exercia funções precisas. (2014a, p. 266).

Foucault deixa de perguntar se as reformas prisionais são um fracasso ou um sucesso, inverte o problema e questiona: para que serve o fracasso da prisão? O que se esconde sob o cinismo da instituição penal que promete reduzir a criminalidade, mas, no entanto produz a própria delinquência? O autor conclui que não se trata de uma contradição, mas exatamente de uma utilização estratégica daquilo que é inconveniente. A prisão produz delinquentes, mas estes são úteis na medida em que são agrupados em um meio bem definido e usados como armas com fins econômicos e/ou políticos. A delinquência constitui uma ilegalidade produzida pela prisão, eminentemente útil, eis que visível e marcada, constituindo uma noção simbólica que parece resumir todas as outras. Ao fazer isso, permite controlar as ilegalidades, deixando na sombra as que se quer ou que se deve tolerar (2015).

Neste sentido, a prisão não tem como objetivo suprimir as infrações, mas de distingui-las, distribuí-las e utilizá-las estrategicamente de acordo com a sua “economia” geral. A penalidade para Foucault, longe de ser uma forma de reprimir as ilegalidades, constitui uma estratégia de gestão diferencial, isto é, “uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles” (2014a, p. 267).

Segundo Gilles Deleuze (1988), Foucault em *Vigiar e Punir* se propõem a abandonar certos postulados teóricos que marcavam o pensamento tradicional da esquerda. Um deles diz respeito ao postulado da legalidade: o poder do Estado, concebido na lei era compreendido ou como um estado de paz imposto às forças brutas, ou como resultado de uma guerra ganha pelos mais fortes. Foucault mostra que a lei não é nem um, nem outro, mas “a própria guerra e a estratégia dessa guerra em ato,

exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia” (DELEUZE, 1988, p. 40). O autor inverte a oposição lei-ilegalidade pela ideia final de ilegalismo-lei, trazendo a noção de que

A lei é uma gestão dos ilegalismos, permitindo uns, tornando-os possíveis ou inventando-os como privilégio da classe dominante, tolerando outros como compensação às classes dominadas, ou, mesmo, fazendo-os servir à classe dominante, finalmente, proibindo, isolando e tomando outros como objeto, mas também como meio de dominação. É assim que as mudanças da lei, no correr do século XVIII, têm como fundo uma nova distribuição dos ilegalismos, não só porque as infrações tendem a mudar de natureza, aplicando-se cada vez mais à propriedade e não às pessoas, mas porque os poderes disciplinares recortam e formalizam de outra maneira essas infrações, definindo uma forma original chamada “delinquência”, que permite uma nova diferenciação, um novo controle dos ilegalismos (DELEUZE, 1988, p. 39).

Apesar do direito colocar-se como neutro e universal, os ilegalismos constituem espaços de permissões e proibições no interior dos ordenamentos jurídicos que permitem a gestão diferenciada das instituições e procedimentos legais. Sua existência não caracteriza uma disjunção do sistema penal, pelo contrário, constitui peça chave em seu funcionamento:

Só uma ficção pode fazer crer que as leis foram feitas para serem respeitadas; a polícia e os tribunais destinados a fazê-las respeitar. Só uma ficção teórica pode fazer crer que nós aderimos, de uma vez por todas, às leis da sociedade a que pertencemos. Todo o mundo sabe bem que as leis foram feitas por alguns e impostas aos outros. Mas, parece que podemos dar um passo mais adiante. A ilegalidade não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cuja função está prevista na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo dispôs espaços protegidos e proveitosos onde a lei pode ser violada; outros, onde pode ser ignorada; outros, finalmente, onde as infrações são sancionadas. (FOUCAULT, 2012, p. 55).

Em *Vigiar e Punir* (2014a), Foucault revela como a passagem da pena corporal (suplício) para a pena de prisão, ocorrida no final do séc. XVII e início do XVIII, não se tratou necessariamente de uma humanização da punição. Durante o período, a execução pública entra em “crise” e passa a ser perigosa, seja pela solidariedade da população com o indivíduo ou pela repulsa em relação à cerimônia de horrores. É neste momento, que a prisão surge como uma nova estratégia no interior de uma economia geral das penas: fazer da punição e da repressão uma função regular, cristalizada no corpo social. Na medida em que vai se suprimindo a ideia da pena como vingança do soberano ao crime praticado, “a punição só pode ter significação numa tecnologia de reforma” (FOUCAULT, 2015, p. 226).



Assim como a passagem do suplício para a prisão não se tratou necessariamente de uma humanização da punição, a audiência de custódia agora surge como uma tecnologia de reforma para controlar um ilegalismo politicamente e economicamente custoso para o Estado que é a superlotação carcerária. As audiências de custódia não são reconhecidas porque o Estado tem como objetivo primordial humanizar a questão penal, mas por que constituem, como diz a epígrafe deste capítulo, uma “*anunciada reforma... da reforma*” na gestão dos ilegalismos. O fato do instituto ter sido esquecido por mais de 20 anos, mesmo sendo uma norma fundamental de direitos humanos com validade constitucional no país, revela como o Estado pode gerir estrategicamente suas ilegalidades – controlando umas, ignorando outras.

Outro conceito tradicional que Foucault abandona em *Vigiar e Punir* é o que Deleuze chama de “Postulado da propriedade” (DELEUZE, 1988, p. 34). O autor deixa de conceber o poder como uma “propriedade” que uma determinada classe teria conquistado e passa a observá-la como uma estratégia. Não há mais espaço para a ligação direta entre estrutura (economia e cultura) e superestrutura (polícia e leis), o que Foucault propõe é a existência de micro-poderes, os quais independentemente do Estado, exercem vigilância e controle social. A ideia é de que “o poder não tem homogeneidade; define-se por singularidade, pelos pontos singulares por onde passe.” (DELEUZE, 1998, p. 38).

Deleuze, para exemplificar a ideia, atribui dois sentidos para a palavra “local”: podemos considerar o poder como local, pois ele não é heterogêneo e determinante, mas, ao mesmo tempo, ele não é local nem localizável porque é difuso. As relações de poder estão em todos os lugares que existem singularidades, nas minúsculas interações cotidianas, como “discussões de vizinhos, brigas de pais e crianças, desentendimentos de casais, excessos alcoólicos e sexuais, rixas públicas e – tantas – paixões secretas” (DELEUZE, 1988, p. 38).

Desta forma, Foucault permite pensar que além do Estado, a população também exerce poder, quando, por exemplo, passa a aceitar certas formas de ilegalismos (2015, p. 220). Os discursos de resistência às audiências de custódia revelam como certa parte da população brasileira aceita e legitima a violência policial e as péssimas condições carcerárias. Em novembro de 2016, já no final do primeiro ano de realização obrigatória das audiências de custódia, o jornal “Folha do Litoral News”,

produzido na cidade de Paranaguá e de grande circulação no litoral do Paraná, realizou uma pesquisa sobre tema, que foi inclusive, sua matéria de capa:

FIGURA 4 – CAPA DO JORNAL FOLHA DO LITORAL NEWS



Fonte: Autor.

A matéria que ocupa cinco páginas inteiras do jornal traz entrevistas com autoridades locais, um empresário e uma enquete com populares da cidade. Em relação à opinião pública, segundo o jornal, foram ouvidas seis pessoas aleatórias da sociedade, para dizerem o que acham das audiências de custódia, conforme:

Acredito que a Audiência de Custódia precisa ser revista, porque muitas vezes os que acabam recebendo o benefício dessa lei são pessoas perigosas que retornam ao seio da sociedade. Roubam, são violentos e nada acontece, muitos são reincidentes e podem até cometer latrocínio. Acho que a assistência social deveria ser cumprida à risca. Se o acusado está em liberdade condicional, precisa ser acompanhado firmemente e saber se está trabalhando, se está fazendo tudo certo.  
Professora, moradora do bairro Costeira.

É uma lei que precisa ser revista porque está beneficiando criminosos. Os criminosos estão com a certeza da impunidade e a sociedade está se tornando refém desses bandidos. Por isso, acredito que a Audiência de Custódia precisa ser revista de qualquer forma.  
Professora, moradora do Centro Histórico.

Acho que precisa ser revista. Acredito que algumas pessoas que cometem crimes sabem que pagando fiança sairão rapidamente, inclusive, em algumas situações, no mesmo dia da acusação do crime. Convivemos com a situação de crime na cidade, convivemos com pessoas que fizeram algo errado, são reincidentes muitas vezes e mesmo assim acabam voltando às ruas. A lei precisa ser revista.  
Oficineiro de teatro, morador do bairro Jardim Jacarandá.

Com certeza a audiência de custódia precisa ser revista porque não dá para prender uma pessoa que faz coisas horríveis e soltá-las no mesmo dia. Na maioria das vezes, essa pessoa volta para as ruas e comete os mesmos crimes, às vezes até de forma pior, machucando alguém. Muitos são reincidentes e permanecem soltos. As pessoas têm medo de sair na rua, de andar com celular, de serem assaltadas até mesmo durante o dia.

Estudante, moradora do bairro Jardim Guaraituba.

É uma lei complicada que precisa ser revista, pois a pessoa comete um crime, muitas vezes grave e acaba pagando fiança e logo está nas ruas cometendo os mesmos crimes ou até pior porque mesmo existindo lei o criminoso está sendo muito amparado e protegido perdendo o medo da Justiça. O bandido está mais amparado que o cidadão de bem. Sabemos que o criminoso é um ser humano, mas é preciso ser revista a forma de trabalhar essa questão porque o cidadão de bem não pode ficar preso e casa. O cidadão de bem fica como se estivesse em uma prisão.

Pedagoga, moradora da Ilha dos Valadares.

Acredito que precisa de uma revisão. A audiência de custódia acaba beneficiando mais o bandido que a própria população de bem. Porque enquanto os bandidos têm essa oportunidade vão se aproveitando disso. Por exemplo, se alguém de determinada família é assassinado em um assalto e o acusado fosse solto em seguida como essa família ficaria? Não há condições de aceitar isso. Acho que os bandidos têm seus direitos como pessoa, mas precisam cumprir sua pena e não simplesmente retornar à sociedade para novos crimes.

Cenógrafo, morador da Ilha dos Valadares.

Não é possível saber como a questão foi abordada pelo jornal quando da realização da enquete, entretanto, esses relatos são exemplos de como a delinquência, aquele tipo de infração visível, marcada e que suscita representações das mais terríveis como latrocínios e homicídios, produz um efeito de tolerância e legitimação em relação a outros ilegalismos como a superlotação carcerária e a tortura policial, sendo desnecessária, portanto, uma tecnologia como as audiências de custódia.

O sociólogo David Garland, ao estudar “o caso britânico” (2002), afirma que a sociedade punitiva moderna é marcada por uma criminologia esquizoide, caracterizada pela “criminologia de si” e pela “criminologia do outro” (esta última também chamada de criminologia da vida cotidiana). As respostas acima transcritas exemplificam perfeitamente a “criminologia do outro”, onde o delinquente é “o outro, esse estrangeiro, alguém que pertence a um grupo social e racial diverso, cujas atitudes e cultura – e talvez mesmo os genes – não têm muita semelhança com as nossas” (2002, p. 88).

As falas acima são todas marcadas por representações do bem e do mal, personificadas na imagem dos interlocutores, os *cidadãos de bem* (aqueles que não cometem crimes e seguem à risca os padrões de comportamentos sociais), que estão

presos em suas casas devido ao medo de sair às ruas, e na dos *bandidos*, vistos como “animais”, “predadores”, “monstros sexuais”, “nocivos” ou “perniciosos” (GARLAND, 2002, p. 88) que não temem a justiça, ante a certeza da impunidade, fomentada inclusive, pelas audiências de custódia.

Ao mesmo tempo em que a “criminologia do outro” legitima a violência policial e as péssimas condições de encarceramento daqueles estigmatizados como delinquentes, também é possível visualizar uma “criminologia de si”, que enxerga o criminoso como um ser racional, pertencente ao grupo dos “nós”. É dado ao crime um aspecto banal, normal, não estando ligado a uma noção patológica, mas a um calculo racional de risco e benefícios frente as oportunidades.

Vanessa Chiari Gonçalves, ao estudar o tema da tortura e da cultura policial (2014), verificou por meio de entrevista com policiais militares que a sociedade tende a apoiar a tortura policial quando se identifica com a vítima do crime, todavia, quando se identifica com a pessoa que cometeu o delito, por vezes familiares, amigos ou que por algum motivo cause identificação, tende a deslegitimar a atuação policial, conforme:

Ela admite quando ela tá sendo vítima, (...) Exemplo: se um familiar dela for assaltado e for agredido, ela quer que o policial bata, espanque, mas quando é um familiar dela que tá sendo abordado e o policial tá se passando, abuso de autoridade, ela já muda o tom, ela admite quando é com os outros, mas com ela e familiares dela, ela não admite. (Policial militar, entrevista 2).

Em certos momentos. A sociedade tem aquela coisa do momento, naquele filme mostra uma coisa que eu vejo agora e vejo sempre. Exemplo: morreu certa pessoa que tem dinheiro, os pais têm condições de fazer uma passeata contra a violência, as drogas, o trânsito, tem dinheiro pra isso. (...) Exemplo, lá em São Paulo, morreu uma criança, caiu do prédio e descobriram que os pais mataram, classe média, nem tão rico nem tão pobre, revolta geral nos pobres e nos ricos. Como tinha um pouco de dinheiro, a mídia deu bastante ênfase naquele caso. (...) A sociedade se revolta mais quando os crimes são contra crianças, idosos e dependendo do crime, a sociedade às vezes acha que não vai dar nada para o agressor, e a sociedade acha que aquela justiça rápida que foi cometida ali, acha que é menos um então a sociedade às vezes aceita algumas condutas feitas não só pela polícia, mas por aquele contingente de pessoas que tá ali e fez a justiça com as próprias mãos. (Policial militar, entrevista 3).

Olha, isso é perceptível. De dez pessoas que falam com a gente sabendo que a gente é policial, nove adoram Tropa de Elite, adoram que os vagabundos têm que apanhar, aquela história toda. A grande maioria, elas chegam e apoiam, tem que fazer isso mesmo porque tem que ser assim, porque tem que dar o exemplo. Muitas vezes sem saber até o tipo de ocorrência que é. (Policial militar, entrevista 4).

Depende contra quem, quem for a vítima. (Policial militar, entrevista 6).

Sim, com certeza. É normal, com certeza, eles gostam em várias ocorrências que eles acabam por fugir, tu tem que usar o uso moderado da força pra conter o indivíduo, eles batem palma quando te veem mobilizando alguém, quando veem alguém caindo no chão, quando eles fogem com carro roubado e batem o carro, o carro sendo baleado. As pessoas gostam. Já vivi situações assim. (Policial militar, entrevista 7).

Apoia, com certeza. A sociedade apoia até que seja um dela, até que alguém próxima a ela esteja envolvido nisso, até que ela sinta isso na sua pele, aí ela vai apoiando. Se for ao centro de Porto Alegre, aonde acontecem esses furtos, a senhora vai ver que alguém vai furtar uma bola de uma senhora e, daqui a pouco, a sociedade mesmo vai agredir essa pessoa, se chegar um policial militar e agredir esse delinquente, vai ser aplaudido. (Policial militar, entrevista 8).

Depende muito, a sociedade, às vezes, depende da mídia, a sociedade ela não busca muito um conceito por ela, ela quer saber, ela vai muito pela mídia. Então, se a mídia tá falando que aquela pessoa é culpada e ela tá sendo torturada, ela vai apoiar; agora se a mídia tá dizendo que não é, ela não vai apoiar, ela vai ver que não pode haver tortura, então depende muito do fato, daquilo que tá acontecendo. (Policial militar, entrevista 9).

Como é que vou lhe dizer, principalmente a pessoa atingida, a pessoa que sei lá, teve a casa furtada e a pessoa, quem praticou o ato ali foi capturado, se a senhora der um soco, um chute próximo, eles acham graça, acham legal. Inclusive já teve casos da vítima agredir o autor na frente dos policiais e depois dar uma reviravolta enorme, mas eu acho que sim, que apoiam, acham bacana. (Policial militar, entrevista 10) (GONÇALVES, 2011, pp. 182-183).

Segundo Garland (2002), ambos os tipos de criminologias estão incorporadas nas políticas públicas uma vez que dizem respeito ao que Foucault chama de “racionalidade governamental”, entendida basicamente como o modo de pensar e os estilos de raciocínios que constituem práticas governamentais. Ao utilizar esse conceito, é possível perguntar “como as autoridades entendem seu papel perante a questão da criminalidade ou como se problematizou e racionalizou a questão de administrar a criminalidade”. (2002, p. 78).

Seguindo Foucault, Garland aponta para a existência de um novo estilo governamental, centrado em uma racionalidade econômica, no sentido de que se “faz passar as formas econômicas de raciocínio e de cálculo para o campo da criminologia” (2002, p. 78). Os autores apontam para o fato de que existe uma crescente dependência de se utilizar uma linguagem analítica do risco, da escolha, da probabilidade, enfim, uma linguagem sobre a importância crescentes de objetivos “como a compensação, o controle do custo e a redução dos danos; e enfim, sobre o apelo crescente a tecnologias como auditoria, e controle fiscal” (2002, p. 78).

Esta nova racionalidade tem implicações práticas na organização social. David Garland afirma que a partir dos anos 80, foi tornando-se comum a ideia de que os

organismos governamentais não podem por si só controlar a criminalidade. A noção do crime afastou-se da concepção lombrosiana e passou a ser considerado como algo normal e até mesmo banal na sociedade moderna.

Esta estratégia de descolamento pseudo-econômico da racionalidade sobre o crime e a punição deixa a máquina do Estado mais poderosa do que nunca, pois tem o efeito de “facilitar um discurso moral simplificado sobre o crime e o castigo. Se o crime é só uma questão racional, então se pode ‘compreender menos e condenar mais’, como enfatizava o Primeiro Ministro John Major em 1993” (GARLAND, 2002, p. 79).

A partir desta racionalidade, a criminalidade é entendida como o prolongamento de uma interação social normal e explicável, “o crime é um risco a calcular ou um acidente a evitar, mais que uma aberração moral a necessitar de explicações especiais”. (GARLAND, 2002, p. 77).

Desde os anos 80, tornou-se banal nos documentos governamentais, nos relatórios parlamentares, nos relatórios anuais de polícia ou mesmo nos manifestos de partido, frisar que os organismos governamentais não podem, por si só, controlar a criminalidade. A “guerra contra o crime” – como a guerra fria – já findou, mas continuamos a ouvir o discurso da guerra de alguns políticos. Entretanto, os objetivos mudaram: propõe-se uma melhor gestão dos riscos e dos recursos, uma redução do medo e dos custos da criminalidade e da justiça criminal e um apoio maior às vítimas, objetivos pouco heroicos que são difíceis de expor na retórica clássica do discurso político.” (GARLAND, 2002, p. 76).

Admitir o caráter normal da criminalidade é acabar com o mito fundador de que o Estado soberano consegue prover o bem de todos. Neste contexto, os governos se veem em uma situação em que ao mesmo tempo em que elaboram novas estratégias de adaptação racionalmente aplicáveis, como por exemplo o aumento de penas alternativas e a institucionalização das audiências de custódia, realizam uma “negação histórica” dessas práticas, reafirmando o velho mito da soberania do Estado, enfatizando políticas de repressão e encarceramento. É neste sentido que Garland afirma que “a marca do período atual não é o da punitividade, mas a ambivalência. Ele oscila entre a ‘adaptação’ e a ‘negação’ entre tentativas para encarar a situação e tentativas de fazê-la desaparecer magicamente” (2002, p. 76).

A criminologia oficial mostra-se, assim, cada vez mais dualista, polarizada e ambivalente. Há uma “criminologia do eu” que faz do criminoso um consumidor racional, à nossa imagem e semelhança, e uma “criminologia do outro”, do pária ameaçador, do estrangeiro inquietante, do excluído e do rancoroso. A primeira é invocada para banalizar o crime, moderar os medos despropositados e promover a ação preventiva, ao passo que a segunda tende

a satanizar o criminoso, a provocar os medos e as hostilidades populares e a sustentar que o Estado deve punir mais (2002, p. 75).

Este tipo de sociedade, segundo o autor,

reconhece o fracasso do antigo regime e que se aproxima, não sem hesitar, de novos estilos e novas formas de governo, mas que ainda não desenvolveu a vontade política ou a contrapartida política necessárias para realizar as reformas radicais que eles exigiriam. (GARLAND, 2002, p. 91).

Embora o sociólogo esteja traçando esta teoria a partir do caso britânico, é possível pensar essas nuances no Brasil. Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro fortifica políticas criminais de derramamento de sangue (BATISTA, 1997), como a política criminal de drogas ou a lei antiterrorismo<sup>46</sup>, institui políticas de “humanização” do sistema penal como as audiências de custódia. Todavia, ao menos no caso brasileiro, pode-se afirmar que esses discursos “esquizofrênicos” do Estado não se anulam, pelo contrário, integram-se na mesma racionalidade governamental.

As pautas humanistas também se tornam agenciadoras de estratégias punitivas na medida em que as audiências de custódia aprimoram o poder sobre o corpo e a “alma” do preso, potencializando o controle penal. Como afirmou o juiz coordenador do Projeto das audiências de custódia na cidade de Porto Alegre, “o objetivo é prender melhor. Se vamos prender mais ou menos, só o futuro vai dizer<sup>47</sup>”. Neste contexto em que se relacionam políticas de encarceramento em massa com penas alternativas à privação de liberdade, explicita-se um “redimensionamento da moral do castigo que transforma o antigo arquipélago carcerário em um *continuum* punitivo. É para ninguém escapar. Nem ‘menos’, nem ‘melhor’: trata-se de punir mais”<sup>48</sup>.

Como afirmou a pesquisadora Aline Passos, durante o “Fórum Prisão: Para quê? Para quem?”<sup>49</sup>, ao passo que o Estado divulga que não se trata de punir menos, mas punir melhor, ele nos informa que se trata de um debate sobre eficiência e gestão dos meios, inclusive dos meios humanistas para que se garanta que sempre é possível punir mais: mais diversificadamente, mais quantitativamente, mais consensualmente e

<sup>46</sup> A lei antiterrorismo no Brasil tem sido utilizada para se criminalizar movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Já sobre a política criminal de drogas, existe longa bibliografia indicando a letalidade da proibição das drogas.

<sup>47</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/audiencias-de-custodia-prendem-mais-do-que-soltam-em-23-dos-estados.ghtml>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

<sup>48</sup> Retirado de flecheira libertaria n 154 – NUSOL. Disponível em: <http://www.nusol.org/flecheira/flecheira.php>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

<sup>49</sup> Fórum Prisão: Para quê? Para quem? 26'24". Material retirado do site: <https://www.youtube.com/watch?v=qddrdCbwGYs>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

mais lucrativamente. Michel Foucault já havia constatado isso em *Vigiar e Punir*, quando reflete sobre a pulverização das práticas punitivas na sociedade:

Durante todo o século XVIII, dentro e fora do sistema judiciário, na prática penal cotidiana como na crítica das instituições, vemos formar-se uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar. E a “reforma” propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias de direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir. (FOUCAULT, 2014, p. 81).

No final do ano de 2016, o jurista Alexandre de Moraes, quando ainda era Ministro da Justiça durante o governo de Michel Temer, afirmou que apresentaria um projeto de lei para que os juízes pudessem decretar penas para os custodiados já durante a audiência de custódia. Nas palavras do Ex-Ministro da Justiça e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal:

Não há nenhuma lógica a pessoa ser presa por furto simples, confessar o crime e o processo continuar por até dez anos. Por que não, 24 horas depois, o Ministério Público oferecer a transação penal com pena restritiva de liberdade, tornozeleira ou prestação de serviço à comunidade? (...) Será um custo menor para o Estado e a sociedade vai verificar que em um dia houve a solução para o problema<sup>50</sup>.

É interessante notar que a punição aparece nestes discursos como algo natural, que em nenhum momento é de fato questionada. Durante a entrevista do jurista, mesmo reconhecendo que 77% das pessoas apresentadas nas audiências de custódia em SP são suspeitas de praticarem o delito patrimonial de furto, o ex-ministro sugeriu como solução atacar a problemática não por meio de políticas públicas que possam reduzir a desigualdade econômica e os crimes patrimoniais, mas remediar a delinquência com uma reforma punitiva, onde poderá se punir mais pessoas de uma forma mais econômica e rápida.

O argumento até agora apresentado é de que sob o discurso de redução da dor, a audiência de custódia é capturada pelo SJC e passa a operar como uma maneira estratégica de controlar e codificar os ilegalismos. Quando se determina que uma pessoa fique presa provisoriamente durante a audiência, que responda em liberdade mediante medidas cautelares ou quando se desqualificam as alegações de tortura, o SJC o faz de

<sup>50</sup> Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/ministro-da-justica-devera-apresentar-proposta-de-aplicacao-de-pena-na-audiencia-de-custodia/>. Acessado em 06 de agosto de 2017.



uma maneira ainda mais legítima, já que agora estão sob o crivo quase que divino das autoridades judiciais. Neste sentido, a audiência de custódia proporciona uma legalidade humanista para a prática punitiva, escondendo seu caráter cruel e definindo ao mesmo tempo, as ilegalidades que são intoleráveis e devem ser punidas com segurança, como também aquelas toleráveis. Na medida em que se insinua como uma medida humanizatória, mas que mascara a crueldade, as audiências de custódia reproduzem aquilo que denominamos de controle social perverso (BODÊ DE MORAES, 2005).

#### II.II.I. A audiência de custódia enquanto ferramenta de controle social.

Tenho observado, juntamente com outros pesquisadores (BODÊ DE MORAES, 2005; SOUZA, 2016; KURCHAIDT, 2017), que o termo controle social, ao menos em nosso campo, é frequentemente acionado exclusivamente à práticas de dominação, policiamento e outras definições de caráter repressivo. Embora isso seja em parte verdade, neste trabalho adoto uma dupla classificação que entendo como necessária para se compreender a complexidade do tema. Penso que as regras de comportamento estão impregnadas em todos os lugares e atividades da vida social, de modo a ordenarem a solidariedade necessária para o convívio em sociedade, caracterizando formas de controle social positivo já que produzem integração social, diferente daquelas que se baseiam na crueldade, que denominamos de controle social negativo, ou ainda, perverso.

A categoria “controle social” foi amplamente trabalhada pelo sociólogo americano Edward Alswort Ross, sobretudo na obra *“Social Control: A survey of the formation of order”* (1901), que reúne diversos textos publicados anteriormente no periódico *“American Journal of Sociology”*. Segundo o autor, o controle social é inerente e necessário a todas às sociedades para a manutenção do regramento comportamental, já que a ordem social não é algo instintivo ou espontâneo, mas produto destas práticas. Na medida em que a sociedade se constitui, criam-se mecanismos de ordenamento social que estão distribuídos não apenas em atividades ligadas ao Estado, mas também instituições sociais e práticas cotidianas. Desta forma, o controle social não é considerado como natural ou pré-existente às sociedades, mas como efeito do processo de socialização. A partir desta ideia, Bodê de Moraes e Kulaitis (2013)

desenvolveram uma dupla classificação<sup>51</sup>: as formas de controle social positivo e negativo. Falemos primeiramente das formas de controle positivos, que correspondem àquelas que produzem integração social.

Émile Durkheim, ao estudar como a sociedade se organiza através das regras de comportamento, afirma que três são os sinais dos fatos sociais<sup>52</sup>, em ordem de aparecimento: a exterioridade, a obrigatoriedade e a generalidade. Os fatos sociais são exteriores em relação ao indivíduo porque eles adquirem uma existência separada independente das suas "aplicações individuais" e são obrigatórios, pois caso os indivíduos apresentem desvios comportamentais em relação à estas regras, recebem uma reação punitiva.

Gostaria de chamar a atenção, assim como fez o prof. Massimo Borlandi, em seu texto *“Les faits sociaux comme produits de l’association entre les individus”* (1995), para o sinal da generalidade. Este termo, segundo o professor, também pode ser lido como *broadcast*, no sentido de “propagação” e “expansão”. Segundo o professor, a generalidade enquanto difusão significa que os fatos sociais estão sendo aplicados em todas as partes, sob uma constância da sua reprodução pelos indivíduos em sociedade, de modo a expandir seu alcance territorial. Em *“As regras do método sociológico”* (2011), a generalidade também aparece como o sinal externo de algo mais: a normalidade, em oposição àqueles que são patológicos.

Durkheim delineia diferença entre o normal e o patológico da seguinte forma: Na biologia, para se definir a normalidade de uma espécie, tenta-se localizar critérios internos de distinção, podemos pensar, por exemplo, que a doença distingue-se da saúde pelo sofrimento. Entretanto, se esta afirmação faz sentido no plano individual, não podemos considera-las como regra no nível da espécie já que existem doenças que não causam sofrimento. Desta forma, inexistindo conhecimento interno destes fatos, é necessário localizar um sinal exterior, perceptível e objetivo que permite distinguir o normal do patológico, que é justamente a sua generalidade, a sua capacidade de difundir-se.

---

<sup>51</sup> Os conceitos foram trabalhados a partir da noção weberiana de tipos ideais, isto é, constructos conceituais utilizados para viabilizar a análise sociológica, sendo, em última análise, uma redução da complexidade da realidade social.

<sup>52</sup> “Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais.” (DURKHEIM, 2011, p. 40).

Mas qual é a causa da difusão? O que contribui para a produção da normalidade? Segundo Massimo Borlandi, responder estas perguntas é tomar nota que na verdade os sinais dos fatos sociais são apenas dois, sendo que o seu terceiro sinal é fictício, pois é o segundo sinal repetido. A generalidade nada mais é do que a extensão da obrigatoriedade já que, segundo Durkheim, “não há dúvida de que todo fato social é imitado; ele possui (...) uma tendência a se generalizar, mas por ser social, isto é, obrigatório. Sua força de expansão não é a causa, e sim a consequência de seu caráter sociológico.” (2011, p. 12). É neste ponto, que observamos os mecanismos de controle social como produtores de integração social e necessários para a manutenção da ordem local.

Borlandi chama a atenção ainda, para o fato de que a condição determinante dos fenômenos sociais na verdade é aquilo que Durkheim chama de “associação entre os indivíduos”, entendida como a forma que as pessoas convivem – conflituosamente e harmonicamente - e respeitam aquilo que construíram juntos, deixando para as outras gerações, segundo Durkheim:

A associação não é, como por vezes se pensou, um fenômeno por si mesmo infecundo que consiste simplesmente em relacionar exteriormente fatos adquiridos e propriedades constituídas (...) devido à este princípio, a sociedade não é uma simples soma de indivíduos; o sistema formado pela associação destes representa uma realidade específica que tem as suas características próprias. Sem dúvida, nada se pode produzir de coletivo se não houver consciências particulares; mas esta condição necessária não é suficiente. É necessário ainda que estas consciências se associem, se combinem, e se combinem de certa maneira; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica. Ao agregarem-se, ao penetrarem-se, ao fundirem-se, as almas individuais dão origem a um ser, psíquico se quiser, mas que constitui uma individualidade psíquica de um novo gênero. (2011, p. 115).

De maneira parecida, mas ainda distante em inúmeros aspectos, Norbet Elias ao estudar como foi possível guerreiros tornarem-se cortesãos, demonstra como o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e nos sentimentos dos indivíduos em uma direção bem específica, ainda que “pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa ‘civilização’, pretendendo efetivá-la gradualmente através de medidas conscientes, racionais, deliberadas”. (1993, p. 193). Para o autor, por meio da integração dos indivíduos – que aqui estabeleço um paralelo com o conceito de associação de Durkheim – ocorreu uma reorganização dos relacionamentos humanos, de modo a transformarem a estrutura da personalidade dos homens e mulheres, cujo resultado é uma forma de conduta específica e o estabelecimento de uma ordem:

Planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador. Essa ordem nem é ‘racional’ – se por ‘racional’ entendemos que ela resultaria intencionalmente da deliberação e do propósito de pessoas isoladas – nem ‘irracional’ queremos dizer que tenha surgido de maneira incompreensível. (ELIAS, 1993, p. 194).

A teia de ações nas sociedades modernas é tão complexa, que para os indivíduos internalizarem as regras de comportamento coletivas e conscientes, um aparelho automático de autocontrole foi estabelecido. O monopólio da violência por parte do Estado produziu um controle nas autocompulsões dos indivíduos que limita as possibilidades de causar desordem social. Neste sentido, os indivíduos passaram a regular seus comportamentos com maior exatidão, de acordo com a necessidade da rede em que estão envolvidos. O clássico exemplo que Elias utiliza esclarece essa relação:

Uma maneira simples de descrever a diferença entre a integração do indivíduo em uma sociedade complexa e em outra menos complexa consiste em pensar em seus diferentes sistemas rodoviários. Estes, em certo sentido, constituem funções espaciais de uma integração social que, em sua totalidade, não se pode expressar simplesmente em conceitos derivados do *continuum* quadrimensional. Pensemos nas estradas interioranas de uma sociedade simples de guerreiros, com uma economia de troca, sem calçamento, expostas ao vento e a chuva. Com raras exceções, há pouco tráfego; o principal perigo é um ataque de soldados ou salteadores. Quando as pessoas olham em volta, para as árvores, morros ou a própria estrada, fazem isso principalmente porque precisam estar sempre preparadas para um ataque armado, e apenas secundariamente porque tem que evitar colisões. A vida nas estradas principais dessa sociedade exige uma prontidão constante para luta, e dá livre rédea as emoções, em defesa da vida ou das posses contra o ataque físico. Já o tráfego nas ruas principais de uma grande cidade na sociedade complexa de nosso tempo exige uma modelação inteiramente diferente do mecanismo psicológico. Neste caso, é mínimo o perigo de ataque físico. Carros correm em todas as direções, e pedestres e ciclistas tentam costurar seu caminho através da *mêlée* dos veículos; nos principais cruzamentos, guardas tentam dirigir o tráfego, com variável grau de sucesso. Esse controle externo, porém, baseia-se na suposição de que todos os indivíduos estão regulando seu comportamento com a maior exatidão, de acordo com as necessidades dessa rede. O principal perigo que uma pessoa representa para a outra nessa agitação toda é o de perder o autocontrole. Uma regulação constante e altamente diferenciado próprio comportamento e necessária para o indivíduo seguir seu caminho pelo tráfego. Se a tensão desse autocontrole constante torna-se grande demais para ele, isso é suficiente para colocar os demais em perigo mortal. (ELIAS, 1993, pp. 196-197).

Até agora falei brevemente de como os mecanismos de controle social estão difundidos nas práticas sociais, transpassando todos os indivíduos de modo a organizar a sociedade e possibilitar que estes, em meio a um emaranhado de relações sociais

complexas, alinhem suas condutas durante a vida cotidiana. Mas, também é possível constatar a existência de um controle social que opera de maneira negativa, ou como colocado por Bodê de Moraes (2005), perversa, como é o caso da prisão. Esta forma específica de controle social exercida pelo Sistema de Justiça Criminal apresenta um caráter eminente perverso, por basicamente dois motivos:

Primeiro porque é uma prática de dominação, um exercício de poder, que se insinua como terapêutica, regeneradora, ainda que, em segundo lugar, seja uma das expressões modernas da crueldade, que mascara a sua capacidade de produzir dor, por meio de um retorno metafísico ao passado tentando demonstrar que encarcerar é uma forma de punição mais civilizada, porque retributiva, por um lado, e, por outro, supostamente menos dolorosa. Perversa porque sinalizaria a todo tempo aos habitantes preferenciais da prisão que as coisas poderiam ser piores. O encarceramento também é perverso no sentido de promover um desvio do que ele promete, a saber, ressocializar no sentido de melhorar e/ou curar os indivíduos que cometeram algum ato qualificado como patológico, e o que ele efetivamente faz, que pode ser tudo, menos melhorar alguém. (2005, p. 30).

Assim, na medida em que as audiências de custódia prometem oficialmente assegurar a liberdade dos indivíduos e reduzir as dores produzidas pela prisão e acabam por constituir justamente uma tecnologia de gestão dos ilegalismos, permitindo uns e excluindo outros, inclusive intensificando a punição da delinquência por meio da fórmula humanista do “não punir menos, mas punir melhor”, reproduzem aquilo que chamamos de controle social perverso. A crueldade ainda se intensifica porque a pobreza constitui a principal clientela do sistema carcerário, de modo que quanto mais se direciona o combate às ilegalidades populares, mais se reafirmam todos os estigmas.

Ampliando seu caráter perverso, mais do que produtora de delinquência, como nos lembra Foucault e todos aqueles que vêem a prisão como uma escola do crime, a prisão, na medida em que encarcera principal e preferencialmente a pobreza, reforça todos os estigmas em relação à pobreza, aprofundando e intensificando a “criminalização da marginalidade”. A população aprisionada seria a prova incontestada da “periculosidade” das “classes populares”. A prisão é a profecia autocumprida das teses à esquerda ou à direita, para o bem (as que visam “recuperar”) ou para o mal (que acreditam exclusivamente na punição, na produção de dor, e assim defende a sua existência), que associam pobreza à violência e a criminalidade a déficits materiais. A prisão confirmaria as supostas potencialidades negativas da pobreza para os próprios pobres, seus clientes preferenciais, que se vêem refletidos na e pela população encarcerada. (BODÊ DE MORAES, 2005, p. 93).

Esse caráter perverso das práticas punitivas, para Bodê de Moraes, na mesma linha de Durkheim e Garland, só pode ser compreendido a partir a partir dos “processos de punição em geral, próprios a esta ou aquela civilização, sociedade ou cultura e que,

por sua vez, encontram-se imbricados e incrustados nas relações socioculturais gerais” (2005, p. 81).

David Garland na intenção de sofisticar a teoria de Foucault, chama a atenção para o fato de que este realiza uma teoria por demais instrumental e funcionalista da punição, onde as práticas penais aparecem apenas como forma de controle social e desaparecem outras dimensões como as propostas por Émile Durkheim. Para corrigir a teoria, Garland encara a punição como um agente cultural, enfatizando a necessidade de uma análise pluralista que leve em conta os diferentes aspectos sociais, como a economia, a política, mas principalmente, a cultura.

Com todo o exposto até agora, acredito que a ineficácia da audiência de custódia não se trata de uma tragédia, haja vista que não decorre de fatos naturais, mas algo cultural, porque também ideológico, neste sentido, acredito que as práticas de punição devem ser analisadas como uma instituição social vinculada a uma estrutura densa de significados e não como um evento singular e específico. Se é no interior do nosso sistema cultural que conseguimos compreender as práticas penais, as audiências de custódia não devem ser lidas por meio dos índices estatísticos de prisão ou liberdade, mas, por meio dos significados que permeiam a discussão da sua legitimidade. No próximo buscarei analisar esta relação.

### II.III. O QUE AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NOS DIZEM A RESPEITO DA ESTRUTURA SOCIAL?

Para David Garland, ainda seguindo Foucault, a punição moderna sustenta-se em um discurso que nega a violência e suas práticas. A tecnologia da prisão como aparelho disciplinar, esconde o corpo do preso e retira da esfera pública a percepção do sofrimento que este passa, a dor disfarça-se de privação de liberdade e a sociedade não reconhece as perdas sociais provocadas, como o processo de marginalização e produção de delinquência, por exemplo.

Porque o público não escuta a angústia dos prisioneiros e suas famílias, porque o discurso da mídia e da criminologia popular apresenta os criminosos como “diferentes”, e menos que totalmente humanos, e porque a violência das penas é geralmente sanitária, situacional e de pouca visibilidade, o conflito entre as sensibilidades civilizadas e a frequentemente brutal rotina da punição é minimizada e feita tolerável. A punição moderna, portanto, é ordenada institucionalmente e representada em um discurso que nega a violência inerente das suas práticas. (GARLAND, 2002, p. 243).

Entretanto, se o discurso punitivo moderno esconde-se através da negação da violência, no Brasil tal dimensão "coexiste com atos de violência que se legitimam de forma explícita na impunidade dos operadores das instituições e sobretudo na conivência de amplas camadas da sociedade para com essas práticas." (SALLA; GAUTO; ALVAVEZ; 2006, p. 349). No âmbito da sociologia da punição, como já explicitado no capítulo anterior, essas relações só podem ser compreendidas a partir dos aspectos socioculturais imbricados nas práticas punitivas. Retomando Durkheim, Garland afirma que as práticas penais falam à sociedade não apenas sobre crime e castigo, mas também operam como estruturas de raciocínio que ajudam a organizar o mundo, perpassando relações como bom e ruim, normal e anormal e legitimidade e ordem, nos ensinando a julgar e preservar a ordem social.

Assim, muito mais que os documentos oficiais e relatórios, os efeitos provocados pela ação social da punição nos revelam os significados sociais e culturais que operam e são operados por essas práticas. Cada vez que um procedimento ou uma linguagem técnica é empregado, são comunicados padrões de significados e formas simbólicas. O ritual judicial e sua linguagem técnica operada pelo SJC promovem uma imagem específica do Estado, da sua autoridade e de como a justiça se relacionada com os criminosos e a sociedade.

Neste íterim, a mídia tem papel fundamental na intermediação destes sentidos socioculturais, pois ela é quem “apresenta os eventos penais para a sociedade, a qual vem influenciada por interesses comerciais e editoriais que restringem e selecionam os símbolos a serem comunicados” (SALLA; GAUTO; ALVAVEZ, 2006, p. 344). A sociedade em geral, como público-alvo destes discursos, são persuadidos pela retórica que produz um reconhecimento de “si” no discurso midiático, dramatizando, por exemplo, o medo que o *cidadão de bem* tem dos *bandidos* e a necessidade de extirpação deste mal.

Durante a pesquisa em Paranaguá/PR, no mês de julho de 2017, me chamou a atenção um caso de tortura policial que foi divulgado pela mídia local. Primeiramente, antes de eu assistir a matéria, recebi de meus informantes uma foto do boletim de ocorrência dos fatos<sup>53</sup>. No documento alega-se que após um policial militar conduzir um suspeito de roubo para a delegacia de policia civil, foi preso em flagrante por uma

---

<sup>53</sup> Antes da exibição da matéria, a foto do boletim de ocorrência já circulava em grupos de policiais militares no Aplicativo WhatsApp.

delegada de polícia e um investigador, por estar desferindo socos no investigado para que este informasse quem seria o outro autor do crime<sup>54</sup>.

FIGURA 5 – BOLETIM DE OCORRENCIA.

TIPO DE BO: FLAGRANTE		DATA DO REGISTRO: 05/07/2017	HORA DO REGISTRO: 20:15
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO: DIRETAMENTE AO ÓRGÃO POLICIAL			
<b>DADOS DA OCORRÊNCIA</b>			
ENDEREÇO: R VIEIRA DOS SANTOS	NÚMERO: 200	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO/UF: PARANAGUA - PR	BAIRRO: CENTRO HISTORICO		
<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA OCORRÊNCIA:</b>			
<p>DURANTE O RECEBIMENTO DA OCORRÊNCIA RELATADA NO B.O.U. [REDACTED], A EQUIPE TITULAR DA OCORRÊNCIA ENTROU PELA SALA DO PLANTÃO, ONDE ROTINEIRAMENTE RECEBE-SE OS PRESOS. O INVESTIGADOR [REDACTED] ESTAVA REALIZANDO OS REGISTROS DE B.O., QUANDO OUVIU BARULHOS DE PANCADAS VINDO DA CELA "CORRÓ". NESTE MOMENTO O INVESTIGADOR [REDACTED] FOI VERIFICAR O QUE ESTAVA OCORRENDO, INDO ATÉ A SALA ONDE ENCONTRAVAM-SE OS POLICIAIS MILITARES. NA PRIMEIRA SALA, O INV. [REDACTED] VISUALIZOU O SOLDADO [REDACTED] EFETUANDO O REGISTRO DO B.O.U. [REDACTED], E ENTÃO FOI PARA A PRÓXIMA SALA, O "CORRÓ", ONDE ENTÃO VISUALIZOU O POLICIAL MILITAR [REDACTED] GOLPEANDO COM SOCOS O [REDACTED] TENTANDO OBTER A INFORMAÇÃO DE QUEM SERIA O OUTRO AUTOR DO ROUBO RELATADO NO B.O.U. [REDACTED]. IMEDIATAMENTE O INV. [REDACTED] SOLICITOU QUE FOSSEM CESSADAS AS AGRESSÕES, INCLUSIVE O ALERTANDO SOBRE O CRIME QUE ESTARIA ACONTECENDO, E DE FORMA INDIFFERENTE FALOU AO INVESTIGADOR "RELAXA AI", NOVAMENTE ALERTADO SOBRE O FATO E REPETIU "RELAXA AI", E O INVESTIGADOR [REDACTED] INFORMOU QUE OS PROCEDIMENTOS DA DELEGACIA DEVERIAM SER CUMPRIDOS DA PORTA PARA DENTRO. DIANTE DOS FATOS, A EQUIPE DE PLANTÃO INFORMOU A DELEGADA PLANTONISTA, A DRA. [REDACTED], A QUAL DESLOCOU PARA A DELEGACIA E DEU VOZ DE PRISÃO PELO CRIME DE TORTURA, EM DESFAVOR DO POLICIAL MILITAR [REDACTED]. É O RELATO.</p>			
NATUREZA(S) CONSTATA(S):	SUBMETTER ALGUÉM SOB SUA GUARDA A TORTURA - LEI 9.455/97 - CRIMES DE TORTURA		
TIPO(S) DE AMBIENTE(S):	DELEGACIA DE POLICIA		
MEIO(S) EMPREGADO(S):	TORTURA SOCO		
PROVIDÊNCIA(S) DA AUTORIDADE POLICIAL:	REQUISICAO DE EXAME BOLETIM DE OCORRENCIA		
DATA E HORA DO INÍCIO DO FATO: 05/07/2017 19:00		DATA E HORA DO FINAL DO FATO: 05/07/2017 19:00	

Fonte: Autor (2017).

No dia seguinte, o canal da TVCI<sup>55</sup>, em seu programa jornalístico “voz do litoral” que passa ao meio dia, exibiu o caso que foi tomado como indignante, ante a prisão do policial. Durante a reportagem<sup>56</sup>, entrevistou-se um capitão da polícia militar que apresentou apenas a versão do policial que fora preso, o qual defendeu-se dizendo que apenas estava tentando retirar a algema do suspeito e neste momento este gritou de dor pois as algemas estavam colocadas de maneira errada. Em nenhum momento foi mencionada as práticas de agressão constantes no boletim de ocorrência e nem a motivação das agressões. Ao final da reportagem, o apresentador do programa, que está sendo transmitido por meio de um *close* de seu rosto com afeição indignada, comenta:

<sup>54</sup> As tarjas da imagem foram colocadas por mim onde se identificam as partes. A foto estava circulando no WhatsApp sem censura.

<sup>55</sup> A TVCI é uma emissora de TV localizada em Paranaguá/PR, com alcance para todo o litoral do Estado.

<sup>56</sup> Policial Militar de Paranaguá foi preso acusado de tortura. 7'40". Material retirado do site: <https://www.facebook.com/programavozdolitoral/videos/vb.289540784547041/796894960478285/?type=3&theater>. Acessado em 06 de agosto de 2017.



(...) é complicado este caso, como disse o capitão, vamos aguardar as investigações, tudo, mas a grosso modo... a grosso modo... Nós ainda não conseguimos ouvir o posicionamento da polícia civil oficialmente, a gente quer ouvir também pra gente ver o que aconteceu já dentro da delegacia com um rapaz que **já tem antecedentes**. É complicado pelo posicionamento, eu digo a grosso modo o seguinte: qual a leitura que a sociedade faz neste momento em que um policial que faz a detenção de um **elemento que já tem passagens pela polícia**, esse rapaz é conduzido para a delegacia de polícia... A leitura que o povo faz é a seguinte: **o bandido está solto e o policial que o prendeu está preso**... Né? É por isso que precisa de um esclarecimento muito forte em relação a isso, porque a minha preocupação em relação o comportamento da população, mas principalmente dos policiais, a partir do momento que **este policial está preso e pode inclusive ser exonerado dos quadros da polícia militar por esse caso**. Ele corre esse risco sem dúvida nenhuma. E aí? Qual o posicionamento da corporação toda? do policiamento de rua, neste momento? Em relação a uma próxima ocorrência semelhante, **quer dizer, e se um outro elemento entra dentro da delegacia e grita ou se ferir e ele acusar o policial?** É um caso bem delicado que tem que ter uma sensibilidade muito grande neste momento, para não colocar a população contra o trabalho da polícia civil e nem que o trabalho da polícia civil seja julgado de uma forma precipitada. (...) **O que a gente vê neste momento é que o policial está preso e o bandido está solto**. Vamos aguardar os esclarecimentos que virão por aí. (fala final do apresentador de TV, Tony Lagos. Grifo Meu).

A matéria foi publicada na página oficial da TVCI no Facebook, onde o público pode comentar e dar sua opinião sobre a matéria. Abaixo estão colacionados os cinco comentários mais relevantes<sup>57</sup>:

É bem a cara de nosso governo!

Passando a mão na cabeça de bandido e prendendo os Policiais.

Quero ver acontecer 2 dias o que aconteceu em Vitória, os policiais de braços cruzados e a bandidagem nas ruas, aí vão entender o papel e grande importância dos Policiais na comunidade.

Indignado !

Soltem logo o Policial e prendam o bandido !

Daqui a pouco os policiais não poderão mais algemar bandido porque pode machucar o bracinho deles.

Indignado com a incompetência de alguns !

Curtir · Responder · 64 · 6 de julho às 17:10 · Editado

Policial preso por tortura, porque tava apertado a algema e doeu o pulso do ladrão, coitadinho da Vítima da Sociedade, é brincadeira isso, só nesse País mesmo, esse Policial merecia uma medalha por ter prendido esse ladrão.

VERGONHA!!!

Curtir · Responder · 45 · 6 de julho às 17:07

Se eu fosse polícia, devolveria o distintivo e largava mão de ser PM.

O bandido vale muito mais hoje em dia. 😡

Infelizmente esse é o nosso País. Fala sério!

Curtir · Responder · 16 · 6 de julho às 22:46

O pm vai preso e o bandido solto não dá mais pra polícia atender ocorrências porque os pms também precisam sustentar as suas famílias então não podem mais sair pra rua tem que deixar os bandidos assaltarem tranquilamente pois a lei está do lado dos bandidos é o fim mesmo.

Curtir · Responder · 20 · 6 de julho às 17:01

<sup>57</sup> Quando selecionada a opção “exibir comentários mais relevantes” em uma publicação do facebook, são exibidos os comentários em ordem dos mais curtidos e respondidos.

Parabéns ao policial civil, mandando pra prisão um PM enquanto tá cheio de traficante a cidade, isso eles não vão investigar e coloca atrás das grades  
Curtir · Responder · 19 · 6 de julho às 19:16

O exemplo acima ilustra como as práticas rotineiras das instituições penais, incluindo um ilegalismo como a tortura policial, dizem respeito a valores e significados socioculturais muito mais amplos do que o próprio formalismo das leis penais e da bibliografia jurídica. A reportagem de TV ao se referir ao – em tese - torturado, o caracteriza sempre lembrando que este já tinha passagens pela polícia, construindo a imagem do *bandido*, ao passo que o policial militar sempre foi um honesto funcionário de segurança pública, em defesa da sociedade dos *cidadãos de bem*.

Como colocado por Jessé Souza em “A elite do atraso” (2017), a mídia não constrói um conhecimento, ela apenas “distribui e eventualmente, como no nosso caso, em um contexto de total desregulação do trabalho midiático, enfatiza alguns aspectos e encobre outros tantos de acordo com seus objetivos comerciais e políticos” (p. 17), assim, ao mesmo em tempo que a retórica midiática serviu para convencer o seu público-alvo a se solidarizar com o policial, ela também atende a uma demanda de opiniões que quer ouvir estes tipos de declaração, sustentada no caso pelo próprio agente de segurança pública entrevistado. Os comentários do público demonstram como certa parte da população não só tolera a tortura policial, mas como também a legitima na medida em que se revolta ao ver um policial militar responder criminalmente por agredir um *bandido* que já tinha passagens pela polícia. É possível notar ainda, que o fato causa uma espécie indignação patriótica, ligada a ideia de cidadania, quando esbravejam: “só nesse país mesmo” ou “é a cara do nosso governo”.

Após assistir a matéria, procurei ter acesso aos autos do caso e descobri que o que ocorreu, na verdade, foi que o PM preso em flagrante por tortura foi no dia seguinte colocado em liberdade provisória, assim que o juiz analisou o auto de prisão. Na sua decisão o juiz afirmou:

Analizando os documentos acostados aos autos, verifica-se que a concessão da liberdade provisória é medida de rigor, visto que embora o crime imputado ao atuado seja um gravíssimo delito, este é primário, possuindo bons antecedentes. (...) a prisão cautelar, conforme ressaltou HASSEMER “es legitima solo para aseguramiento del procedimiento y de la ejecución, pero no para la persecución de objetivos penales materiales, tales como la lucha contra el peligro de reiteración. Esto se deriva necesariamente del principio por el cual se presume la inocencia. Sólo constituyen fundamentos admisibles de la prisión la fuga, el peligro de fuga y el peligro de obstrucción de la investigación” (HASSEMER, Winfried. *Crítica ao Derecho Penal de Hoy. Norma, interpretación, procedimiento. Límites de la prisión preventiva*, trad. De Patricia S. Ziffer. Buenos Aires: Ad-hoc, 2003, p. 127).

Ressalto, outrossim, que **mesmo que a acusação dirigida ao atuado primário venha a ser totalmente acolhida em sentença, tem-se como**

pouco provável que venha a iniciar o cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado, mormente pela primariedade referida acima. Injustificável, por esse motivo, que permaneça em regime mais rigoroso do que aquele no qual poderá iniciar o cumprimento de pena, em caso de condenação. À vista do princípio da homogeneidade, decorrente do princípio da proporcionalidade, não se mostra razoável manter-se alguém preso cautelarmente em regime muito mais rigoroso do que aquele que ao final eventualmente será imposto (HC 117535 / DF HABEAS CORPUS 2008/0219942-5 Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133) Relator(a) p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI (1138) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 17/11/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 01/02/2010). (Grifo nosso).

Repare-se, que apesar da reportagem da TVCI e dos comentários sobre o fato afirmarem a todo o momento que o PM estava preso e que isto era uma injustiça, o juiz afirma que mesmo que o policial militar fosse condenado pela prática do crime de tortura não poderia ficar preso ante a sua primariedade, isto é, em nenhuma hipótese este policial poderia ser encarcerado por praticar o crime de tortura.

A TVCI fez novamente uma nova reportagem<sup>58</sup>, anunciando que o PM finalmente havia sido colocado em liberdade, mas que ficaria temporariamente afastado da função. Ao final, o apresentador comenta: “o policial foi liberado, mas não pode trabalhar, a pergunta que eu faço é a seguinte: e o criminoso? ele continua preso ou já foi também colocado em liberdade? porque ele já tem B.O. também”. Abaixo, os três comentários mais relevantes:

██████████ Pô, a Tvci poderia enviar pro Datena ou pro Bati (cidade Alerta) pra mostrarem a sociedade brasileira este video em que houve inversão de valores. Isto só acontece em Paranaguá, é uma vergonha a céu aberto. O guarda é preso por usar de meios drásticos contra o ladrão que roubou o celular do menino. Deste jeito foi o maior incentivo a criminalidade. Acorda Brasil!!!!

██████████ na vdd esse policial civil q deu voz de prisão ao PM deve ser é parente do vagabundo, por isso a raivinha toda....tnc da onde q um policial vai preso por tortura? o cara chegou andando, c fosse tortura deveria tá é desmaiado. ... poca vergonha isso  
Curtir · Responder · 2 · 19 h

<sup>58</sup> Últimas informações sobre a prisão do policial militar acusado de tortura. 2'49". Material retirado do site:

<https://www.facebook.com/programavozdolitoral/videos/vb.289540784547041/797412797093168/?type=2&theater>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

[Redacted] Só pra cara mesmo, o policiamento já está uma maravilha agora menos um PM na rua para nós dar segurança, e q já está debilitada, o PM já faz oq pode para deixar o cidadão mais seguro pq a falta de efetivo em Paranaguá é um fato, agora os PM tem que se preocupar como faz as abordagem e prisão pq pode ter um policial civil sem ter oq fazer pq a cidade é um exemplo de segurança não tem traficante para investigar e prender aí o polícia civil fica sem ter oq fazer olhando, e mandando o PM para prisão pela forma q ágil com um bandido é pra acabar mesmo por isso q a cidade está como está bandido tem mais privilégio que o próprio PM q o prende  
 Curtir · Responder · 2 · 10 h · Editado

Analisar essas relações entre a mídia e seu público-alvo é importante porque dependendo de como os fatos são contados e transformados em imagens, possíveis usos do poder de torturar são socialmente tolerados ou não. Assim como tantos outros, o caso narrado pela TVCI, ao trabalhar com a fronteira moral que cria e divide a imagem do *bandido* vs. *cidadão de bem*, transformou o fato em uma metáfora dramática da vida cotidiana e suscitou reflexões em seu público-alvo acerca de como vizinhos, amigos e familiares estão correndo risco frente a uma política que pune policiais que impõem uma “justa medida da dor” nos *bandidos* que vivem para produzir a dor do *cidadão de bem*.

Estas dramatizações da vida cotidiana autorizam possíveis usos do poder de torturar porque estão ligados a significações maiores como o medo social da criminalidade e a sensação de ineficácia da justiça. Captar os valores e sentidos estruturantes desses discursos é perceber como a sociedade compreende não apenas o caso específico que estão assistindo, mas o andamento das suas próprias vidas<sup>59</sup>. Segundo David Garland:

As práticas penais dão sentido e definição aos laços que conectam os indivíduos entre si (a relação do criminoso com as vítimas, por exemplo) e com as instituições centrais da sociedade (a relação dos indivíduos com o Estado, com a polícia, com a família), e também sugerem as reações emocionais esperadas em relação a comportamentos desviantes, como a raiva, a indignação, a compaixão e a indiferença: O drama do crime e da punição impulsiona um conflito “real” entre os instintos e a repressão que a maioria dos adultos experimentou em algum nível. Sendo essa a questão, os

<sup>59</sup> Este processo de produção de sentido é verificado por Schritzmeyer (2012), em seu estudo sobre o tribunal do júri.

símbolos da punição parecem ter relação com as memórias pessoais e associações individuais particulares, produzindo atitudes e envolvimento que poderiam não surgir de nenhuma outra forma (GARLAND 1995, p. 275).

A fronteira moral que divide o *cidadão de bem* e o *bandido* é uma característica cultural que perpassa a punição em nossa sociedade. Teresa Pires do Rio Cadeira (1991) afirma que durante os anos 80 no Brasil, intensificaram-se os movimentos que reivindicavam direitos coletivos e erguiam-se discussões sobre a humanização dos presídios e reforma das polícias. Ao mesmo tempo, setores contrários às políticas de democratização valeram-se dos meios de comunicação de grande circulação para explorarem a inumanidade dos criminosos comuns e atacar a competência dos defensores dos direitos humanos, que são tratados como fomentadores da criminalidade. Setores conservadores utilizavam seus discursos objetivando três estratégias: negar a humanidade aos criminosos, equiparar a política de humanização dos presídios à concessão de privilégios em detrimento dos *cidadãos de bem* e associar a política de humanização, bem como o governo democrático que tentava se estabelecer ao crescimento da delinquência.

Neste diapasão, direitos como à saúde, moradia e educação eram vistos como coletivos, pois diziam respeito a toda a sociedade, porquanto se vinculou o direito dos prisioneiros comuns como um direito individual, de necessidade secundária. Por meio deste processo sociohistórico, o termo *direitos humanos*, que na literatura jurídica diz respeito a direitos mínimos inerentes à todos os humanos, foi desassociado da noção geral de direitos civis, referindo-se no imaginário popular à privilégios que *bandidos* tem em detrimento da sociedade em geral movida por *cidadãos de bem*.

Foi exatamente com base na associação de direitos a privilégios que representantes da direita construíram sua oposição à defesa dos direitos humanos para prisioneiros comuns. Seu discurso insistia em que se queria conceder, através da política de humanização dos presídios e de controle das violências praticadas pela polícia, privilégios a criminosos — seres que não deveriam ter nem direitos. Não lhes foi muito difícil — dado que a ideia era difundida — argumentar que o que se queria era defender vantagens para bandidos. E não tiveram escrúpulos em abusar das imagens, afirmando que se queria oferecer luxo, boa vida, hotel de cinco estrelas, tudo para bandidos que zombavam, assim, de honestos homens de bem que lutavam para sobreviver com dignidade. Uma vez feita a associação direitos humanos=privilégios para bandidos, foi fácil destruir a legitimidade dos direitos que estavam sendo reivindicados, e dos seus defensores, tratados como "protetores de bandidos". (CALDEIRA, 1991, p. 169).

Embora a luta pelos direitos humanos se estenda à todos, a imagem do *bandido* foi associada com exclusividade ao termo. Essa representação dicotômica produziu limites de pertencimento entre “nós cidadãos” e “eles não cidadãos” de tal forma, que

“ao defender criminosos, parece que os defensores dos direitos humanos tocaram um limite do aceitável. A ideia é que, ao se ultrapassar esse limite, se estaria ameaçando toda a ordem social”. (CALDEIRA, 1991, p. 171). A lógica é perversa porque o que se esconde por trás dos discursos contra os direitos humanos é justamente a manutenção de privilégios. Assustados com a expansão de direitos sociais (vistos como privilégios) para as classes populares, a criminalidade é utilizada como forma de se articular discursos contra direitos coletivos, deixando certos grupos às margens da sociedade. Ocorre, portanto, uma criminalização da marginalidade e uma marginalização da criminalidade.

Ainda que diversos diagnósticos – como os já citados e muito provavelmente os próximos a serem publicados - venham apontando que a audiência de custódia não tem sido capaz de trazer mudanças significativas no uso abusivo da prisão provisória e nem no combate à violência policial, apenas ao se falar em medidas de proteção aos direitos humanos por meio do desencarceramento e responsabilização dos agentes estatais por práticas abusivas, discursos são movidos pelo sentido de que ela privilegiará os *bandidos*. Este é o caso do manifesto intitulado “você tem sido enganado”, onde mais de 150 operadores do SJC (a maioria Promotores de Justiça) colocam-se contra a “bandidolatria”, afirmando que o instituto tem provocado o “aumento daqueles casos em que o marginal perigoso é imediatamente solto e faz outras vítimas nos dias seguintes”<sup>60</sup>.

Essa relação entre operadores do SJC também já foi percebida anteriormente por Bodê de Moraes quando da sua investigação doutoral com agentes penitenciários (2005; 2009). Na pesquisa, esta fronteira moral surgiu representada pela frase “direitos humanos para humanos direitos”, a qual se articula com outras duas noções, quais sejam, “direitos humanos são para defender/proteger bandidos” e “aqui não há lugar para direitos humanos”. As duas primeiras frases são semelhantes, entretanto, enquanto a primeira admite o caráter humano dos *bandidos*, ainda que estes não sejam merecedores de direitos civis, a segunda, é a negação explícita da humanidade destes. Já a frase “aqui não há lugar para direitos humanos” foi utilizada por agentes penitenciários para representar como o Estado é o principal violador de direitos básicos na instituição prisional, em uma espécie de “um complexo jogo identitário no qual o

---

<sup>60</sup> Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/03/promotores-de-justica-lancam-manifesto-contra-garantismo-e-bandidolatria>. Acessado em: 08 de dezembro de 2017.



agente penitenciário ora se identifica com o preso, ora tenta desesperadamente afastar-se dele" (BODÊ DE MORAES, 2009, p. 04).

Segundo os dados atualizados pelo Infopen no final do ano de 2017, após um ano da realização obrigatória da audiência de custódia no Brasil, o país teve um aumento na quantidade de pessoas privadas de liberdade, alcançando a cifra de 726 mil indivíduos encarcerados, o que o colocou como terceiro país com a maior população carcerária do mundo, ultrapassando inclusive a Rússia que estava na sua frente há anos. Mesmo assim, ignorando o fato que as audiências têm reproduzido a velha lógica da cultura do encarceramento, no início de 2018 o Sindicato dos Advogados no Estado da Paraíba (SINAD-PB) ajuizou um Mandado de Segurança junto ao Supremo Tribunal Federal pedindo a nulidade da resolução que torna obrigatória a audiência de custódia<sup>61</sup>, trabalhando seus argumentos a partir da fronteira moral entre *bandidos* e *cidadãos de bem*, abaixo alguns trechos:

**A preocupação da autoridade coatora foi de apenas e tão somente levar o preso a presença do magistrado para que ele seja, pasme Vossa Excelência, ouvido sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão. Note-se que a ida até a presença do juiz não tem o objetivo de ouvir o preso sobre as circunstâncias do crime que praticou, mas sobre o como o bandido foi tratado no ato da prisão. Nada de mais absurdo!**

**Quando um agente (bandido) é preso em tal situação, é lavrado o auto de prisão em flagrante pela Autoridade Policial, onde, imediatamente “a prisão e o local onde se encontra serão comunicados ao juiz competente, ao Ministério público e à família do preso”, artigo 304 Código de Processo Penal.**

**Continuando no absurdo teor da Resolução, a tal “entrevista” servirá para “esclarecer o que é a audiência de custódia, ressaltando as questões a serem analisadas pela autoridade judicial” e, nela deverá “assegurar que a pessoa presa não esteja algemada, salvo em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, devendo a excepcionalidade ser justificada por escrito”. Ou seja, a algema passa a ser exceção e não regra, pondo em risco todo um sistema de segurança pública em benefício de bandidos presos em flagrante.**

**Quando um agente (bandido) é preso em tal situação, é lavrado o auto de prisão em flagrante pela Autoridade Policial, onde, imediatamente “a prisão e o local onde se encontra serão comunicados ao juiz competente, ao Ministério público e à família do preso”, artigo 304 Código de Processo Penal. (Grifos originais mantidos).**

Como a linguagem é um dos principais veículos de transmissão de sentidos, a palavra *bandido* é exaustivamente repetida para reforçar a fronteira moral que sugere o

<sup>61</sup> Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2018-jan-17/sindicato-advogados-stf-fim-audiencias-custodia?utm\\_source=dlvr.it&utm\\_medium=facebook](https://www.conjur.com.br/2018-jan-17/sindicato-advogados-stf-fim-audiencias-custodia?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook). Acessado em: 17 de janeiro de 2018.

distanciamento social, racial e cultural entre grupos sociais. Veja-se que essa lógica é levada a cabo por uma espécie de empreendedorismo moral que atua em várias frentes. Segundo Howard Becker (2008), empreendedores morais são pessoas que acreditando que estão em uma missão sagrada para salvar a vida de outros, empreendem uma cruzada moral com o fim de estabelecer uma ética absoluta. Por fundar-se em um preceito moral, utilizam-se de representações sociais do senso comum da existência vulgar, noções estas pré-reflexivas, já que suas categorias classificatórias são pré-construídas e não encontram comprovação em dados empíricos. No caso da audiência de custódia, por se tratar de uma política de direitos humanos destinada ao *bandido* socialmente construído como símbolo da maldade, pouco importa os resultados práticos das audiências, o que importa é o conteúdo das leis.

Este tipo de fronteira moral tem um caráter mais perverso ainda na medida em que se associa com os estereótipos disponíveis na sociedade, incorporando preconceitos sociais, raciais e dos mais diversos. Jessé Souza, por exemplo, de forma provocadora explica em “A elite do atraso” (2017) como uma ciência racista implementada no Brasil passou a ser por meio dos mecanismos de aprendizados continuados no tempo e que atuam em um mesmo sentido, uma crença compartilhada socialmente. Para o autor, existe no país um racismo naturalizado em uma hierarquia moral invisível de efeitos visíveis que “se presta como nenhuma outra a separar e hierarquizar o mundo de modo prático e muito diferente da regra jurídica da igualdade formal. Ela é, inclusive por conta disso, muito mais eficaz que todos os códigos jurídicos juntos” (2017, p. 21). É interessante notar ainda, que o racismo ao qual o autor se refere não diz respeito apenas ao preconceito fenótipo e racial, mas para todas as “formas de hierarquizar indivíduos, classes e países sempre que o mesmo procedimento e a mesma função de legitimação de uma distinção ontológica entre seres humanos sejam aplicados.” (p. 18).

Neste sentido, o *bandido* não é apenas aquele que comete uma infração penal, ele é uma construção social baseada na distribuição desigual de poder definir o que é crime e quem é criminoso. Pensemos no clássico exemplo dado por Zaffaroni (2008) de que diariamente Juízes de Direito assinam declarações como prestadas na sua presença quando não foram e isto não os identifica como criminosos. Ao usar o exemplo, o jurista não está argumentando a favor da punição destes juízes, pelo contrário, apenas demonstrando como a “impunidade” também é parte positiva do funcionamento social – inclusive das instituições jurídicas - e de que o empreendedor moral autoproclamado *cidadão de bem* também pode cometer diversos crimes diariamente, e de maneira



hipócrita bravejar contra aqueles rotulados como *bandidos* por meio da seletividade do processo de marginalização e criminalização social.

Estas são algumas das razões para que no senso comum a audiência de custódia constitua aquilo que afirmaram os policiais militares que entrevistei: uma “inversão de valores”, já que direitos humanos servem apenas para privilegiar *bandidos* - construídos como inumanos ou pouco humanos – em detrimento dos *cidadãos de bem*. O Meme abaixo, retirado de um grupo de WhatsApp de policiais militares também ilustra essa relação cultural:

FIGURA 6 – MEME INFOGRÁFICO AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA.



Fonte: Autor (2017).

O tragicômico infográfico acima colacionado também revela como é atribuído o sentido de injustiça em relação às audiências. Ao passo que elementos culturais da sociedade brasileira permitem tolerar práticas ilegais como a tortura policial, também não se admite que os suspeitos possam aguardar seu julgamento em liberdade, ou no limite, que algum dia possam sair da prisão, já que são *bandidos*, personificação do mal presente no imaginário cotidiano. Como afirma um jargão popular representado na charge abaixo, “a polícia prende e a justiça solta.”<sup>62</sup>:

<sup>62</sup> Charge que circulou em grupos de policiais militares no aplicativo WhatsApp.

FIGURA 7 – MEME A POLÍCIA PRENDE E A JUSTIÇA SOLTA



Fonte: Autor (2017).

Outro material interessante que foi fornecido por meus informantes é a seguinte mensagem que também circulou em grupos de policiais militares no aplicativo WhatsApp:

Viva a audiência de custódia e o judiciário brasileiro

Repassando...

Juíza Vanessa Neves Serafim Santos.

Determinou imediata soltura do assaltante de carros Clóvis Oliveira Santos Júnior que mediante violência roubou um veículo e cometeu homicídio tentado contra os policiais.

Além de mandar soltar o bandido, mandou processar os policiais que arriscaram a vida para prendê-lo, porque o bandido tinha um corte na sobrancelha

Leia na íntegra está aberração jurídica

<http://www.tjse.jus.br/pgrau/consultas/exibirIntegra.wsp?tmp.numProcesso=201620100875&tmp.dtMovimento=20161021&tmp.seqMovimento=7&tmp.codMovimento=342&tmp.tipoIntegra=3>

Por decisões como essas que a polícia e os bons policiais estão em extinção. O bandido rouba um carro com grave ameaça, com uso de arma de fogo, troca tiros com a polícia (ou seja, tentou matar policiais em serviço), foge, é capturado, preso em flagrante e na audiência é solto pela juíza. Que na opinião dela não há elementos que justifiquem a prisão. Porraaaaaaaaaaaaaa. Que país é esse? Precisa matar pra ficar preso? E pra piorar ela ainda mandar apurar crime de tortura por parte dos policiais, pois o bandido tem um corte na sobrancelha e segundo o bandido foram os policiais. Agora uma pergunta. Que país é esse? E vocês acham que esses policiais de agora em diante farão algo pela sociedade? O Brasil precisa mudar URGentemente. Estamos no fundo do poço. Enviem essa mensagem em todos os seus grupos. Isso é um absurdo.

No caso acima, ao ler a decisão na íntegra, verifiquei que o indivíduo foi colocado em liberdade não porque o flagrante foi considerado ilegal diante dos relatos de tortura, pelo contrário, o flagrante foi homologado e o custodiado aguarda o desfecho dos autos em liberdade, sob monitoração eletrônica. A respeito do policial, apenas foi encaminhada cópia do auto de prisão para a promotoria tomar os procedimentos que entender cabíveis, já que o laudo de lesões corporais foi elaborado de maneira incompleta. Entretanto, ao se declarar que um *bandido* não está preso provisoriamente e que um policial, *cidadão de bem* está sob investigação, o contexto do fato ganha significações sociais mais amplas e reforça-se o sentimento social de indignação com a impunidade que privilegia *bandidos*, pouco importando o desfecho do fato em si.

De outro lado, é interessante observar todos os operadores do SJC da cidade de Paranaguá/PR que foram entrevistados pelo jornal Folha do Litoral, por meio de justificativas jurídicas tentaram reverter a imagem negativa das audiências de custódia, não as defendendo, mas tentando afastar o mito que as audiências representam uma “inversão de valores”. Durante a matéria sobre as audiências de custódia, o jornal assim colocou:

O objetivo da Audiência de Custódia, não é proteger o preso. “É para que possamos apurar eventuais abusos na prisão. Isso veio da convenção dos Direitos Humanos e conseguimos apurar mais no calor do momento o que foi que aconteceu, por isso é dado a voz ao custodiado”, elucidou [a juíza de direito].

O parágrafo transcrito quer dar a ideia de contraposição, refutando o sentido de que a audiência de custódia protege o preso, entretanto, logo após sustentar isso, a juíza afirma que a audiência serve para apurar eventuais abusos durante a prisão, o que na verdade, também caracteriza uma forma de proteger o preso da violência policial. O que se percebe desta contradição, é um esforço em se “aliviar” o impacto negativo que a audiência de custódia pode provocar na sociedade e consequentemente o descrédito no Poder Judiciário, caso seja percebida como uma forma de favorecer *bandidos*.

Em entrevista para o jornal, o comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar de Paranaguá afirmou:

É importante também frisar que a pessoa custodiada e que é apresentada ao juiz, ela só vai ser liberada se a lei permitir. Independente de haver uma liberação, caso a Lei imponha, mesmo assim ele ainda vai continuar respondendo por aquele crime que, eventualmente, pode, ao final do processo, apresentar as provas da defesa e o contraditório, vir ou não a ser responsabilizado. Então, isso não significa que o fato do custodiado ser liberado, que ele está imune, como as pessoas podem pensar que ‘foi preso ontem e já foi solto’, por exemplo.

Esses relatos de esclarecimento pelos operadores do SJC surgem na mídia local como forma de garantir o crédito da sociedade no trabalho do sistema penal. Mesmo que não exista um consenso entre esses operadores acerca da necessidade e utilidade da audiência de custódia, estrategicamente, se faz necessário que seja mantido o laço de confiança da sociedade nas práticas penais, que pode ser perdido ante o sentimento social de impunidade. Daí uma das funções da utilização pública da já citada frase que virou jargão, e que inclusive foi slogan do CNJ em 2010 sobre as penas alternativas: “não se trata de punir menos, mas punir melhor”.

#### II.IV. O SUJEITO TORTURÁVEL.

*Nós, que lutamos contra a ditadura militar, devemos encarar o fato que a democracia que ajudamos a construir tortura e mata mais do que o ciclo militar. - Vera Malaguti Batista.*

Retomando algumas concepções de Foucault, passarei agora a elaborar algumas reflexões com base em outra espécie de poder apontada pelo autor. A troca do suplício para a pena de prisão criou um controle social muito mais preciso sobre os indivíduos, de forma que os mecanismos disciplinares, com o objetivo de produzir corpos dóceis e úteis, produziram determinadas forma de vida como normais. Diferente do poder soberano centralizado, nascia nas sociedades disciplinares um poder que não gerava mais a morte, mas ao contrário, fazia viver. Por estar disperso na sociedade, o controle social não é exercido apenas pelas instituições estatais e a lei, mas por complexas relações infralegais que apesar de produzirem normatividade, estão para além do direito.

Porquanto o poder disciplinar aparece durante os séculos XVII e XVIII, paralelamente, surge uma outra forma de controle, denominada pelo autor como biopolítica, que ao contrário do poder disciplinar, não destina-se ao sequestro de indivíduos específicos para a produção de docilidade e utilidade, mas a todo o corpo social. Nas palavras do autor:

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia de biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que

eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2010, p. 207).

Note-se que ambas as formas de poder se entrecruzam de forma a produzirem o que Foucault chama de sociedade de normalização, que também opera por meio da governamentalidade minuciosa da vida, gerindo a vida cotidiana como uma questão política. Nesta perspectiva, o campo jurídico passa a ser compreendido como um veículo de relações de dominação e técnicas de sujeição polimorfos. (ROSA, 2014).

O filósofo Giorgio Agamben (2004; 2010) aprofunda estas questões levantadas por Foucault, identificando como nas sociedades modernas o poder sobre as massas é capaz de subtrair as vidas humanas a ponto de legitimar a retirada de direitos de determinados grupos sociais e promover o completo extermínio. Esta assunção da vida pelo poder produziu o que o autor chama de “vida nua”, isto é, um tipo de vida retirada da condição humana que se permite deixar morrer. Retomando um conceito retirado do direito romano arcaico, Agamben utiliza a noção de *homo sacer* para exemplificar essas vidas matáveis.

Originalmente, o termo recaía como pena para aqueles que praticavam determinados crimes e concedia ao apenado duas características: I. sua morte era impunível, não respondendo por homicídio aquele que o matasse e II. por se tratar de uma figura profana, estava impedido de ingressar na esfera divino e portanto, insacrificável. Ainda que essas características possam parecer contraditórias, ocorria uma dupla exclusão: o *homo sacer* ao ser excluído da esfera jurídica não correspondia mais ao mundo dos vivos, ao mesmo tempo em que posto para fora da condição humana e não podendo mais passar para a esfera divina, também não correspondia mais ao mundo dos mortos. O *homo sacer* representa exatamente a figura inversa ao soberano:

Aqui a analogia estrutural entre exceção soberana e *sacratio* mostra todo o seu sentido. Nos dois limites extremos do ordenamento, soberano e *homo sacer* apresentam duas figuras simétricas, que têm a mesma estrutura e são correlatas, no sentido de que o soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri* e o *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens são soberanos. (AGAMBEN, 2010, p. 86).

A partir destas concepções, Agamben entende que a biopolítica das sociedades contemporâneas é marcada pela característica de que sempre haverá a necessidade de distinguir aqueles que estão dentro e fora da esfera de proteção jurídica, isto é, aqueles alcançados pelo direito e aqueles expostos à violência, “os corpos matáveis e insacrificáveis – que nada mais são do que os estrangeiros na Europa; moradores de

favela no Brasil; os negros dos guetos norte-americanos ou os seus suspeitos de terrorismo.” (RIBEIRO JÚNIOR; AMORIM, 2016, p. 152).

Observe-se que este Estado de exceção, longe de corresponder à suspensão direta do sistema jurídico, opera exatamente por meio da lei e suas lacunas fictícias que permitem um espaço de “ilegalidade legal”, ou melhor dizendo, onde o extermínio do *homo sacer* moderno está em acordo com o direito, Agamben assim explica:

Longe de corresponder a uma lacuna normativa, o Estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, e caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor. (AGAMBEN, 2004, pp. 48-49).

A ideia é de que mesmo diante da existência de vasta legislação nacional e internacional de proteção aos direitos humanos, o aprisionamento biopolítico é capaz de manter a segregação de grupos sociais específicos e expô-los à morte. Neste sentido, a tortura se torna institucionalizada e passa a ser prática frequente para com a clientela do sistema penal. Embora Agamben pouco fale sobre a tortura, pode-se afirmar que o sujeito matável também pode ser o sujeito torturável, já que a tortura também se mostra como parte do funcionamento da biopolítica. Para Ribeiro Júnior e Amorim:

Para se fazer viver parte da população, precisamos fazer morrer outra parte (...) a tortura se torna um dispositivo biopolítico para manter sob controle a massa encarcerada garantindo, por via reversa, a vida “que vale a pena ser vivida” da população. Ou seja, utiliza-se o encarceramento como forma de segregar negros e pobres e utiliza-se a tortura como dispositivo para mantê-los sob controle dentro do encarceramento. (RIBEIRO JÚNIOR; AMORIM, 2016, p. 160).

Michel Foucault sustenta que “*la torture, c’est la raison*”<sup>63</sup> (2014b), isto é, que as práticas de violência estatal enquanto técnicas de dominação são levadas a cabo por meio de uma racionalidade que opera técnicas, métodos e finalidades muito bem específicas. Durante uma entrevista que realizei com um escrivão da polícia civil da cidade de Curitiba, este me revelou que a prática de tortura no meio policial sempre ocorreu por meio da estratégia que ele chama de “boa tortura”.

Segundo o entrevistado, conforme os mecanismos de apuração de violência avançam, as técnicas de violência se adaptam de maneira a constituir a “tortura correta”.

---

<sup>63</sup> *La tortura es la razón*. (FOUCAULT, 2014b).

O policial civil exemplificou contando uma história que vivenciou. Segundo o relato, a depender do indivíduo que era preso e o que ele fez, na delegacia de polícia civil alguns investigadores eram orientados a realizarem práticas de tortura de uma maneira muito específica para que não se deixe vestígios de lesão:

Bate-se no rim, ou na altura dos pulmões muitas vezes, ou seja, se acerta no extenso local onde termina a costela e começa o osso da bacia. Se utiliza um objeto achatado, como as costas das mãos abertas na parte macia do corpo que protege o rim. Isso porque além de não deixar manchas visíveis de agressão, faz inchar o rim, o pulmão e a vesícula. Inchando somente o rim, de tanto bater no local, de forma não tão forte, mas constante, já é o suficiente pra inchar também a vesícula e os órgãos próximos. A pessoa fica a noite toda com tremenda dor no rim e uma falta de ar incrível. Na próxima sessão "canta que nem passarinho". Cara, eu tenho pedra no rim e sei que é uma dor insuportável, imagina sendo causada por pancadas... (Policial civil da cidade de Curitiba/PR).

Outro exemplo dado pelo policial é quando policiais executam civis, ordenando que a vítima levante os braços para que o projétil fique localizado entre o coração e uma artéria de modo a constar no laudo de necropsia que a pessoa morta não estava em uma posição de relaxamento, dando a impressão que os braços estavam em uso, indicando o porte de arma de fogo.

Na visão do entrevistado, a instituição da audiência de custódia acaba acarretando em uma “sofisticação estratégica” das práticas de tortura, já que elas jamais deixarão de existir apenas por causa do instituto, uma vez que a violência faz parte da própria racionalidade policial. Este entrevistado, para exemplificar como a crueldade é reproduzida dentro das próprias instituições militares, relatou que quando trabalhava na PM havia um ritual para os soldados novatos que acontecia dentro do vestiário no momento do recebimento da farda, que consistia em atos de violência física e verbal para que o recém-chegado “provasse que é macho”.

Obviamente, estas práticas de tortura são direcionadas a uma parcela específica da população, que não desfruta de “privilégios” como delações premiadas e é submetida a práticas de tortura travestidas legalmente de “denúncias anônimas”. Neste sentido, “enquanto prática destinada ao controle daqueles indivíduos considerados matáveis e insacrificáveis, a tortura se torna um dispositivo biopolítico que traz à tona o fato de que o estado de exceção se tornou regra geral.” (RIBEIRO JUNIOR; AMORIM, 2016, pp. 162-163).

A ideia central proposta pelos autores trabalhados neste tópico, é que a biopolítica opera por meio da distinção hierárquica entre aqueles que merecem viver e aqueles deixados à morte. O termo “em defesa da sociedade”, título de uma das obras de Foucault, é interessante pois representa como a biopolítica defende aqueles elegidos como membros da sociedade, fazendo morrer aqueles que estão fora dela. É, em outras palavras, a relação já trabalhada e que permeia toda esta obra, representada nas categorias de *cidadão de bem* e *bandido*.



### **III. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: UM RITUAL JUDICIAL DE INTERAÇÃO FACE A FACE.**

Antes de iniciar a microanálise das interações face a face nas audiências de custódia realizadas na cidade de Paranaguá/PR, é necessário primeiramente definir alguns conceitos analíticos sobre a noção de ritual. O sociólogo Roberto da Matta, ao investigar e discutir o papel e o significado dos rituais no contexto da sociedade brasileira (1983), elabora uma classificação que acredito ser útil para explicar as dinâmicas rituais das interações no campo judicial.

Para o autor, os eventos sociais dividem-se em cotidianos e extraordinários. Estes que não estão relacionados com a vida do dia-a-dia, podem ser previstos, tais como as solenidades, bailes, etc., ou ainda, imprevistos, caracterizado pela falta de controle da sociedade sobre o acontecimento. Estes acontecimentos podem estar marcados tanto pela formalidade, isto é, por um traço de divisão interna e de estrutura hierarquizante manifesta, quanto pela falta delas.

A partir dessa classificação, a antropóloga Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (2012), sustenta que os julgamentos do tribunal do júri podem ser considerados como rituais extraordinários, previstos, formais e ordenados. Acredito que posso estender essa noção para outros ritos judiciais. As audiências de custódia são extraordinárias porque estão fora da rotina cotidiana dos custodiados, previstas, pelo completo controle e previsibilidade dos atos praticáveis que os operadores do SJC tem dela e formalmente ordenada devido a divisão de papéis muito bem definidos em seu interior a partir de uma estrutura hierárquica visivelmente manifestada nas interações face a face que ocorrem naquele local.

O ritual da audiência de custódia, assim como os demais eventos extraordinários e formalmente ordenados, é marcado por aquilo que Max Gluckman (1987) chama de “rituais de passagem”, caracterizados pela mudança de comportamento ao sair do “mundo da vida cotidiana” e a entrar neste “mundo especial”, característica que foi perfeitamente observável durante a pesquisa. Antes do início da tomada do depoimento do custodiado, a sala de audiências geralmente é tomada por conversas informais e geralmente bem humoradas, entre promotores, defensores e juízes, que conversam sobre coisas da vida cotidiana, como relacionamentos, lugares da cidade que costumam frequentar e etc. Ao iniciarem a audiência, marcado não pela chegada do

preso na sala, mas pelo início da gravação audiovisual, deixam-se de lado todas as expressões verbais e não verbais de caráter trivial e iniciam-se uma sequência de atos formalmente ordenados, onde cada operador age conforme seu papel social exige.

Embora constituam eventos extraordinários que contrastam com os atos da vida cotidiana, é no próprio sistema sociocultural da sociedade específica em que acontecem que os rituais encontram sua matéria-prima. Os rituais são programados pela sociedade e nascem sob o seu controle, e mais que isso: onde existe um domínio estabelecido ou a ser descoberto um ritual pode nascer, daí a existência dos mais variados: sagrados, civis, militares, científicos, formais, informais, inclusive os judiciais. (DA MATTA, 1983; SCHRITZMEYER, 2012). Os rituais, ao constituírem eventos sagrados, colocam em *close up* elementos da vida social:

O que estou dizendo é que os rituais não devem ser tomados como momentos essencialmente diferentes (em forma, qualidade e matéria-prima) daqueles que formam e informam a chamada rotina da vida diária. (...) Nesse sentido, o estudo dos rituais não seria um modo de procurar as essências de um momento especial e qualitativamente diferentes, mas uma maneira de estudar como elementos triviais do mundo social podem ser descolados e, assim, transformados em símbolos que, em certos contextos, permitem engendrar um momento especial ou extraordinário. Minha posição é que o rito, como um mito, consegue colocar em *close up* as coisas do mundo social. Um dedo é apenas um dedo integrado numa mão (...) mas no momento em que se coloca no dedo um anel que marcará o status matrimonial de uma pessoa, esse dedo muda de posição. Ele continua a ser um dedo, mas é ao mesmo tempo muito mais que isso. De fato, esse dedo é agora algo que pode ser destotalizado e visto como um elemento independente, associado que está a um anel e uma posição social. Colocou-se, assim, o dedo em *close up*. (DA MATTA, 1983, pp. 60-61)

Antecedendo Da Matta, o antropólogo Max Gluckman em seu estudo sobre a Zululândia (1987), já afirmava que por meio da análise empírica dos eventos sociais é possível delinear elementos que estruturam os padrões de sociabilidade, ordem e legitimidade social. A situação social, geralmente constituída pelo comportamento de indivíduos pertencentes a determinada comunidade, permite que a análise sociológica revele “o sistema de relações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade.” (p. 238).

Em síntese, o ponto de vista metodológico que os autores sustentam é que a análise das interações sociais constituídas nas situações, eventos, rituais e cerimônias, não dizem respeito apenas a descrições de atos observáveis, mas a elementos socioculturais em níveis mais abstratos. De maneira mais radical que Gluckman, o

sociólogo Erving Goffman leva a ideia ao extremo, afirmando que até mesmo as minúsculas práticas cotidianas como tirar o chapéu e coroações também constituem rituais de interação<sup>64</sup>. Para o autor, devido as regras socioculturais estarem por todos os lados, as interações face a face da vida cotidiana também alcançam uma dimensão ritualizada na medida em que os indivíduos delimitam suas condutas de acordo com as regras sociais que devem cumprir caso queiram parecerem normais.

Neste sentido, Goffman retomando Durkheim, considera que as regras sociais de conduta estão impregnadas em todas as atividades humanas e a manutenção destas regras produz uma constância e padronização das sociabilidades. Estas regras invadem o indivíduo de duas maneiras: “diretamente, como obrigações, estabelecendo como ele é moralmente coagido a se conduzir; e indiretamente, como expectativas, estabelecendo como os outros são moralmente forçados a agir em relação a ele.” (GOFFMAN, 2011, p. 53).

É necessário também deixar claro, que não são todas as regras sociais que Goffman está interessado, utilizando a distinção feita por Émile Durkheim em “*The Determination of Moral Facts*”, ele aponta a existência das regras substanciais e as cerimoniais: a primeira delas diz respeito a regra de condutas que são significativas por si só e não dizem nada a respeito dos “eus” das pessoas envolvidas. Já as regras cerimoniais, surgem como “um meio convencionalizado de comunicação através do qual o indivíduo expressa seu caráter ou transmite sua apreciação dos outros participantes na situação.” (GOFFMAN, 2011, p. 57).

Para exemplificar a classificação, apresentarei dois exemplos de comportamentos ritualizados bastante comuns no cotidiano: um indivíduo pode almoçar sozinho em sua casa e todos os dias e após terminar sua refeição sempre lavar a louça. Em uma determinada ocasião, este mesmo indivíduo recebe um amigo para almoçar em sua residência e logo após a refeição, este hóspede se antecipa ao anfitrião e lava a louça, para que o primeiro descanse. Na primeira situação, o regramento do comportamento do indivíduo diz respeito apenas a uma questão higiênica pessoal, sendo que as outras implicações deste ato são apenas secundárias, o que caracteriza uma regra substancial. Já na segunda situação, o hóspede ao impedir que o anfitrião lave a louça,

---

<sup>64</sup> Goffman faz isto de maneira consciente e provocativa, afirmando que na sua tentativa de mostrar o que há em comum entre cerimônias extraordinárias e práticas cotidianas, forçosamente ignora “as diferenças entre elas a um ponto que muitos antropólogos talvez possam considerar impraticável.” (2011, p. 58).

não está apenas executando uma tarefa higiênica, mas expressando seu respeito e gratidão por aquele que o recebe, caracterizando uma regra cerimonial. Goffman afirma que está interessado apenas nas regras cerimoniais, pois quando são praticadas constituem rituais que dizem respeito a “forma pela qual o indivíduo precisa proteger e projetar as implicações simbólicas de seus atos enquanto estiver na presença imediata de um objeto que tenha um valor especial para ele.” (2011, p. 60). As situações sociais são então para Goffman, “veículos ou fichas simbólicas que carregam mensagens cerimoniais.” (2011, p. 58).

Ao realizar a manutenção das regras sociais que o coagem, o indivíduo geralmente irá se comprometer com determinada imagem delineada do eu, o que durante a interação implica em duas formas de respeito (que também pode ser entendido como formas de comunicação) diferentes: o “respeito-próprio”, personificado no porte do indivíduo, que diz respeito à imagem que ele quer passar de si, e a “consideração”, materializada na deferência, que se refere ao respeito que tem sobre a imagem do outro ou sobre o símbolo que ele representa.

Regras e deveres que os atores sociais devem seguir variam a depender da situação social em que estão envolvidos e como querem se envolver. Um mesmo indivíduo segue diferentes regras de comportamento, padronizando uma específica imagem do eu, cada vez que assume um determinado papel social: na sua família enquanto pai, assume determinadas responsabilidades e espera que seu filho cumpra com certas obrigações; no seu trabalho enquanto chefe, se relaciona com seus funcionários de determinada forma e espera que eles respeitem sua posição hierárquica; no bar como amigo, espera que seus amigos tenham confidencialidade e assim também age; em uma universidade enquanto aluno, cumpre obrigações e espera que os funcionários os tratem com o devido respeito, e assim por diante nos mais variados rituais de interação da vida cotidiana. Os papéis funcionam como “máscaras” que os indivíduos colocam e retiram durante os rituais da vida cotidiana. A metáfora é apropriada pois o termo *persona* em grego, designava máscaras de atores de teatro para interpretarem personagens.

Durante o ritual da audiência de custódia cada indivíduo que ali atua também assume determinado papel, seja o de juiz, promotor, defensor, policial, custodiado, ou mesmo de plateia. A forma como um indivíduo considera o outro é expressa em todas

as microrelações que se desenrolam durante o ritual, como por exemplo olhares entre promotores e juízes quando custodiados alegam agressões que eles não acreditam que ocorreram.

Para a análise dos significados das microinterações, o conceito *fachada* assume especial relevância de caráter metodológico, pois ela diz respeito ao “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante sua representação”. A *fachada*, “é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 2011, p. 14), em outras palavras a *fachada* é a imagem valorizada que cada indivíduo tenta fornecer de si. Duas são as suas classificações: A *fachada pessoal*, se refere as características físicas e expressivas do indivíduos, tais como vestuário, idade, sexo, características raciais, padrões de linguagem, gestos corporais etc. Já a *fachada social*, diz respeito a integração entre a maneira e a aparência no interior de determinado cenário. Para o autor:

Pode-se chamar “aparência” aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator. Tais estímulos nos informam também sobre o estado ritual temporário do indivíduo, isto é, se ele está empenhado numa atividade social formal, trabalho ou recreação informal, se está realizando, ou não, uma nova fase no ciclo das estações ou no seu ciclo de vida. Chamaremos de “maneira” os estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima. (GOFFMAN, 2014, p. 34).

O cenário, que pode compreender a mobília, decoração disposição físicas e outros elementos, também tem força nas interações, pois cria o palco para o desenrolar das representações. A representação, para Goffman, “é toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 2011, p. 29).

A *fachada* constitui um objeto sagrado nestes rituais, o que institui um trabalho de *figuração* (*face-work*), isto é, uma precaução contra qualquer risco que possa comprometer a face dos participantes da interação. Entretanto, o ritual pode produzir um efeito contrário e se transformar em uma missa negra, onde a sacralidade da face de alguém é quebrada e se pode profanar este. Neste ponto, posso afirmar que, a depender do juiz ou promotor de justiça que atuam na audiência de custódia, estas podem constituir um ritual de profanação da fachada do custodiado, que passa a ser visto como

um *desacreditado* (GOFFMAN, 2013) e suas palavras são constantemente colocadas em dúvida, como demonstrarei mais a diante.

A partir destas categorias de Goffman, pode-se considerar que quando os operadores do SJC interagem face a face com o preso *sem filtro*<sup>65</sup> nas audiências de custódia (considerada como um ritual, pois é o momento em que os operadores do SJC demonstram a deferência pelo custodiado e manejam seu porte), decidindo logo após pela prisão ou liberdade e a necessidade ou não de se investigar práticas de agressão ou tortura policial, estruturam suas ações e fundamentam suas manifestações com base em valores e motivações encontradas nas relações socioculturais, de modo que suas práticas “transcendem as necessidades da vida imediata e alcançam significações mais amplas” (SHRITZMEYER, 2012, p. 49).

Retomando a metáfora de Da Matta (1983) que os rituais colocam em *close-up* elementos da vida social, posso afirmar que as interações face a face no interior das audiências judiciais do sistema penal evidenciam, sobretudo, a autoridade do Estado e a sua capacidade exclusiva de ordenar a sociedade por meio da imposição de uma “justa medida da dor”, que é a pena. Os atos formalmente ordenados nas salas de audiências possuem uma natureza simbólica que reforçam a presença da lei e de outros valores morais considerados positivos pelo sistema penal. Pode-se pensar, por exemplo, no uso das vestes “especiais” como terno e a gravata ou togas, na linguagem jurídica de difícil compreensão para leigos, no uso de crucifixos nas salas de audiência ou nas placas presentes nos corredores do fórum que exigem ordem e silêncio – todos constituem símbolos demarcadores de posições hierárquicas. Apesar de cada audiência judicial ter um objetivo específico, todas apresentam essa “característica geral” de produzirem um ritual de reforço de uma ordem social rigidamente hierarquizada, onde acima de todos estão a lei e os bons costumes, estando abaixo os “aplicadores da lei” e mais abaixo ainda, os cidadãos comuns, como réus, vítimas e testemunhas.

Pesquisas realizadas em diferentes locais, como as de Aknaton Toczec Souza no Paraná (2015) e Maria Gorete Marques de Jesus em São Paulo (2016), demonstram que existe um esforço das diferentes esferas do sistema penal em legitimar as outras

---

<sup>65</sup> Termo utilizado por um juiz entrevistado para referir-se ao preso que acabou de ser detido, diferenciando-se daquele que é apresentado nas audiências de instrução e julgamento, normalmente realizadas meses após a prisão em flagrante e consequentemente depois que o indivíduo já passou pelo filtro do sistema penitenciário, trajando, por exemplo, o uniforme da unidade prisional e de cabelo raspado.

instancias que o compõem. A partir de um sistema de crenças baseadas em noções abstratas, os operadores judiciais do SJC legitimam os discursos dos policiais que efetuam as prisões para a construção de uma verdade jurídica, como medida essencial para o funcionamento do próprio sistema penal. Para a autora, a fé é um elemento central no funcionamento do SJC:

Inicialmente, parecia que a questão da “fé pública” era a justificativa central para a acolhida da verdade policial. Contudo, analisando o material, descobrimos que um repertório de crenças oferece o suporte de veracidade às narrativas policiais e apresenta dimensões que vão: desde a concepção do policial como representante de uma instituição do Estado (crença na função policial); como outras baseadas no reconhecimento de um saber policial, legítimo e habilidoso (crença no saber policial); na credibilidade de que policiais irão agir para proteger a sociedade, mesmo que utilizem de violência ou estratégias que poderiam ser interpretadas como abusivas e ilegais (crença na conduta do policial); na ideia de que os acusados têm o direito de mentir para se defenderem (crença de que o acusado vai mentir); na crença de que exista uma associação entre criminalidade e fatores socioeconômicos (relacionado também à sujeição criminal); e na crença de que a justiça criminal e seus operadores têm o papel de defender a sociedade, tendo na prisão um meio de dar visibilidade a isto (crença no papel de defesa da sociedade). A crença é apresentada por promotores e juízes como necessária para o próprio funcionamento do sistema: “Se eu fosse ser realmente rigoroso, não daria para prender ninguém, tudo é muito precário”. “Então é assim, ou eu acredito no policial ou eu não acredito, caso contrário a coisa não funciona” (PROMOTOR 1). Sem a crença na polícia, e consequentemente naquilo que ela narra, não se consegue prender ninguém. A crença parece ser um elemento central para o exercício do poder de prender e punir. (MARQUES DE JESUS, 2016, p. 242).

Promotores de Justiça em entrevista com Aknaton T. Souza (2015), também revelaram como a fé na palavra do policial é elemento fundamental para o funcionamento da política criminal de drogas, inclusive, mesmo quando existem indícios de violência:

Nos crimes de tráfico como regra se dá 90% dos casos com a prova feita pela polícia, então se eu desautorizar, se eu partir de um pressuposto que o policial militar estiver mentindo por alguma razão, desarticula toda a sistemática probatória do crime de tráfico. (Promotor de Justiça) (SOUZA, 2015, p. 72).

Claro que eu tenho policiais que depois eu fico sabendo que ele usou de violência. Mas ele não usou de violência para fazer o flagrante. O cara é pego no comércio, pego entregando a droga, usa de violência às vezes depois de encontrar a droga. O cara dá um safanão bem dado: ‘e aí você vai entregar quem tá vendendo?!’. Ele não podia ter feito isso, ele sabe que não podia. Agora é daqui pra frente, mas daqui pra trás a prova é válida, ele fez o flagrante, eu tenho documentado, a droga foi encontrada lá (Promotor de Justiça) (SOUZA, 2015, p. 117).

Embora as audiências de custódia também contemplem essas “características gerais” dos rituais judiciais, diferente dos demais, elas têm a capacidade de criar um rito de inversão dessa ordem na medida em que não só objetivam reverter o encarceramento

em massa, mas principalmente porque ao darem a palavra aos presos para que relatem se sofreram algum tipo de violência policial, abre-se espaço para se questionar a própria legitimidade do sistema penal.

Esta parece ser uma das questões centrais que envolvem as audiências de custódia, pois durante estes rituais, os operadores do SJC além de serem obrigados a perguntarem sobre possíveis atitudes ilegais dos agentes estatais, permitindo que o preso coloque em dúvida as crenças fundamentais para o funcionamento do sistema penal, também devem tomar medidas em desfavor dos próprios policiais que efetuaram a prisão. Esta possibilidade de inverter a própria ordem do SJC, que aparece como um dos objetivos das audiências de custódia, certamente é um dos motivos que fazem diversos operadores repudiá-las, sendo este um dos sentidos atribuídos a já citada frase que algumas pessoas – operadores do SJC ou não - utilizam para se referir a este tipo de audiência: uma grande “inversão de valores”.

Ao mesmo tempo em que o rito da audiência de custódia apresenta a característica intrínseca ao sistema penal de dar um *close up* na soberania do Estado, também permite se dar um *close up* nos direitos fundamentais do preso, evidenciando as ilegalidades praticas por seus agentes estatais, seja por meio do corpo do preso que é alvo desde olhares questionadores à análises científicas do Instituto Médico Legal (IML) ou nos seus relatos de agressão policial, tudo vai depender de como o ritual é manipulado. Compreender o valor e significado dessas interações permite identificar como a sociedade regula as práticas punitivas, sobretudo no que diz respeito ao encarceramento provisório em massa e as práticas de violência policial.

### III.I. UM CONSENTIMENTO EM PARANAGUÁ: A FALTA DE ESTRUTURA.

Desde que comecei a abordar o tema das audiências de custódia com os promotores, juízes e defensores públicos, o discurso da falta de estrutura para a realização delas apareceu frequentemente. Alguns simplesmente eram contra elas em sua totalidade e a falta de estrutura era apenas um dos problemas secundários, outros, apoiavam as audiências, as viam como necessárias, mas achavam que a falta de estrutura era um de seus principais impeditivos para alcançar seus objetivos. Inclusive, a primeira vez que perguntei para um juiz o que ele pensava sobre as audiências, este respondeu que: “a ideia [das audiências de custódia] é boa, mas ficou parecendo uma



imposição de cima para baixo, o CNJ não sabe como é a realidade aqui em Paranaguá, como é a nossa estrutura”.

O Meme abaixo, retirado de um grupo de policiais militares do WhatsApp, ilustra de maneira tragicômica este sentimento da falta de estrutura do sistema penal brasileiro para dar efetivação às audiências de custódia:

FIGURA 9 – MEME AUDIENCIA DE CUSTÓDIA.



Fonte: Autor (2017).

Conforme me explicou um dos Promotores de Justiça que entrevistei, a carreira de promotores, assim como as dos juízes, são divididas em quatro entrâncias: iniciais, intermediárias, finais e de 2º grau. Ao entrar no quadro dessas instituições, estes operadores iniciam nas menores cidades do Estado, que são consideradas iniciais. Conforme progridem na carreira por antiguidade ou merecimento, são transferidos para cidades com maiores índices populacionais, primeiro as intermediárias e depois as finais<sup>66</sup>. Segundo o Promotor, nas comarcas iniciais existe apenas um Promotor que acumula todas as atribuições da função, já nas intermediárias existem dois promotores ou mais, e por fim, nas finais, como é o caso de Paranaguá, existem diversas promotorias onde os Promotores especializam-se em matérias específicas.

---

<sup>66</sup> Existe ainda a função de Procurador e Desembargador, operadores que atuam em nas esferas de 2º grau nas capitais dos estados.

Quando surgiu a discussão sobre as audiências de custódia em 2015, este Promotor de Justiça atuava numa cidade de entrância intermediária e disse que a principal preocupação que surgiu foi quanto a estrutura para a realização das mesmas, sobretudo em entrâncias iniciais e intermediárias, onde existem apenas um ou dois promotores para atenderem os mais diversos casos, de uma cidade inteira. Ele me perguntava afirmando meio espantado, meio indignado: “E aí?! o Promotor não vai poder viajar para outra cidade no final de semana por causa das audiências de custódia?!”.

Paranaguá, sendo uma entrância final, é composta por duas varas criminais e diversas promotorias, sendo que três delas atendem exclusivamente questões criminais. Diferente da capital do Estado - que também é considerada entrância final – onde existe a Central de Audiências de Custódia, não houve aplicação de verbas para modificação de qualquer estrutura. Segundo o site do TJPR, o Centro de Audiências de Custódia do Paraná se tornou inclusive referência internacional, sendo elogiado pelo pesquisador do Human Rights Law Centre, Conor Foley, o qual segundo o Juiz Supervisor do Centro de Audiências de Custódia de Curitiba, Leonardo Bechara Stancioli, “ficou impressionado com a maneira de trabalharmos, com a limpeza, a estrutura e a organização do local”<sup>67</sup>.

A Central de Audiências de Custódia paranaense amplamente divulgada e enaltecida pela mídia e pelo próprio TJPR parece ser exatamente o que a maioria dos operadores do SJC de Paranaguá que entrevistei representam como estrutura eficiente para o desenvolvimento da prática. Durante as suas falas, muitos afirmaram a necessidade de uma estrutura interna para o Fórum, como varas e funcionários específicos para atuarem só com este tipo de audiência:

Eu acho que a gente não tem estrutura, se criasse uma promotoria que só fizesse isso ou isso aliado com outra matéria, se tivesse um pouco mais de tempo, porque a minha pauta é ter audiências todos os dias e fica muito difícil, a área criminal gasta muito tempo em audiência, a prova é produzida ali na audiência, então tem casos que são mais complexos que tem que inquirir a testemunha de uma forma um pouco mais detalhada, minuciosa, e isso de repente acaba demorando e acaba ficando difícil de fazer os casos, é totalmente inviável pela quantidade de flagrante, não sei quantos tem aqui em Paranaguá, mas se torna totalmente inviável e a gente sairia daqui de noite. Eu já saio de noite, as vezes por causa das audiências de instrução, até de

---

<sup>67</sup> Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset\\_publisher/1IKI/content/centro-de-audiencias-de-custodia-de-curitiba-se-tornou-referencia-internacion-1/18319?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/centro-de-audiencias-de-custodia-de-curitiba-se-tornou-referencia-internacion-1/18319?inheritRedirect=false). Acessado em 06 de agosto de 2017.

custódia, que acabam indo durante a noite que é feito depois das audiências de instruções. (...) Aqui temos um problema seríssimo de estrutura, de mão de obra, tem pouca gente trabalhando, os mandados não são cumpridos, a carência de oficiais de justiça, então muitas audiências não saem por falta de intimação por erro nas intimações, ou atrasam muito, nunca saem no horário. Eu nunca fiz uma audiência que estava marcada pra 13:30 que foi 13:30, eu nunca sei se as audiências vão acontecer ou não, então acaba atrapalhando tudo. (...) por exemplo, quando tem júri, o júri demanda o dia inteiro, então a audiência de custódia fica difícil fazer quando tem júri. O juiz que preside o júri é o juiz que preside as audiências de custódias, então passa do horário e fica difícil até porque não tem nem funcionários, porque como você vai fazer uma audiência de custódia 19:00/20:00 horas da noite? O funcionário do tribunal tem hora pra cumprir e não pode ficar trabalhando até 20:00 horas da noite, teoricamente não. (Promotor de Justiça 1).

Pensando nas realidades locais, o CNJ em sua resolução nº 213, abriu espaço em seu artigo 14 para que os Tribunais de Justiça expedissem atos necessários para a adequação das audiências. Quero chamar a atenção para alguns dispositivos presentes na Instrução Normativa nº 03/201 do Tribunal de Justiça do Paraná que permitem a manipulação do pleno direito a audiência de custódia:

Art. 4º Nos termos do artigo 14 da Resolução 213/2015 do CNJ e levando em consideração à realidade local, **na impossibilidade de efetuar o deslocamento da pessoa presa em flagrante delito ao local da audiência de custódia nos finais de semana e feriados**, conforme previsão do artigo 2.º da Resolução 213/2015 do CNJ, não sendo possível a realização nesse período, **as referidas audiências serão efetivadas no primeiro dia útil seguinte**, devendo para tanto o magistrado adequar sua pauta.

Art. 5º Os autos de prisões em flagrante que tenham a comunicação efetuada nos finais de semana e feriados, cuja audiência não possa ser realizada nesta ocasião, serão encaminhados pela autoridade policial ao juiz de plantão que justificando a impossibilidade de realizá-la, **decidirá nos termos do art. 310 do CPP e determinará a distribuição à vara competente após encerrado o plantão judiciário para concretização dos demais termos da audiência de custódia**.

Art. 7º **Fica dispensada a apresentação da pessoa detida nos casos de soltura já determinada pela autoridade policial, nos termos do art. 322 do CPP, ou pelo juiz na fase do art. 310 do CPP.**

Os três artigos acima citados permitem a relativização do direito às audiências de custódia, uma vez que concede aos Juizes de Direito a prerrogativa de adiarem ou mesmo ignorarem a realização da audiência. Considerando estes dispositivos, a seguinte *praxis* foi adotada em Paranaguá: Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz de direito faz uma análise prévia da necessidade e legalidade da prisão e se entender que é caso de soltar o indivíduo, o faz sem marcar a audiência de custódia, que apenas são realizadas nos casos em que o juiz já está convicto da necessidade da prisão provisória. Desta forma, todas as pessoas que são encaminhadas para as audiências de custódia, apesar de geralmente não saberem, saíram de lá presas provisoriamente.

As pessoas que são presas durante os dias úteis, tem sua audiência de custódia realizada, na maioria das vezes, no prazo exigido pela resolução do CNJ<sup>68</sup>, já as prisões em flagrante ocorridas nos finais de semanas, são analisadas pelo juiz de plantão, que se decidir pela prisão, marca a audiência para o próximo dia útil. Assim, se uma pessoa é presa em uma sexta-feira após o horário de expediente forense (das 12h00min às 19h00min), esta só será apresentada para uma autoridade judicial na segunda feira a tarde, mas não para decidir se será colocada em liberdade, porque sua prisão já foi decretada pelo juiz de plantão no final de semana, mas para que relate “como foi sua prisão”.

Ao mesmo tempo em que esta sistemática adotada em Paranaguá permite que uma pessoa que é presa no final de semana não precise aguardar até segunda feira para que tenha seu flagrante analisado em audiência de custódia, também obstruem os próprios objetivos das audiências: produzirem o desencarceramento por meio da “superação do papel” e combater práticas de violência policial, o que é reconhecido pelos próprios operadores do SJC que entrevistei:

Acho que já chegou a um modelo, pelo menos aqui em Paranaguá. Pelo que eu percebo é que: não tem juiz suficiente, nem promotor e nem defensor pra só fazer audiência de custódia, a praxe esta sendo só marcar audiência de custódia nos casos que o juiz já vai decretar preventiva. Então acaba sendo aquilo mesmo que você fica rebatendo, vai ser só pra apurar violência mesmo. Porque se a juíza já esta decidida que vai converter em preventiva e não vai soltar, porque que vai marcar audiência? Só pra ver a violência. (...) Precisaria de uma vara especializada só em audiências de custódia (...) Teria que ter mais gente, mais concursos, mas isso é impossível. (Defensor Público).

Acho que o ideal é que ela fosse realizada [a audiência de custódia] em todos os casos de prisão em flagrante, não só nos casos que nem é feito aqui que a juíza olha e vê que existe uma possibilidade da conversão da preventiva e marca a custódia, se ela vê que é o caso de liberdade provisória já de imediato, ela nem marca custódia, ela já solta o sujeito. E cá entre nós, o sujeito que está em liberdade não vai procurar a justiça para relatar sobre a prisão. O ideal seria se fizesse em todas, mas não é feita por causa da inviabilidade de não ter viaturas suficientes, tempo suficiente, final de semana não existe uma estrutura. (...) Final de semana não é feito audiência de custódia, é feita só no dia útil seguinte, então se nós temos um crime do cara ser preso na sexta-feira à noite e ter um feriado de segunda e terça, ele só vai ser ouvido na quarta-feira à tarde. (Promotor de Justiça).

Como a falha estrutural era uma coisa recorrente nos discursos dos operadores do SJC de Paranaguá, busquei a opinião de juízes da cidade de Curitiba que

---

<sup>68</sup> É necessário explicar um detalhe: Segundo a legislação, a pessoa deve ser encaminhada em até 48 horas da prisão, pois o delegado de polícia tem 24 horas para encaminhar o auto de prisão para o juiz, que tem mais 24h para marcar a audiência de custódia.

atuaram na Central de Audiências de Custódia sobre essa questão. Um dos juízes entrevistadas afirmou que a sistemática adotada em Paranaguá parece ser uma vantagem por não deixar o indivíduo preso para a mera apresentação na audiência de custódia, entretanto, afirmou que não concorda em concentrar as audiências nas mãos de operadores fixos e que outros motivos se escondem por trás dos discursos de falta e estrutura.

Eu não sei o que é essa estrutura toda que a pessoa imagina que ela tenha que ter. (...) Antes das coisas acontecerem [as audiências de custódia], para que não acontecesse, [os juízes] se prendiam muito na questão da estrutura. (...) Todo mundo tem muitas audiências, mas é isso mesmo, você ganha para isso, você tem que fazer. Eu acho que da pra fazer sim. Eu sempre fui contra a Central da Audiência de Custódia por que eu acho um equívoco gigantesco. Ela tem um custo operacional muito alto, ela massacra o juiz, o promotor e o servidor, ela burocratiza. As pessoas do interior acham que a central é uma vantagem, ela não é uma vantagem, é uma desvantagem. Antes da Central, quando eu estava na minha vara criminal, por exemplo, eu fazia bastante audiência de custódia porque eu atendia todos os presos da delegacia X, e fazia ainda todas as outras audiências criminais. Era puxado? Era! Mas dava pra fazer todas totalmente tranquilo. E se o juiz ficar com as audiências só daquilo que foi distribuído para a sua vara, é uma audiência por dia. Eu acho que assim é tranquilo, dividir entre todos os juízes (...) você pega o caso do começo ao fim. Não é um numero absurdo de prisões por dia em Curitiba, então em Paranaguá muito menos. A audiência de custódia para demorar muito, leva 10 minutos. Você só faz duas perguntas, você investiga as condições pessoais do custodiado e as circunstancia da prisão. Você não tem mais o que perguntar e nem pode. Então é muito rápida, bem feita é rápida. (Juiz de Direito da cidade de Curitiba/PR).

Após essas tensões feitas pelo Juiz, em uma ocasião que encontrei um dos Defensores Públicos no fórum de justiça de Paranaguá, provoqueei o seguinte diálogo:

**Eu:** Você acha que precisa de uma estrutura só para as audiências de custódia em Paranaguá?

**Defensor Público:** Sim, porque todos têm muitas audiências em um dia só, fica muito corrido. Um Promotor deu uma ideia que achei muito boa: Em toda delegacia de polícia deveria ter um defensor público de plantão e só ocorrer a audiência de custódia quando o defensor achar necessário. Seria bom, mas isso é impossível pela quantidade de defensores...

**Eu:** Conversei com um juiz de Curitiba e ela acha que é mais fácil fazer as audiências de custódia em Paranaguá do que na Central em Curitiba, pelo baixo número de presos por dia. Se fossem realizadas audiências para todas as pessoas presas em flagrante aqui na cidade, você acha que teriam quantas audiências por dia em cada vara?

**Defensor Público:** Acho que geralmente uma por vara, no máximo umas três.

**Eu:** E elas demoram quanto tempo?

**Defensor Público:** Uns quinze minutos...

Outro exemplo de discursos contraditórios que eram constantemente apresentados pelos operadores de Paranaguá, dizia respeito ao baixo contingente de

viaturas policiais disponíveis para se levarem presos para as audiências de custódia, entretanto, ao perguntar se já houve algum caso de impossibilidade de locomoção.

Essas contradições são reveladoras por que mostram como são articulados alguns dos discursos de resistência às audiências de custódia. Como se sabe que é inviável que todas as cidades do Estado recebam investimentos públicos para que sejam construídas centrais, antes mesmo da institucionalização obrigatória das audiências, solidificou-se a ideia que serve como justificativa para a não realização da audiência, que na realidade perpassa por outros motivos. Este discurso que alcançou uma dimensão doxal, parece ser operado de maneira inconsciente, onde até mesmo alguns dos que defendem o amplo funcionamento das audiências de custódia, acabam limitando a sua criatividade e reproduzindo este discurso pronto que legitima obstruções aos objetivos das audiências.

Inclusive, o juiz entrevistado afirmou que nas cidades interiores as audiências podem se desenvolver de maneira mais harmônica que nas capitais devido ao baixo número populacional e a capacidade de se tecerem redes de cooperação institucional.

O que eu percebo é que os colegas se prendem nas eventuais carências estruturais para justificar a não realização. Na verdade, em uma cidade pequena é muito mais fácil para organizar do que uma cidade grande. Com um telefonema você resolve. Liga para o delegado e combina. O juiz não quer fazer audiência de custódia. Não quer fazer porque incomoda, é o cara fedendo na tua frente, te xingando... Já me xingaram muitas vezes... Como o Juiz não quer fazer audiência de custódia, se prende na questão da estrutura. Mas qual é essa estrutura tão gigantesca que precisaria? Será que não consegue trazer um preso por dia? O que eu acho complicado na vara de custódia é a concentração de poder, a cidade fica refém do juiz que fica lá e isso não é salutar. Assim como são as varas, você tem juizes mais punitivistas, outros menos. Na central é muita concentração de poder e destrói o juiz. (Juiz de direito de Curitiba).

A realização da audiência apenas para os casos em que o juiz já tem a certeza antecipada de que irá manter o indivíduo preso, anula qualquer potencialidade de se fomentar o desencarceramento provisório, transformando as audiências em verdadeiras portas de recepção do sistema prisional. Ao contrário da sua ideia original de “superar a fronteira do papel”, a realização de uma audiência de custódia em Paranaguá é a certeza de que o indivíduo será preso provisoriamente<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> Foram presenciadas algumas exceções, em que foi dada liberdade provisória ao preso na audiência de custódia, esses raros acontecimentos serão analisados mais adiante.

É necessário abrir espaço para se comentar dois detalhes. Não são todos os advogados que sabem desta sistemática, por algumas vezes, observei cenas constrangedoras onde advogados presentes nas audiências de custódia mostravam-se ansiosos para saberem o resultado final da audiência, acreditando na possibilidade de seu cliente ser posto em liberdade, quando todas as outras pessoas presentes (juiz, promotor, estagiário, policial militar e eu) já sabiam que a audiência de custódia em Paranaguá é o novo sinônimo de prisão provisória.

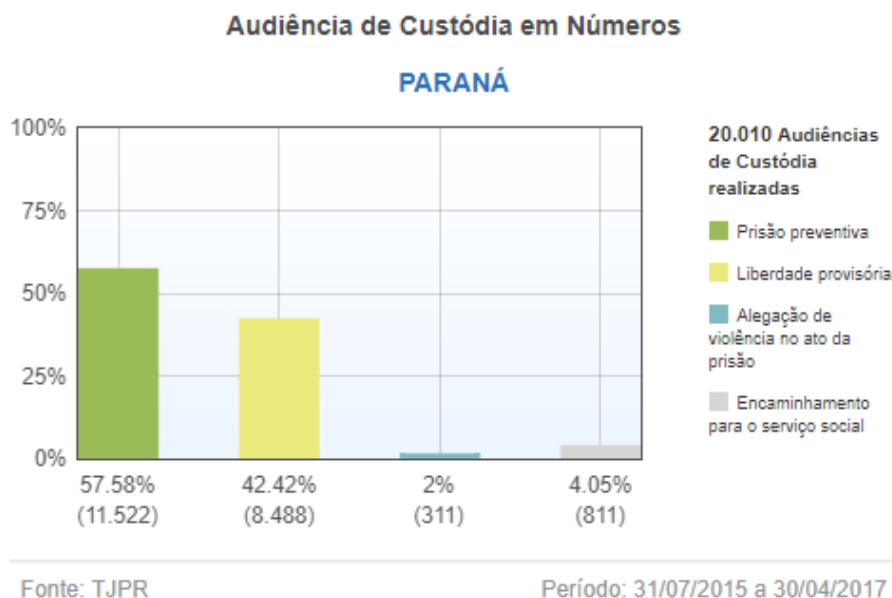
Ao reduzir o número de pessoas que terão contato face a face com operadores do SJC durante a audiência de custódia, o caráter asséptico das decisões judiciais é reforçado. Juízes de direito continuam a fazer a análise da legalidade e da necessidade da prisão por meio dos papéis que lhes são encaminhados, e só após firmar sua convicção de que o indivíduo precisa permanecer preso é que marcam a audiência de custódia como um dever meramente burocrático e que a princípio nada de relevante trará para reverem seu posicionamento. Quando uma prisão em flagrante é realizada no final de semana ou feriado, homologada e convertida em prisão provisória pelo juiz de plantão, as audiências tornam-se ainda mais limitadas porque não há espaço para a defesa sequer realizar pedidos de liberdade, uma vez que o juiz já decidiu sobre a necessidade da prisão durante o plantão judiciário e sem nenhum contato com o preso ou seu defensor. Nesta modalidade, quando o custodiado relata que não sofreu qualquer tipo de agressão, o contato face a face é tão rápido, que costuma demorar cerca de cinco minutos ou menos.

Observei também que alguns pesquisadores e jornalistas, para diagnosticarem se as audiências de custódia são capazes de aumentar o nível de liberdade, estão utilizando as estatísticas estaduais fornecidas pelo CNJ em seu portal eletrônico acerca do resultado das audiências<sup>70</sup>:

---

<sup>70</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

FIGURA 10 – ESTATÍSTICAS SOBRE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO PARANÁ.



Fonte: CNJ.

Essas análises meramente estatísticas que observam o Estado como um todo e ignoram as características municipais, conduzem os investigadores a conclusões precipitadas, já que não levam em conta o fato de Paranaguá e outras cidades só realizarem audiência de custódia quando há uma certeza de que o indivíduo permanecerá preso provisoriamente. Neste sentido, estes números fornecidos pelo CNJ, por si só nada tem a dizer acerca da possibilidade das audiências de custódia produzirem ou não o desencarceramento provisório.

Ainda que de fato existam carências institucionais que obstruam a plena realização das audiências de custódia, a ideia de que é necessária uma estrutura “especial” para seu amplo funcionamento castra, achata e agrilha a imaginação libertária necessária para se produzirem rupturas na velha lógica da cultura do encarceramento. Referimo-nos aqui, não à inventividade e versatilidade dos controles, mas à “imaginação libertária que não se confunde com imaginação para os controles, produções do poder delineadoras de culturas repressivas.” (PIRES, G. M., 2017, p. 113).

Aquilo que se entende como “realidade local”, deve ser tomada não como uma circunstância negativa em que a cidade de Paranaguá é vista como pouco estruturada e por consequência, pouco preparada para dar funcionalidade aos objetivos das audiências de custódia, mas como uma característica que potencializa a existência de vários caminhos inexplorados a serem aproveitados, descartando “fechamentos insensatos



acerca dos verdadeiros e únicos caminhos, de forma totalizante e desnecessária.” (PIRES, G., 2017, p. 116). Para se trilharem caminhos inexplorados, é necessário, sobretudo, interesse dos operadores do SJC e de outras instituições em se potencializarem as audiências de custódia. Embora a estrutura legal da audiência possa fornecer mecanismos inovadores, tudo depende da vontade de quem nela ou com ela opera.

### III.II. RITUAIS, FRONTEIRAS E CONTÁGIO MORAL.

O juiz que atuou na Central de Audiências de Custódia, ao longo da entrevista, ao contrário de todos os juristas entrevistados em Paranaguá, enfatizou como é necessário que as audiências de custódia não sejam concentradas em apenas uma única vara e um único juiz, devido aos estressantes momentos que vivenciam nas audiências:

Quando você pega um preso em audiência de instrução é totalmente diferente, ele já está preso a algum tempo, está despersonalizado, infantilizado, neutralizado, cabelo raspado, de uniforme, prostrado. Não é mais um ser humano, é um espectro na sua frente. Ele está calminho, você pergunta e ele responde, ele está moldado. Na audiência de custódia não, ele chega gritando, gente vomitando na sua mesa, família do preso gritando lá fora... É na verdade a vida é assim, né? Nela você vê a loucura que é o sistema criminal e eu como juiz criminal há dez anos, participando daquela máquina de moer carne, tentava achar alguma racionalidade naquilo e não achava nenhuma (...) O que eu percebo é que juízes não gostam da situação. (...) Lá na central só tem um juiz e de vez em quando eles fazem rodízio, o que eu acho salutar. O que acontece com o juiz na audiência de custódia, o que aconteceu comigo e com outros, o choque de realidade... Eu tinha dez anos de audiência criminal e achava que sabia tudo de audiência. Na custódia eu vi que não sabia nada. É chocante, você perde o prumo, ou você fica muito molenga como eu fiquei, ou você fica muito duro. Seria salutar o rodízio de juízes. Melhor então, é diluir os juízes e não massacrá-los. Se eu fizesse uma ou duas audiências de custódia por dia tudo bem, agora trinta, quarenta, como eu fazia na Central, não dá. (Juiz de Direito de Curitiba).

Ao relatar sua própria experiência, o juiz revelou que um dos motivos dos operadores do SJC não gostarem da audiência de custódia é o fato delas os colocarem de maneira muito próxima da desigualdade social operada pela *máquina de moer carne* do sistema penal. Ao contrário das audiências de instrução e julgamento (AIJ), onde o indivíduo já passou por um processo de mortificação do eu<sup>71</sup> no interior do sistema

<sup>71</sup> Segundo Goffman, sobre manicômios, prisões e conventos, “o novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele.” (2015, p. 24).

prisional, a interação com o preso *sem filtro*<sup>72</sup>, muitas vezes ainda no “calor dos momentos” da sua prisão, expões as vísceras da criminalização da miséria.

Uma das coisas pude perceber é que em regra, são apresentadas nestas audiências pessoas com o corpo machucado, camisas manchadas de sangue, enfaixadas, mancando, famintas, mal cheirosas, maltrapidas, violentadas e/ou violentadoras, analfabetas ou semianalfabetas, que logo após serem presas são colocadas na presença imediata dos operadores do SJC que são seus antagonistas (sempre bem vestidos, perfumados, com alto grau de qualificação profissional e acadêmica) em salas de audiências (que ao contrário do bairro onde reside a maioria dos custodiados, constituem um cenário onde a lei e o Estado estão presente em todos os cantos), para que interajam face a face e falem justamente sobre práticas de violência que foram submetidos por agentes do Estado.

O criminólogo Nils Christie de maneira provocativa, em sua obra “Limites à dor” (2017), sustenta que o direito penal deveria ser chamado de “direito da dor”, já que a palavra penal está intimamente ligada a dor. Entretanto, adotar tal classificação como oficial seria inconcebível por que as instituições dos Estados Democráticos modernos não gostam de serem reconhecidas como provocadoras de dor. Pode-se pensar, por exemplo, em como a temática da dor praticamente evaporou dos manuais de direito penal, onde se deixa claro que a pena é um mal atribuído como um mal, mas sem maiores explicações sobre os efeitos da punição. Para o autor, análises mais detalhadas sobre a relação entre pena e dor não estão presentes nestes manuais por mero descuido.

A palavra penal está intimamente ligada à dor. Isto é mais óbvio na tradição linguística inglesa, ou francesa, do que na germânica/escandinávia, onde se fala sobre “*Strafferett*” ou “*strat-recht*”, que é a lei punitiva. Porém, em ambas as tradições linguísticas, uma considerável turbulência seria criada, caso seja sugerido que a lei básica deva ser chamada “lei-de-dor”. Tenho feito isso, então bem sei. Os professores de direito penal, em sua maioria, definitivamente não gostam de ser chamados de professores das “leis-de-dores”. Os juízes não gostam de condenar pessoas à dor. Preferem dizer que condenaram à várias “medidas”. As instituições não gostam de serem consideradas ou autoconsideradas como causadoras da dor. Se eles, em geral, gostassem, deveríamos mudar o método. As instituições penais assumem que os destinatários das sanções devem ser retribuídos com algo que os torne infelizes, algo que faça dor. (CHRISTIE, 2017, p. 30).

É inegável que Juízes e Promotores de Justiça criminais tenham a consciência de que produzem dor, entretanto, diferente do que acontece nas ruas e no interior das

---

<sup>72</sup> Em termos da teoria de Goffman, esta expressão utilizada pelo juiz se refere ao preso que ainda não sofreu um processo de mortificação do eu.

delegacias e sistemas prisionais, o controle do crime efetuado por estes operadores constitui uma operação limpa e higiênica, já que ocorrem no interior de gabinetes e salas de audiência esterilizadas de qualquer pingo de crueldade aparente. Daí uma das funções dos rituais judiciais: operarem como dispositivos que fazem desaparecer a dor da vida pública e da punição.

Assim como os demais espaços considerados sagrados, as salas de audiências judiciais são protegidas do profano por mecanismos que reforçam as fronteiras morais. Os símbolos que constituem os rituais judiciais (como crucifixos, roupas, linguagem e posturas corporais formais, avisos de silêncio e etc.) demarcam aquele território como um espaço de solenidade onde não se permite as impurezas mundanas e se exige o máximo de respeito formal à autoridade do Estado. Neste sentido, os rituais operam uma esterilização destas impurezas.

Mary Douglas afirma que na sociedade ocidental, as regras relativas aos rituais sagrados carregam duas implicações: proteger os deuses de profanações e proteger o profano de perigosas intervenções divinas. Segundo a autora, “as regras relativas ao sagrado destinam-se então a manter os deuses à distância e a impureza constitui, nos dois sentidos, um perigo: através dela, o indivíduo pode entrar em contato com o deus”. (DOUGLAS, 1976, p. 10). Diferente de onde operam policiais e agentes penitenciários, o ritual judicial garante a separação de juízes e promotores das impurezas relacionadas ao sistema penal. Ao mesmo tempo, garantem que naquele espaço réus, vítimas e testemunhas não sejam submetidas à violência física perpetrada por outras esferas do sistema penal.

Quando o juiz diz que nas audiências de custódia os operadores são obrigados a lidar com “a vida como ela é” e não com o indivíduo já neutralizado pelo sistema penal, ela quer dizer que diferente dos outros rituais, nas audiências de custódia, por se tratar de pessoas que acabaram de serem presas, elementos da violência urbana são transportados para as salas de audiência, fazendo com que a esterilidade do ritual diminua na medida em que aumentam as impurezas. Segundo o entrevistado, o contato excessivo com os “clientes” das audiências de custódia “massacra” o juiz por coloca-lo de maneira muito próxima dos problemas sociais, provocando uma espécie de contágio que causa uma modificação moral no operador, que “perde o prumo”.

O que eu vejo é uma má vontade absoluta de quem está lá [os operadores], é uma espécie de castigo, as pessoas não gostam daquilo e não veem significado naquilo. Fazer só audiência de custódia é um trabalho bem pesado, bem pesado mesmo. Eu tive dez anos de vara criminal e nunca tive problema emocional nenhum, agora, em seis meses de audiências de custódia eu me arrebentei. É totalmente outra experiência. (...) emocionalmente é chocante, porque na verdade você está recebendo os problemas sociais, não são questões jurídicas (...) Eu lembro de uma situação muito especial: um sujeito foi preso porque agrediu um agente de segurança em um posto de saúde, também estavam colocando desacato para ele. Chegando na audiência de custódia, ele me falou que estava com a mãe infartada no posto de saúde por horas, horas e horas e perdeu a cabeça. Agrediu o guarda e foi preso. E aí, primeiro: no posto tinha dois guardas municipais e nenhum médico. E segundo: a prisão vai resolver em que? Então quer dizer... Você se depara com situações que você não consegue lidar (...) Depois que eu sai da Central eu resolvi não mais voltar, eu fiquei muito triste. (...) Essas audiências refletem muito o descarte social (...) Depois da audiência de custódia, a pessoa as vezes está melhor um pouquinho, por que as vezes a família teve a chance de fazer algum contato, então a pessoa está um pouquinho mais estruturada, na audiência de custódia entra louco que não sabe nem onde está, você pode até dizer para ele ir para um acompanhamento, mas ele não vai, ele some no mundo. Não existe uma política de encaminhamento, formalmente pode até existir, mas precisa muito mais do que isso. (Juiz de Direito de Curitiba).

As audiências de custódia constituem espaços onde as fronteiras morais entre operadores do SJC e custodiados são colocadas de maneira tão próximas, que o que pertence a quem se torna difuso, possibilitando o risco de um contágio moral. Baseada em Mary Douglas, a pesquisadora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR, Joyce Pescarolo (2007), utiliza o termo “contágio moral” para exemplificar como algumas pessoas tem medo não apenas de se contagiar com bactérias eventualmente presentes no interior dos Institutos Médicos Legais, mas um medo inconsciente e recalcado muito mais moral do que real que remete a questões presentes em um plano mais abstrato: a morte e a doença. Nas palavras da autora:

Se analisarmos mais atentamente, não temos apenas nojo ou medo das bactérias que habitam o hospital, o moribundo, o necrotério, o cadáver, o cemitério. Tememos ao que isso nos remete: à doença, impotência, morte. Pensemos no câncer, que não é uma doença contagiosa, mas carrega um estigma tal que os doentes que apresentam essa doença são muitas vezes excluídos pela própria família, como se tivessem uma doença altamente contagiosa. O que há na verdade, é um altíssimo grau de contágio, mas um contágio moral. Sentimo-nos “contaminados” pelo alto grau de destrutividade que ainda hoje o câncer tem e ao que ele nos remete: nossa própria finitude. O grau de contágio moral é tanto que tememos inclusive falar o nome da doença. Quando perguntamos o que a pessoa tem, ouvimos muitas vezes: “aquilo”, “aquela doença” e muito raramente ouvimos sem maiores constrangimentos a palavra câncer. Mesmo as pessoas menos supersticiosas parecem ficar desconfortáveis em pronunciá-la, como se sua simples menção tivesse o potencial de materializar a doença, de atraí-la. Esse para mim é um dos exemplos mais elucidativos de como se dá a sensação de contágio moral. (PESCAROLO, 2007, p. 73).

Neste sentido, a aversão em se ter contato excessivo com presos em audiências de custódia não revela um medo nos custodiados em si, mas o medo de um contágio moral com a dor produzida pelos problemas sociais e pela inutilidade da aplicação da pena para resolver estas questões. O relato do juiz de que o contato excessivo com os presos nas audiências de custódia é chocante e que “ou você [juiz] fica muito molenga como eu fiquei, ou você fica muito duro”, evidencia como o ritual da audiência de custódia, diferente dos demais, tem essa característica intrínseca de diminuir o distanciamento estéril entre os operadores do SJC e a violência, representada de duas formas: nas dores das histórias biográficas das pessoas que ali são apresentadas e nas dores que são produzidas pelo próprio sistema penal, na medida em que observam que a aplicação de pena não resolve o problema.

Note-se que embora a audiência de custódia possa aproximar operadores e operados, possibilitando uma empatia que até então era castrada pela “fronteira do papel”, o contágio moral provoca justamente o distanciamento, isto é, mesmo que estejam interagindo face a face, as fronteiras são reforçadas de modo que os operadores tendem a se distanciar, tornando-se, como disse o juiz entrevistado, “molengas”, ou “muito duros”.

Certa vez presenciei uma audiência de custódia em que o indivíduo havia sido preso no final de semana e na segunda feira, teve sua audiência com a presença de um juiz substituto. Durante a audiência, como a prisão já havia sido convertida, juiz, promotor e advogado limitaram-se às perguntas do juiz substituto acerca de questões pessoais como trabalho e residência fixa, se tinha dependentes e vícios. O custodiado respondeu e a audiência acabou em cerca de cinco minutos. Ao eu sair da sala de audiência, um funcionário do Tribunal de Justiça me interpelou:

**Assessor:** Você viu essa audiência?

**Eu:** Vi. Não teve nenhuma pergunta sobre violência...

**Assessor:** Sim! Então me diz... Pra que serve a audiência de custódia?

Ao longo da pesquisa, diversos colegas de trabalho e até mesmo operadores do SJC e seus assessores me perguntavam “para que servem as audiências de custódia?”, a pergunta, geralmente era seguida por um breve silêncio e uma expressão sarcástica do ator, já indicava a resposta de que “elas não servem para nada”. A seguir, passo a trabalhar esta relação.

### III.III. AFINAL, PARA QUE SERVEM AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA?

Alguns Juízes e todos os Promotores de Paranaguá que tive a oportunidade de conversar sobre as audiências de custódia, afirmavam que não viam sentido em terem que se encontrar face a face com os presos em flagrante para que avaliassem a legalidade e a necessidade da prisão. Segundo os relatos, cada operador ao fazer uma análise do Auto de Prisão em Flagrante já firma sua convicção como sempre foi feito antes das audiências. Um dos defensores públicos me relatou que independente das audiências, cada juiz adota a partir de suas convicções pessoais parâmetros de gravidade para cada crime, por exemplo, um dos juízes do fórum de Paranaguá, frequentemente referenciado como o juiz “que solta todo mundo”, apenas mantém presos preventivamente as pessoas suspeitas de cometer crimes envolvendo violência, relativizando o instituto da reincidência. Já o juiz da outra vara criminal adota um parâmetro mais punitivista em que leva em consideração a reincidência inclusive para crimes sem violência como critério para se manter a pessoa presa. Veja-se que em ambos os casos, independente do que for relatado pelo preso na audiência de custódia, suas decisões já foram tomadas no interior de seus gabinetes.

Um dos Promotores de Justiça que conversei confessou que às vezes até fica sensibilizado com os custodiados e seus relatos, entretanto, que é dever do Promotor passar por cima dessa empatia. Outro Promotor de Justiça declarou:

Eu acho que não é pelo fato de você olhar pra cara do sujeito e ele vir e chorar na tua frente que você vai ficar com pena e pedir pra soltar, então a gente analisa os fatos, o que consta nos autos, até porque tem casos que de repente ele pode alegar um excesso ou alguma ilegalidade, mas até ficar comprovado isso... procurar testemunhas, ou alguma outra prova pra confirmar o que o preso fala... porque se não a gente teria que soltar todo mundo, por acreditar que a maioria dos presos reclamam que existe agressões que acabam não sendo confirmadas. (Promotor de Justiça).

Assim como cada juiz adota um critério pessoal de gravidade delituosa que leva ao encarceramento provisório, promotores de justiça, que através da sua experiência com os juízes já conhecem os posicionamentos destes, também padronizam seus pedidos e quando estes dois operadores vão para as audiências de custódia, por vezes já levam sua manifestação pronta antes mesmo de encontrarem com o custodiado.

Durante a observação das audiências, presenciei a primeira audiência de custódia que um dos defensores públicos fez. Ao chegar na audiência e falar que não tinha nada pronto e que estava analisando a situação, o Juiz de Direito riu e fez

comentários – ainda que de forma respeitosa pela solenidade - que evidenciavam a inexperiência do defensor, e ainda afirmou que para os defensores era mais fácil porque eles não têm mais nada a pedir do que a liberdade de seus assistidos. Em outras situações, presenciei cenas em que o Promotor de Justiça ao levar sua manifestação pronta para a audiência de custódia era visto como “bem preparado”. Destaco esta fala de um dos Promotores de Justiça entrevistados:

Se falava muito quando foi implementada a audiência de custódia que a audiência era feita pra soltar os presos, sinceramente aqui em Paranaguá eu até não tenho visto muito essa situação, até porque, como eu disse os casos que são marcados por custodias, são casos em que já existe a necessidade da preventiva do sujeito e o juiz marca justamente por isso. Meio que se faz uma análise e entende que ele vai ficar preso, então nesse aspecto não vi nenhuma alteração. Eu recebo o Auto de Prisão em Flagrante pelo PROJUDI [sistema eletrônico do TJPR] e já faço uma análise, dou uma olhada nos antecedentes, faço uma análise do caso completo e já vou com um parecer favorável ou não da prisão pela regularidade do flagrante. (Promotor de Justiça).

Apesar disso, este Promotor de Justiça reconhece, que ainda que em poucos casos, o encontro face a face poder mudar a sua opinião:

Eu acho que bem poucos casos, mas teve um ou outro de você conversar com o sujeito e ver que de repente, existem alguns casos. Não pra relaxar o flagrante, eu digo pela necessidade da preventiva ou não. Eu já pedi o relaxamento de alguns flagrantes, principalmente final de semana, eu acho que os delegados não ficam na Comarca, não sei como é que é feito, mas nos casos que eu vi o relaxamento são feitos nos finais de semana, de repente alguma ilegalidade no flagrante, mas nunca eu pedi um relaxamento na audiência de custódia, mas sim nos Autos de Prisão em Flagrante quando vem antes pra gente analisar. Nos casos de face a face que foram poucos, porque a gente não pode ficar conversando porque é uma situação trágica, muitas vezes são viciados em drogas e é triste, mas a gente não pode se deixar levar, de repente o sujeito chega aqui começa a chorar, fica implorando ai a gente tem que tomar cuidado pra não se deixar influenciar por isso, mas as vezes você tendo um contato pessoal você consegue ver até que ponto o sujeito te engana, de repente você pode ter um *feeling*, achar que o preso poderia ir pra uma clinica, poderia colocar uma medida cautelar, ir para a clinica e a gente fazer o monitoramento, então já teve casos de eu chegar e pedir a preventiva, conversando ali eu pensei que poderia dar um voto de segurança pro autuado. Eu acho assim, não sei, tanto tempo trabalhando a gente consegue ver se quem que é o sujeito, de repente quer te enganar. Claro, não quero dizer que eu sou o dono da verdade e dizer que eu vejo quem está mentindo e quem não, a gente consegue ver através da experiência, se o sujeito está arrependido, se ele quer melhorar, se a gente tem que dar uma chance e tem que casos que você que o sujeito está se fazendo e que se você soltar ele vai fazer de novo. (Promotor de Justiça).

Por outro lado, um dos juízes que foram entrevistados foi além e ressaltou como é essencial este encontro face a face:

Tem muita diferença você analisar a prisão no papel e na custódia. Por exemplo, as grávidas. Dificilmente vai estar no auto de prisão em flagrante

que a mulher está grávida, então você chega na audiência e vê ela. A questão de deficientes físicos... pessoas debilitadas... tive muito caso de gente louca, transtornados em surto psicótico, você olha o auto de prisão em flagrante e parece assim... você olha pessoalmente e não é isso. A própria compleição física do agente, você lê e acha que foi o King Kong que fez aquilo, você olha pessoalmente e é um viciado em crack pesando 30 quilos. Você vê que muda muito. Um caso que eu gosto de contar é de um sujeito que tinha praticado um roubo ou um furto, algo assim, e teria pulado um muro, do muro pro quintal, de um telhado para o outro, de outro para outro e etc. Chegando na audiência o sujeito não tinha uma perna, ou seja, não era ele! Evidentemente não era ele. Então muda sim, mas o juiz tem que ter boa vontade. Às vezes o juiz fica olhando para o teto, sai da sala durante a audiência... então tudo depende dos olhos de quem está fazendo... (Juiz de Direito de Curitiba).

Um dos juízes de direito de Paranaguá, em certa ocasião, admitiu para mim que durante as audiências de custódia consegue ver coisas que o papel não permite, disse que inclusive, chegou a colocar uma pessoa em liberdade durante a audiência quando já havia se decidido pela prisão. Segundo ele, o que o fez mudar de ideia foi que o custodiado tinha dois filhos pequenos que dependiam de seus cuidados.

Um defensor público de Paranaguá afirmou que para a defesa é extremamente útil a existência das audiências de custódia, já que a prática adiantou o contato com o preso e consequentemente, o seu pedido de liberdade, que antes das audiências de custódia só era realizado quando já havia um processo criminal instaurado contra a pessoa:

Antes da audiência de custódia, muitas vezes a gente só tinha contato com o preso quando já era acusado, já tinha o recebimento da denúncia, ele era citado pra apresentar resposta à acusação, alegava que não tinha defensor e era indicada a defensoria pública. Com a audiência de custódia, porque assim, a defensoria não tem como atuar nos inquéritos, mas só com as audiências de custódia quando alguém é preso, então quando tem um inquérito que envolve flagrante com a pessoa já presa, acaba tendo desde a audiência de custódia. Então a gente já é chamado lá no fórum onde a pessoa já foi levada pra fazer a entrevista reservada como se fosse na audiência de instrução, conversar com a pessoa que não é acusado ainda. Você antecipa esse contato, porque não tem defensor suficiente pra acompanhar os inquéritos, então se alguém vem aqui e diz: “Olha, tem um inquérito contra mim”, se a pessoa está solta à gente até atua, vê o que pode fazer, mas assim, quando a pessoa tá presa como que vai vir procurar? Às vezes um familiar. Eu não sei como era antes, mas o familiar vinha e falava que fulano estava preso, mas eu só ia ter contato com o juiz na audiência de instrução. (...) Agora, quanto a questão da conversão da prisão eu acho importante e continuo batendo nessa tecla, no momento que você está ali conversando com o acusado, você não pode tocar nos fatos mas você consegue verificar coisas a mais pelo o que ele te conta na entrevista reservada. (Defensor Público).

Foram visualizados apenas três casos em que os presos foram colocados em liberdade provisória durante a audiência de custódia. O que ocorreu de semelhante nos três casos, é que o Promotor de Justiça que atuou, não era o titular da promotoria



criminal, mas um substituto que adota uma orientação menos punitiva (eu diria que era o Promotor de Justiça menos punitivo de toda a cidade). Nessas três audiências, o Ministério Público pediu a liberdade provisória dos presos e o juízo concedeu conforme requerido pelo *parquet*. Isto reforça a ideia já apresentada de que as instituições do sistema penal tendem a legitimarem umas às outras. Ao comentar este caso com um advogado, este me disse que “os juízes costumam ouvir o MP durante as audiências”.

Como alguns juízes e promotores de justiça acreditam (ou pelo menos querem acreditar) que o encontro face a face com os presos em nada altera a análise sobre a legalidade e a necessidade da prisão, estes geralmente afirmam que as audiências só servem para apurar a violência policial, o que segundo eles também é inútil, pois como disse um promotor de justiça, “se a polícia quiser bater e não deixar marcas ela faz e não tem como provar. O dinheiro que investiram nisso podia ser investido para melhorar delegacias”. Satirizando as audiências de custódia, não foram poucas as vezes que escutei promotores de justiça dizerem que elas não servem para nada a não ser para o Lewandowski<sup>73</sup> ganhar holofotes.

Uma das mais emblemáticas frases que escutei durante a pesquisa, proferida por um Promotor de Justiça, exemplifica bem a sua visão. Quando eu perguntei a ele se as audiências de custódia evitam prisões desnecessárias, este, com um sorriso sarcástico respondeu: “elas evitam prisões necessárias!”. Obviamente, o promotor de justiça sabe que em Paranaguá apenas as pessoas que vão ser presas é que são encaminhadas para as audiências, entretanto, sua frase generalista revela seu repúdio a qualquer prática que venha, em ultimo caso, privilegiar *bandidos*.

#### III.IV. COMO O RITUAL DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA TÊM IMPOSSIBILITADO O ROMPIMENTO COM A “FRONTEIRA DO PAPEL”.

O cenário onde se desenrolam as audiências judiciais contribui para que aquele espaço não seja considerado como um ambiente trivial. A disposição, o tipo de material e as cores da mobília no interior das salas de audiência demarcam espaços de separação rígida e autoritária entre operadores e operados pela lei. A primeira coisa que notei ao entrar em salas de audiências, é que frequentemente elas têm duas entradas, uma para o

---

<sup>73</sup> Ricardo Lewandowski foi o magistrado presidente do Conselho Nacional de Justiça que assinou a resolução que regulamenta a audiência de custódia. Durante o período de realização dos projetos pilotos o jurista defendeu publicamente e massivamente a realização obrigatória do instituto.

público, incluindo promotores de justiça e advogados e uma entrada diretamente para o gabinete do Juiz, geralmente atrás da mesa onde se sentam os operadores do SJC, demarcando quem é o “dono” daquele espaço.

A sala de audiência da primeira vara criminal de Paranaguá é constituída por uma grande mesa redonda em seu centro, onde em uma das pontas existe outra mesa mais alta, posicionada de frente para a mesa central, em que se senta no meio o juiz de direito, que tem seu espaço na mesa um pouco mais elevado que os demais e ao seu lado direito o promotor de justiça e ao seu esquerdo uma estagiária. Na mesa do centro, de um lado sentam-se os custodiados e réus e de outro, seus defensores. Um pouco afastado da mesa central e de frente para a mesa do juiz, existem cadeiras para o público, onde eu sentava para assistir as audiências. Abaixo uma ilustração do local:

FIGURA 11 – SALA DA 1ª VARA CRIMINAL DE PARANAGUÁ/PR.

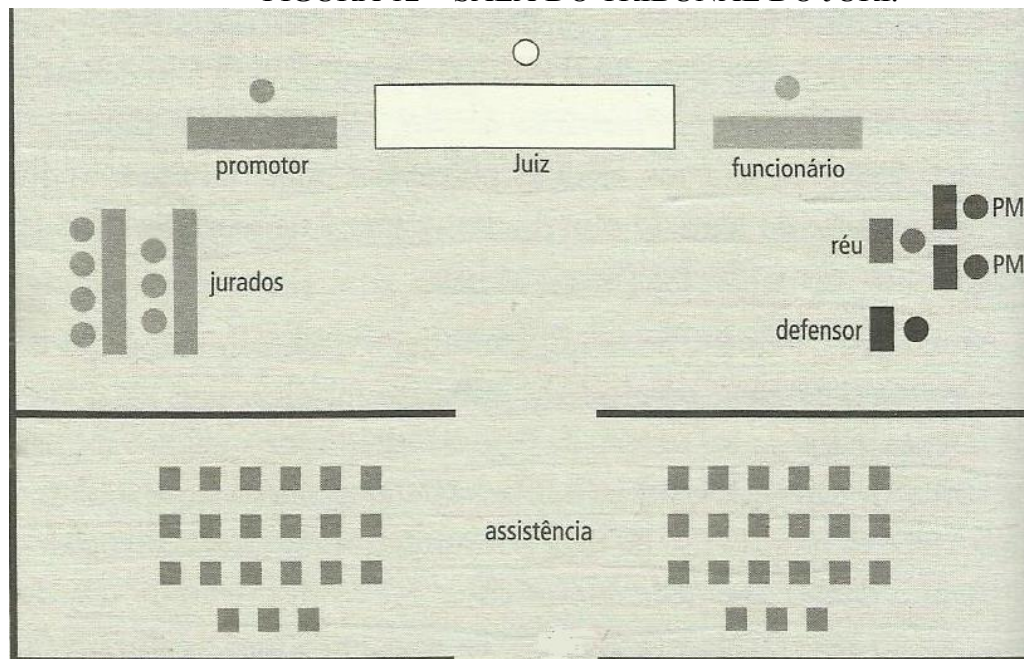


Ilustração por: Murilo Canário.

Já a 2ª Vara Criminal, utiliza a sala do plenário do júri para realizar todas as suas audiências, as quais são geralmente parecidas em todo o território nacional, a única

diferença é que durante outras audiências, o réu/custodiado senta-se em frente ao juiz. Abaixo segue uma ilustração adaptada da obra “Jogo, ritual e teatro: um estudo antropológico do Tribunal do Juri” (SCHRITZMEYER, 2012):

FIGURA 12 – SALA DO TRIBUNAL DO JURI.



Fonte: Schritzmeyer, 2012, p. 62. Adaptado.

Nos rituais da sociedade em geral, é possível visualizar zonas focais controladas por sacerdotes ou equivalentes que produzem a sacralização daquele espaço. Até mesmo nos rituais mais informais que parecem caóticos e não terem “donos”, como é o caso do Carnaval, é visível quem são as pessoas que estão próximas ao seu centro: da música, do canto, da dança, dos focos dos desfiles e dos atos que harmonizam e constroem aquela realidade (DA MATTA, 1983).

Apesar de não existir legalmente uma hierarquia entre Juízes, Promotores de Justiça e Defensores, toda a disposição da sala privilegia o juiz como a representação máxima da lei e da ordem, sendo que inclusive na 1ª vara criminal, fica simetricamente acima do magistrado um crucifixo, evidenciado o *status* especial daquele operador. Além do cenário, outros símbolos e formas de interação evidenciam que é o juiz quem tem o amplo controle sobre o andamento das audiências de custódia, o qual atua – literalmente - lado a lado com o Promotor de Justiça.

Embora exista uma estrutura legal fixa para o funcionamento das audiências de custódia, o rito é manipulado de acordo com as convicções pessoais de cada juiz.

Durante um certo tempo, um dos juízes titulares das vara criminais entrou em férias e um juiz substituto passou a fazer suas vezes. A primeira diferença foi que o substituto começou a realizar a audiência de custódia para todas as prisões em flagrante.

Na sistemática adotada pelos juízes titulares, quando o delegado de polícia arbitra uma fiança para que o preso em flagrante seja colocado em liberdade, não se marca a audiência de custódia e se aguarda o pagamento do valor. Caso no prazo de cinco dias<sup>74</sup> o valor não seja recolhido, comprovando que o réu é pobre e não têm condições de arcar com a quantia, o juiz o exime de prestá-la, conforme o art. 350 do Código de Processo Penal<sup>75</sup>. Entretanto, o juiz substituto, que já no intervalo entre uma audiência e outra havia afirmado que fazer as audiências de custódia é uma perda de tempo, embora ao contrário dos magistrados titulares tenha estendido o direito de serem apresentados às audiências de custódia aqueles que tiveram uma fiança arbitrada, anulou qualquer efeito inovador que o ato poderia trazer, reforçando os elementos autoritários dos rituais judiciais. Um exemplo disso é o caso que passo a descrever:

*O auto de prisão em flagrante narrava que uma equipe reservada da polícia militar avistou um sujeito furtando soja de um caminhão na área portuária de Paranaguá e logo após vendendo em um estabelecimento. Ao chegarem no local, prenderam em flagrante a pessoa que supostamente havia furtado um saco de soja e o proprietário do local, que foi preso juntamente com oito toneladas de produtos, como fertilizantes de procedência desconhecida. Antes de serem apresentados na audiência de custódia, o caso já repercutia na mídia, pois furtos em carga de caminhões são bastante comuns na cidade, que tem um dos maiores portos do Brasil. Aos dois presos fora arbitrada a fiança de vinte mil reais para cada um, pelo delegado de polícia. Na audiência de custódia, ambos estavam trajando roupas sujas, algemados em suas mãos e pés e afirmaram que não sofreram nenhum tipo de violência e que não tinham condições de pagar o valor da fiança. O custodiado suspeito de furto, diferente do preso suspeito de receptação, disse estar desempregado e ser usuário de crack, sua complexão física era bem mais magra do que a do outro preso. Após terminar a*

---

<sup>74</sup> Este é um prazo inventado pelos juízes, o art. 350 do CPP possibilita que assim que o juiz souber da situação econômica do preso poderá coloca-lo em liberdade. Inclusive, o Superior Tribunal de Justiça entende que uma pessoa não pode permanecer presa apenas por não pagar fiança (Julgamento HC 113275).

<sup>75</sup> Art. 350. Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso.

*gravação audiovisual dos depoimentos, o Juiz substituto perguntou em voz alta se a defesa e o Ministério Público queriam se manifestar. O promotor falou baixo que queria pedir a dispensa da fiança, mas antes que pudesse terminar a frase, o defensor público em voz mais alta também disse que iria pedir a dispensa. O juiz, que não ouviu a manifestação do Promotor, sustentando uma fachada autoritária e olhando para o defensor, elevou a entonação da sua voz e disse que adotou a sistemática de esperar cinco dias para que a pessoa pague a fiança, independente de ela dizer que não tenha condições de pagar o valor na audiência de custódia. Após a declaração do Juiz, a gravação audiovisual retornou, o Ministério Público pediu a homologação da fiança e o defensor público, considerando que o preso já havia anunciado que não tinha condições de arcar com o valor e que estava havendo um surto de caxumba na cadeia local pediu a dispensa da fiança. O juiz homologou a fiança e deixou ambos os custodiados presos.*

Esta situação é especial porque é um bom exemplo de como em cada contexto as experiências ligadas à punição são singulares e moldam de maneira distinta o imaginário popular e a ordem local. Devido a quantidade de produtos apreendidos com o receptador (oito toneladas), a situação foi tomada pela mídia como exemplo de operação bem sucedida contra um problema frequente na cidade portuária de Paranaguá, que é o furto de carga de caminhões, geralmente soja, fertilizantes ou outros produtos à granel. O crime, costumeiramente praticado por pessoas em situação de pobreza, também é conhecido como “vazada” por seu *modus operandi* consistir em abrir a bica na caçamba de algum caminhão para que a carga derrame no chão e as pessoas possam fazer a “varredura” do produto caído. Muito embora a lei exija que o valor da fiança seja calculado levando-se em consideração as condições pessoais do preso<sup>76</sup>, o delegado arbitrou a fiança no absurdo valor de R\$ 20.000,00, justamente por saber que os indivíduos não teriam como pagar tal valor e por esta razão, permaneceriam presos.

Alguns dias antes dessa prisão, o mesmo programa local da TVCI que comentamos no capítulo anterior, fez uma reportagem<sup>77</sup> acompanhando este delegado de polícia em uma operação contra o furto de cargas. A história é dramatizada de

<sup>76</sup> Conforme estipula o art. 326 do Código de Processo Penal: “para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento”.

<sup>77</sup> COMBATE ROUBO DE CARGAS EM PARANAGUÁ. 4'29". Material retirado do site: <https://www.youtube.com/watch?v=yKTZikPc7gM>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

maneira a reforçar o posicionamento da polícia civil em reprimir esse tipo de delito, convidando o telespectador a apoiar o discurso de lei e ordem. As cenas mostram o delegado portando um colete da polícia civil e uma submetralhadora 9mm, acompanhado de investigadores armados com pistolas, invadindo um barraco de madeira improvisado na zona portuária da cidade, onde armazenava-se cargas furtadas, sob uma trilha sonora digna de uma cena de ação do filme 007. Após a cena, o delegado comenta:

[a vazada] é uma espécie de crime que realmente está comprometendo a operacionalização de cargas aqui na cidade de Paranaguá e por isso demanda uma atenção especial da polícia civil. Essas ações vão se intensificar, vamos identificar as pessoas responsáveis por essas varreduras nas estradas de rodagem aqui do município, para que possamos criar um banco de dados em que os caminhoneiros possam realizar o reconhecimento desses autores da vazada e do mesmo modo identificar os receptadores, por que se não houvesse receptadores para esse tipo de produto de crime também não haveria o crime antecedente. Então a polícia civil vai trabalhar com todos os seus esforços para que realmente esses autores de crimes sejam responsabilizados. (...) É interessante ressaltar que esse tipo de crime que antes se restringia ao furto dessa carga, está evoluindo para o roubo, um crime mais violento. Porque os motoristas e as empresas transportadoras estão dificultando alguns mecanismos, a abertura do tombador e com isso a vazada se torna um pouco mais complexa. Então esses autores desses delitos de crime tão passando a em posse de armas de fogo e também em posse de facas, a render os motoristas de caminhão e obriga-los a despejar a carga. Então a polícia civil neste momento vai realmente reprimir esse tipo de crime, independente de furto ou roubo de carga, vão ser identificados os autores e também os receptadores. (Delegado de polícia).

Neste contexto sociocultural local, a prisão dos dois rapazes não significou apenas um ato individual, mas, um símbolo que atribui uma representação mais abstrata sobre uma forma de delinquência urbana. A estrutura do sistema social de Paranaguá permite que o delegado utilize a fiança não como um direito que o cidadão tem para que não permaneça preso<sup>78</sup>, mas justamente como uma forma de garantir o encarceramento provisório. O ritual da audiência de custódia, ao colocar o preso na frente dos operadores do SJC e permitir que este expresse que se encontra em situação de pobreza, possibilitou que houvesse uma inversão na lógica punitiva do sistema penal, entretanto, como a matéria prima dos rituais são os elementos culturais da vida cotidiana, o juiz fez com que o ritual evidencie-se justamente o caráter autoritário que o sistema penal tem para operar o controle do crime, ignorando a situação dos custodiados.

---

<sup>78</sup> Segundo os Promotores de Justiça Cebrian e Gonçalves: “Fiança é um direito do réu que lhe permite, mediante caução e cumprimento de certas obrigações, ficar em liberdade durante o processo, desde que preenchidos determinados requisitos”. (2012, p. 419).

O movimento de preservação da fachada<sup>79</sup> operado pelo representante do MP também revela como existe uma conveniência entre as instituições. No tópico anterior, comentamos que nas audiências de custódias em que o Promotor de Justiça pediu a liberdade, o juiz a concedeu. Neste outro exemplo, essa mesma regra de deferência é colocada na relação contrária, onde o Promotor é quem segue o Juiz, pouco importando as manifestações da defesa. Segundo Erving Goffman,

Uma pessoa pode querer salvar sua própria fachada por causa de sua ligação emocional com a imagem do eu que sua fachada expressa, por causa de seu orgulho ou honra, por causa do poder que seu estatuto presumido permite que ela exerça sobre os outros participantes, e assim por diante. Ela pode querer salvar a fachada dos outros por causa de sua ligação emocional com uma imagem deles, ou porque ela sente que seus coparticipantes têm um direito moral a esta proteção, ou porque ela quer evitar a hostilidade que poderá ser dirigida para ela se eles perderem sua fachada. Ela pode sentir que existe uma suposição de que ela é o tipo de pessoa que demonstra compaixão e simpatia pelos outros, de forma que, para reter sua própria fachada, ela pode se sentir obrigada a ter consideração pela linha assumida pelos outros participantes. (GOFFMAN, 2011, p. 20).

Quando as câmeras estavam desligadas, o Promotor externou que iria pedir a dispensa da fiança, entretanto, como o defensor o interrompeu e conseguiu a atenção de todos, tendo a afirmação do representante do MP passado despercebida, este último, ao gravar seu pedido, pôde reiterar a opinião do juiz que não foi gravada pelas câmeras. Ao fazer isso, o Promotor salvou a sua fachada em relação ao juiz, demonstrando respeito à sua hierarquia, ao mesmo tempo em que também preservou a fachada do juiz para evitar qualquer tipo de hostilidade ao controle do crime por ele operado que a defesa pudesse alegar. As salas de audiências evidenciam ainda mais a cumplicidade entre esses operadores, pois ambos se sentam lado a lado nas audiências, demarcado a distância entre eles e o resto das pessoas ali presentes.

Segundo Goffman, a sociedade impõe aos seus membros certas atitudes perante alguns objetos, de modo a ganharem um valor especial para as pessoas com quem interagem. Por esta razão, durante os rituais de interação face a face os indivíduos protegem e projetam as implicações simbólicas de seus atos, de acordo com os papéis que lhes são atribuídos. A regra é que Promotores de Justiça e Juízes de Direito, por simbolizarem a lei e a ordem, estejam envolvidos em uma regra de interação simétrica,

---

<sup>79</sup> Nas palavras de Erving Goffman, “com preservação da fachada [*face-work*] eu quero designar as ações tomadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a fachada. A preservação da fachada serve para evitar incidentes – quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a fachada.” (2011, p. 20).

onde estes interatuantes são obrigados a estabelecerem expectativas e obrigações em relação aos outros que estes outros têm em relação a eles (2011, p. 56).

Durante os rituais, nenhuma ação das pessoas que interpretam os papéis sociais de Juízes e Promotores de Justiça é considerada trivial, eles são os representantes máximos da lei e da ordem, que é exaltada por todos os cantos das salas de audiências. Suas *personas* não representam cidadãos comuns, pois são a própria encarnação do Estado. Esse *status* sagrado que é atribuído ao Promotor e ao Juiz é reforçado, em conjunto com outras forças, quando estes operadores adotam regras de comportamento simétricas para interagirem, pois confirmam as posições uns dos outros. Se um desses interatuantes quebra uma regra de conduta simétrica, correm o risco de tornarem as instituições penais ali reverenciadas como desacreditadas, “um com uma obrigação, quem deveria ter sido governado pela regra; o outro com uma expectativa, quem deveria ter sido tratado de uma forma particular por causa desse governo”. (GOFFMAN, 2011, p. 55).

Durante os meses de observação, não foi visualizado nenhuma ocorrência em que Juiz de Direito e Promotor de Justiça tenham manifestamente<sup>80</sup> convergido opiniões. Ainda que eventualmente se quebre a regra de comportamento simétrico durante o ritual face a face, a sacralidade do ritual se mantém na medida em que os traços hierárquicos são reforçados por outros mecanismos, como por exemplo, a já citada composição do cenário e a linguagem jurídica, marcada por deferências como: “Doutor”, “Vossa excelência”, “Vossa senhoria”, e “ilustre representante”.

Embora estejam face a face, o ritual reforça a fronteira que divide os custodiados e os representantes judiciais do Estado. Se torna evidente a distância entre eles, seja na maneira como pensam, se vestem, nas palavras que usam e até mesmo seus jeitos de andar, já que em regra as pessoas apresentadas nas audiências têm o corpo marcado por algemas nas mãos e nos pés, o que faz com que andem e articulem seus braços de uma maneira particular contrastando com os demais. Assim, se torna visível que se por um lado a interação simétrica entre juízes e promotores é uma regra nas audiências de custódia, também é padrão que se estabeleça uma interação assimétrica entre estes operadores e o custodiado. Os símbolos que suas *personas* representam são

---

<sup>80</sup> Dizemos manifestadamente porque segundo Goffman (2011), independentemente das motivações interiores, o que importa durante o ritual face a face é o envolvimento que os outros acreditam que o indivíduo mantém, e que ele próprio acredita que manifesta.



opostos como o sagrado e o profano. Goffman com a didática que lhe é precisa esclarece a diferença entre esses dois tipos de interação:

Ao lidar com regras de conduta é conveniente distinguir duas classes, simétrica e assimétrica. Uma regra simétrica é aquela que leva um indivíduo a ter obrigações ou expectativas em relação a outros que estes outros têm em relação a ele. Por exemplo, nas duas enfermarias do hospital, assim como na maioria dos outros lugares em nossa sociedade, havia um entendimento de que nenhum indivíduo deveria roubar outro indivíduo, independentemente de seus respectivos estatutos, e todos os indivíduos da mesma forma podiam esperar não ser roubados por ninguém. Aquilo que chamamos de cortesias comuns e regras da ordem pública tendem a serem simétricas, como o são as admoestações bíblicas como a regra de não desejar a mulher do próximo. Uma regra assimétrica é aquela que leva os outros a tratar e serem tratados por um indivíduo de modo diferente daquele com que ele trata e é tratado por eles. Por exemplo, médicos dão ordens médicas para enfermeiras, mas enfermeiras não dão ordens médicas para médicos. Da mesma forma, em alguns hospitais dos Estados Unidos, as enfermeiras se levantam quando um médico entra na sala, mas os médicos normalmente não se levantam quando uma enfermeira entra na sala. (2011, p. 56).

Dizer que estes interaguintes estão em interações assimétricas, não significa apenas que apresentam padrões de comportamento diferentes, mas que os custodiados são obrigados a terem uma deferência à lei e seus representantes que não é a mesma exigida na relação contrária. Primeiramente, é necessário que tenhamos em mente que um ato de deferência “não é uma única nota expressando uma única relação entre dois indivíduos ativos num único par de capacidades, e sim uma mistura de vozes respondendo ao fato de que o ator e o receptor estão em muitas relações diferentes entre si” (GOFFMAN, 2011, p. 64). A deferência neste sentido é multifacetada e pode assumir diversas formas, das quais Goffman destaca duas: Os rituais de evitação e apresentação.

Seguindo Simmel, Goffman acredita que os rituais de evitação são empregados como forma de se manter a distância entre ator e receptor, garantindo que este último não ultrapasse a “esfera ideal”, isto é, não “chegue perto demais” a ponto de transgredir um limite e insultar a honra do primeiro. Em outras palavras, é uma forma de garantir que o profano não contamine o sagrado. Goffman dá o exemplo de um psiquiatra e seu paciente para exemplificar essa relação:

Talvez a forma mais clara disto seja encontrada na relação entre psiquiatra e paciente, onde o psiquiatra tem o direito de tocar em aspectos da vida do paciente que o próprio paciente não se permite tocar, quando obviamente este privilégio não é retribuído. (...) Os pacientes, especialmente os psiquiátricos, podem não ter sequer o direito de questionar o médico quanto à opinião dele sobre seus próprios casos; entre outras coisas, isto os colocaria num contato íntimo demais com uma área do conhecimento em que os médicos investem sua separação especial do público leigo que eles servem. (2011, p. 66).

A mesma relação é observada nos rituais judiciais em geral: Durante algumas audiências de instrução e julgamento que assisti, presenciei quando réus durante seus interrogatórios fizeram perguntas ao Promotor de Justiça como “o que você acha?” ou “o que você faria?” tendo como resposta: “Quem faz as perguntas sou eu. O senhor tem direito ao silêncio, mas eu não tenho, eu tenho que perguntar. Não vamos inverter as coisas”. Assim como a distância proporcionada pela disposição da mobília no cenário das audiências ganha um aspecto simbólico, a distância cerimonial mantida entre estes interatuantes garante a separação especial entre o caráter sagrado da lei e da ordem e o aspecto profano da pessoa presa.

Isto também não quer dizer que Juízes e Promotores necessariamente tratem os custodiados e seus defensores de uma forma arrogante, pelo contrário, a solenidade do ritual garante o aspecto de neutralidade na execução da execução do poder. Por meio de rituais de apresentação, como um formal “boa tarde, não estamos aqui para julgar nada, apenas para saber como foi a sua prisão” que o juiz expressa ao custodiado no momento que se começa a tomada do depoimento, demonstra a forma solene que se deve agir naquele espaço demarcado por hierarquias. Por esta razão, “enquanto os rituais de evitação especificam o que não deve ser feito, os rituais de apresentação especificam o que deve ser feito”. (GOFFMAN, 2011, p. 72). Em uma sociedade rigidamente hierarquizada, como exemplifica Da Matta (1983), não é necessário utilizar frequentemente a expressão antipática “você sabe com quem está falando?”, quando a separação radical e autoritária já está escondida na imagem do indivíduo e em outros elementos como o cenário. Tais estratégias são visualizadas desde a obra “O Príncipe” de Maquiavel (1997), onde o autor sugere que o soberano deve governar a partir de uma imagem que seus súditos esperam que ele tenha, não sendo apropriado exibir o poder de forma desnuda.

Apesar de estarem interagindo face a face, os limites radicais e autoritários de separação hierárquica demarcados pelo ritual provocam um distanciamento cerimonial entre operadores do SJC e custodiados tão grande que as audiências de custódia não são capazes de superarem a velha lógica formal e burocrática do sistema penal. A regularidade dessas interações simétricas e assimétricas me levou à conclusão de que as audiências de custódia têm sido em geral realizadas por Juízes e Promotores como um rito meramente protocolar e formalista, onde não há um interesse em se criar um ponto de inflexão nos elementos que configuravam o procedimento segmentado e escrito.

Como afirma a pesquisadora Laís Küller, os presos não constituem os atores centrais durante as audiências de custódia por “uma multiplicidade de categorias, conceitos, sentimentos, [que] serão manipulados pelos atores jurídicos em seus discursos de acordo com as características apresentadas pelos indivíduos apresentados”. (2016, p. 84). Outro exemplo envolvendo o uso de fiança com este mesmo juiz evidenciou isso:

*Era uma sexta-feira, a 30 minutos de encerrar o expediente judiciário quando uma pessoa presa em flagrante por embriaguez ao volante foi trazida para a audiência de custódia. Segundo a Polícia Militar, a sua apresentação à autoridade judicial se deu tão rápido que nem deu tempo de colocarem algemas no custodiado. Durante o ritual, nem juiz, promotor ou defensor perguntaram sobre eventuais violências no momento da prisão. Ao preso, havia sido arbitrada a fiança de R\$ 1.800,00. O custodiado, desesperado, perguntava ao juiz se podia pagar a fiança naquele momento para ser liberado, afirmando ainda que poderia fazer uma transferência bancária, porque sua família não conseguia tirar o total do dinheiro devido ao limite de saque por dia. O juiz, pouco interessado que a soltura do indivíduo ocorresse naquele dia, afirmou que eram 17h30 e a partir das 18h00 quem atua é o juiz de plantão e isso não tinha mais a ver com ele. Afirmou ainda, que não sabia como deveria ser procedido o pagamento e isto era o advogado dele quem veria. O magistrado arrumou suas coisas, e afirmou “o interesse é que você pague a fiança, se isso é possível fazer hoje aí já não sei. Boa tarde”. E se retirou do fórum, deixando o custodiado, seu advogado e os policiais militares na sala.*

A cena acima narrada, assim como a anterior, demonstra como o Juiz de Direito pouco estava interessado com o caso que lhe era apresentado, realizando a audiência da maneira mais rápida, protocolar e burocrática possível. A deferência que o juiz presta ao Promotor de Justiça e vice-e-versa é completamente contrária à que prestam ao custodiado, marcada pela indiferença à sua *persona*. As diversas pesquisas já citadas no capítulo anterior, como a publicada pelo DEPEN em 2016, já vinham anunciando que os operadores do SJC têm focado suas atenções no rito e não nas pessoas:

Todos os parceiros que fizeram o acompanhamento presencial das audiências relataram e todas as audiências presenciadas por esta consultoria confirmaram o relato de que as audiências ocorrem muito mais voltadas ao cumprimento do ritual que lhes foi imposto do que para averiguar a real necessidade de manutenção da prisão e as reais circunstâncias da prisão. Somando à questão do tempo dedicado a cada uma das audiências já

apontado, também o hábito protocolar e formalista de condução dos atos do sistema de justiça tende a se repetir durante as audiências de custódia. O relato da pessoa presa é desvalorizado diante do registrado no auto de prisão em flagrante e poucas vezes é tratado como merecedor de credibilidade, principalmente se a pessoa em flagrante já tiver algum registro na folha de antecedentes e/ou se fizer alguma menção a violências que sofreu por parte dos policiais envolvidos em sua prisão ou condução. (DEPEN, 2016, p. 43).

Em que pese a existência de uma estrutura legal que possibilita a humanização das decisões judiciais por meio do encontro face a face, os efeitos da política criminal que as audiências pretendem adotar, dependem mais do que qualquer coisa, da subjetividade de seus sacerdotes: Promotores de Justiça e Juízes de Direito. A comparação com estudos sobre o tema em diferentes lugares tem mostrado que tomar as audiências como um ritual autoritário fundado na burocracia tem sido uma regularidade. A padronização deste tipo de interação revela que não é uma característica individual dos operadores de Paranaguá, mas uma relação cultural que perpassa o sistema de justiça criminal como um todo.

Esta fronteira que separa rigidamente os *agentes da lei e custodiados* durante as interações face a face, nada mais é do que um reflexo ritualizado da mesma separação social perversa que distingue *cidadãos de bem e bandidos*, discutidas no capítulo anterior. Esta desigualdade radical e autoritária existente na cultura brasileira está incorporada nas práticas punitivas e o rito da audiência de custódia tende a reforça-la e mascarar seu caráter cruel, na medida em que anuncia aproximar operadores e operados, quando na verdade os distancia. Com isso, a cultura do encarceramento é reforçada, já que como afirma Nils Christie, “a distância aumenta a tendência de atribuir a certos atos o significado de crimes, e às pessoas o simples atributo de criminosas”. (1998, p. 13).

Neste sentido, a proposta do rito das audiências de custódia de reduzir a distância cerimonial entre operadores e operados pelo SJC, vai de encontro com o próprio funcionamento do sistema penal porque muito mais que reformar a prática penal, para seu amplo funcionamento, elas propõem uma mudança nos elementos socioculturais que permeiam a punição e a crueldade.

Desarticuladas pela subjetividade de Juízes de Direito e Promotores de Justiça, as audiências de custódia produzem um controle social perverso não apenas porque parecem humanizar as práticas punitivas ao tempo que reproduzem a lógica protocolar e formalista da velha cultura do encarceramento, mas porque reforçam o distanciamento

social, racial, cultural dos grupos estigmatizados, intensificando a imposição da dor e as formas de castigo.

### III.V. A FÉ *VERSUS* O DESACREDITADO.

Até agora tenho sustentado, assim como Bodê de Moraes (2005), que existe uma cumplicidade entre as formas de punição e os processos socioculturais, sobretudo aqueles que dizem respeito à dominação e ao controle social. Por esta razão, acredito que a audiência de custódia, enquanto um ritual judicial face a face, constitui um reflexo direto dos elementos que permeiam a vida cotidiana da sociedade brasileira, reproduzindo seus mesmos estereótipos e estigmas.

Erving Goffman ao estudar o estigma, afirmou que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (2013, p. 11). Desta maneira, quando um estranho é colocado na presença imediata de alguém pela primeira vez, suas características permitem que seja prevista a categoria a qual pertence e seus atributos intrínsecos – porém não comprovados -, isto é, a sua identidade social, também chamada de *status* social.

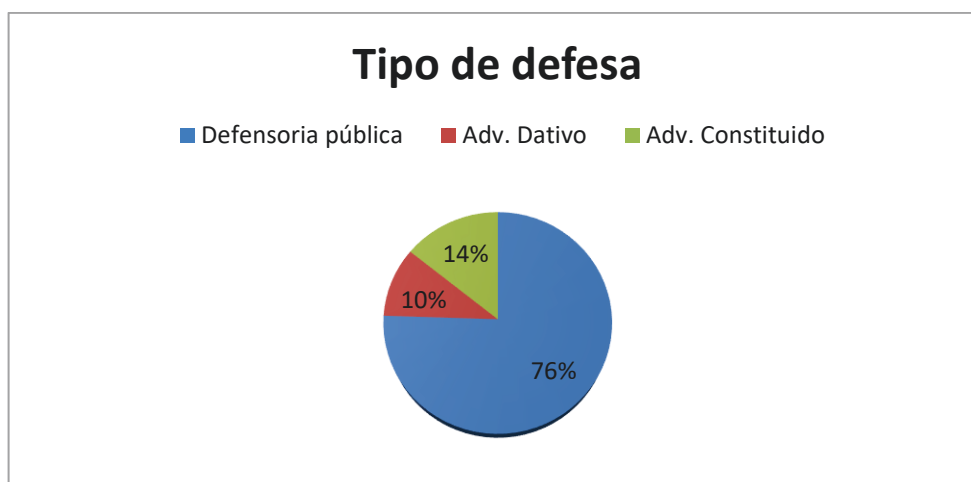
Essas concepções são transformadas em expectativas normativas de modo que quando estamos frente a um indivíduo, ao demandamos determinadas exigências e imputarmos certas características, damos a ele uma *identidade social virtual*, porquanto os atributos que ele prova possuir constituem a *identidade social real*. A diferença entre a identidade virtual (expectativa normativa) e a real produz um atributo profundamente depreciativo, de modo a deteriorar a sua identidade e a ser encarado como fora da normalidade, ou em ultimo caso, fora da humanidade. O comportamento que os *normais* terão perante o estigmatizado é determinado pelo grau de percepção do seu atributo depreciativo. Quando o estigma não é conhecido pelos presentes e nem imediatamente perceptível, o indivíduo é um *desacreditável*, mas quando já é conhecido e imediatamente evidente está na condição de *desacreditado*.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considera-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas

vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e identidade social real. (GOFFMAN, 2013, p. 12).

Se a expectativa normativa da classe média<sup>81</sup> brasileira é de que o indivíduo corresponda ao *cidadão de bem*, aqueles que apresentam traços da marginalidade social podem ser colocados na categoria do *bandido*, já que segundo Goffman (2013), quando um grupo de indivíduos é estigmatizado por uma negação coletiva da ordem social, estes passam a serem tratados como anormais e desviantes. Entretanto, é necessário ter em mente que este conflito social é comum às sociedades complexas, onde alguns grupos tem cultura e controles sociais próprios que operam no sentido contrário aos da sociedade mais ampla. Neste sentido, é a regra social que define o desvio, sendo que a capacidade de quem pode definir o que é desvio e quem é desviante, é distribuída desigualmente na sociedade. (BECKER, 2008).

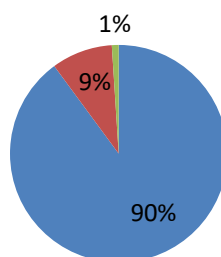
Durante os cinco primeiros meses de observação diária, pude traçar algumas características do perfil socioeconômico das pessoas apresentadas em audiências de custódia:



<sup>81</sup> Gostaria apenas de salientar que quando me refiro ao termo “classe”, não o categorizo apenas a partir do viés economicista, como sugerem os conceitos de “classe a”, “classe b”, e assim por diante. Mas, como provoca Jessé Souza, a partir da quantidade de privilégios que socialmente goza. Assim, como explica o sociólogo, “ao perceber as classes sociais como construção sociocultural, desde a influência emocional e afetiva da socialização familiar, abrimos um caminho que esclarece nosso comportamento real e prático no dia a dia como nenhuma outra variável.” (2017, pp. 09-10).

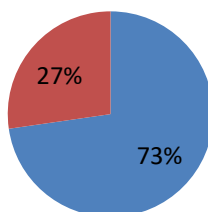
### Grau de instrução

■ 1º incompleto ■ 1º completo ■ 2º completo



### Trabalho

■ Desempregado ■ Empregado



Esses dados e tantas outras pesquisas ilustram como a clientela preferida do sistema penal são as classes marginalizadas, definidas por Coelho (1978) como aquelas que se encontram em situação de desemprego, subemprego ou pobreza. Elas constituem a população carcerária não porquê praticam mais crimes que outros grupos sociais, mas porquê apresentam traços que as possibilitam rotulá-las como marginais e então ficarem expostos às práticas da seletividade penal.

Atributos de caráter socioeconômico como não ter residência e/ou emprego fixo são frequentemente utilizados para se justificarem prisões provisórias. Durante a audiência de custódia de um preso em flagrante por tráfico de drogas, presenciei um Promotor e Justiça, ao fim do seu pedido de prisão preventiva, afirmar que pelo fato do preso ter perdido a droga que foi apreendida pela polícia e devido ao fato de ser pobre, provavelmente voltaria a vender drogas para pagar a dívida anterior e por isso deveria permanecer preso preventivamente. Veja-se que o principal argumento para a prisão foi a ligação entre pobreza e desvio.

Neste contexto perverso onde se criminaliza marginalizando e se marginaliza criminalizando, devido à forte intensificação de estigmas que ligam marginalidade e criminalidade, ao apresentarem atributos relativos a esses grupos, os custodiados são colocados na categoria dos *desacreditados*. Isto ficou claro desde o início da pesquisa, já que escutei de ao menos três Promotores de Justiça diferentes falarem coisas como: “todos os presos mentem” ou “todos eles falam que apanharam”, quando, entretanto, no decorrer do acompanhamento percebi que a maioria dos custodiados não relatam agressões, o que foi confirmado por outras entrevistas.

É um consenso entre os operadores jurídicos que conversei, que antes da implementação das audiências de custódia, praticamente inexistiam relatos de violência policial nos Inquéritos Policiais, sendo que o rito proporcionou um crescimento destes relatos. Durante uma entrevista, um Promotor de Justiça externou sua opinião quanto estes novos relatos:

[relato de agressão] sempre há, eu acho que a gente tem que tomar cuidado na hora de abordar o preso na situação, porque às vezes até parece que a gente tá instigando eles pra falar ou relatar um abuso... Perguntar: “O senhor apanhou?” tem que tomar cuidado. Mas houve sim um aumento, quando você não está cara a cara com o preso, quando vinha só o papel pra gente, lá não consta o relato de agressão. 90% dos casos, claro que não justifica, mas não é nada grave, às vezes um tapa, um chute que não acaba sendo provado na grande maioria. Não estou dizendo que não é grave, mas abusos sérios que cause uma lesão ou uma tortura são poucos, pelo menos os que eu vi em Paranaguá. (Promotor de Justiça).

Foram encontradas algumas regularidades interacionais quanto a apuração de violência policial em Paranaguá nas audiências de custódia: Como o magistrado é o primeiro a fazer as perguntas, os juízes titulares geralmente são as pessoas que questionam sobre eventuais práticas de violência<sup>82</sup>. O Ministério Público, diante dos relatos de agressão, por vezes sequer se manifesta, demonstrando desinteresse em realizar este ato fundamental para o controle externo da atividade policial. Em algumas situações – ainda que poucas -, a defesa também não perguntou nada.

Nas situações em que o Ministério Público pergunta sobre práticas de violência, a regra é que fortes na possibilidade de profanação da fachada dos custodiados que as interações assimétricas permitem, desqualifiquem os relatos de violência policial. Na tentativa de desarticularem as afirmações dos custodiados, a

---

<sup>82</sup> Apesar de terem ocorrido, foram poucas as vezes em que um dos magistrados titulares não perguntaram quanto violência no momento da prisão.



profanação mais comum ocorre quando um preso afirma que foi vítima de uma violência e o Promotor de Justiça o adverte em tom ameaçador que se ficar comprovado que ele está mentindo, responderá criminalmente pelo crime de denúncia caluniosa. Geralmente estas advertências também são seguidas de elogios aos policiais.

Como acima afirmado pelo Promotor de Justiça, na maioria das vezes em há o relato de violência não existem marcas visíveis, fato este que é tomado como forte indício de que o custodiado está mentindo. Na visão do Defensor Público entrevistado, a impossibilidade de se realizarem exames, somado à atitude dos Promotores de Justiça e Juízes que veem os custodiados como *desacreditados*, produz uma obstrução na apuração da violência policial:

Tem Promotor que ficava super bravo e falava que o preso estava imputando um crime contra o policial, botava uma pressão e nenhum arredava o pé e continuavam afirmando que tinham apanhado. Aí ele falava que não estava vendo lesão nenhuma, ficava bem bravo de não ter lesão. Eu falava pra ele que às vezes o preso apanhou e não fica a lesão visível, às vezes só doía na hora, então eu não sei se são só lesões, não tem estipulado, porque no Código Penal tem lesões leves, graves e gravíssimas e vias de fato na lei de contravenções penais. Vias de fato e lesões leves você não nota, só que não deixa de ser uma lesão, uma tortura. E tortura psicológica? Essa não deixa marca e não está escrito em nenhum lugar, só que não tem como provar, porque as outras lesões que peço que seja feito exame no IML ou se a pessoa está muito machucada pra que leve pro hospital, se a pessoa está precisando de medicação peço que seja oficiado a diretoria da onde ele está preso pra que seja administrado o remédio adequado, tem como você pedir essas coisas, agora quando não tem marca, não tem nada, o cara falou que tomou um monte de chute na cabeça, e aí? Vou pedir uma tomografia, ressonância, sei lá como chama. Como não tem aparato estatal pra fazer esses exames, fica parecendo que o cara mentiu. Normalmente o MP dá uma pressionada, uma humilhada nas pessoas falando que a pessoa está mentindo, e eu não tenho como expedir ofício pra corregedoria do presídio falando se não tem prova. Mas eu peço mesmo assim, de acordo com que o preso está relatando, apanhou, apesar de não ter marcas. Havia um juiz que as vezes indeferia [os pedidos] quando não tinha marca, daí os policiais começavam a bater sem deixar marcas, eu comecei a perceber isso. (Defensor Público).

Confirmando esta lógica, um Promotor de Justiça afirmou realizar uma espécie de “triagem” nos casos de violência policial, investigando apenas aos casos que acha pertinente:

**Eu:** Foram poucas as vezes que você chegou a ver um preso machucado na audiência de custódia?

**Promotor de Justiça:** Isso que eu estou pensando... Mas estou pensando que foram poucos, muitos que nem eu disse: “ah, me deu um tapa” mas aí a gente diz: “Tem alguém que viu?”, “Foi gravado?”, “Onde você estava?”, não tem prova nenhuma na maioria das situações, mas de questões mais graves teve um sujeito que realmente contou e existiu alguns indícios de torturas mas não ficou provado, foi instaurado um PIC [Procedimento Investigativo Criminal], inclusive a gente foi num sentido contrário, o laudo disse que não tinha

lesões, até ele achava que estava com o nariz quebrado. A gente depende, claro, não tenho nem capacidade técnica pra de repente eu ver se o médico analisou, eu tenho que acreditar no que o médico falou, se ele falou que não tinha lesões então o sujeito estava mentindo e esse procedimento foi arquivado. Esse realmente falou, passou detalhes, mas eu em conversa com o defensor público, o defensor público conversa sempre antes com o pessoal da custódia, ele falou pra mim: “Oh Promotor, eu conversei com ele reservadamente antes e ele não me falou nada de agressão, eu perguntei pra ele se ele tinha sofrido agressão e ele me respondeu que não, agora vem aqui na frente e fala isso”. E ele contou detalhes, até fazia a gente acreditar e foi instaurado o PIC e pedimos laudo.

**Eu:** E como funciona essa investigação? É feita em autos apartados?

**Promotor de Justiça:** Autos apartados, então a gente instaura, mas não são em todos os casos, se eles alegam lesões e não indicam um meio de prova fica inviável. (...) o outro caso que eu citei que o cara disse que estava com o nariz quebrado, o laudo disse que não, talvez houvesse uma lesão interna, mas como no laudo disse que estava tudo certo, não sei se o médico fez um laudo bom ou não, então eu tive que arquivar também. Mas nesses casos a gente instaura, nesses casos que a gente vê que ele dá indícios, como testemunhas isentas, e geralmente não. Se eu não vejo lesões, se eu for ficar instaurando para a corregedoria da polícia todos os fatos, realmente vai ficar inviável tanto pra mim quanto pra eles e não vai dar em nada, a gente sabe que não tem materialidade.

Além da falta de provas que os operadores alegam impossibilitar a apuração das práticas de violência, estes também realizam, com base em suas próprias convicções, parâmetros de gravidade dos atos praticados pela polícia, tolerando expressamente algumas práticas violentas, como ocorreu na primeira vez que vi uma mulher sendo apresentada em audiência de custódia:

*Uma mulher negra e moradora de região periférica foi apresentada em audiência de custódia por ter sido presa em flagrante pela polícia militar pelo crime de tráfico de drogas. Com exceção da custodiada, todos na sala eram caucasianos (na verdade não foram vistos operadores judiciais negros durante a pesquisa). A juíza perguntou como foi a abordagem e a custodiada disse que foi tudo normal, que os policiais realizaram busca pessoal, realizando “toque” e não encontraram nada, que somente encontrarem drogas em uma casa abandonada que ficava na frente do local em que a custodiada foi abordada, não assumindo a propriedade das drogas. A custodiada disse inclusive que não quis assinar seu depoimento na delegacia de polícia, uma vez que a droga não lhe dizia respeito e não foi encontrada com ela. Após relatar isso, a juíza passou a voz ao MP que apenas disse: “sem perguntas”. Na sequência a Defensora Pública manteve o seguinte diálogo com sua assistida:*

**Defensora Pública:** O que você falou, eu não entendi, eles fizeram “toque”?

**Custodiada:** Fizeram. Toque por baixo. Uma senhora, uma policial.

**Defensora Pública:** *Era mulher a policial?!*

**Custodiada:** *Era mulher.*

**Defensora Pública:** *Lá no local?*

**Custodiada:** *Não, lá no 9º batalhão (...).*

**Defensora Pública:** *Tá, mas ela revistou por fora ou ela enfiou o dedo em você?*

**Custodiada:** *Ela enfiou o dedo... Enfiou o dedo.*

**Defensora Pública:** *E você já falando que não tinha nada com você...*

**Custodiada:** *Sim.*

**Defensora Pública:** *Mas ela foi violenta?*

**Custodiada:** *Não, ela só mandou eu me abaixar, enfiou o dedo, não perguntou se podia ou não... E comigo eles não acharam nada.*

**Defensora Pública:** *Tá certo, obrigada.*

**Juíza:** *Encerro.*

*Na sequência, a Promotora de Justiça iniciou sua manifestação da seguinte forma:*

**Promotora de Justiça:** *Foi realizada a audiência de custódia com a flagranteada (...) que não relatou nenhum tipo de violência na hora da sua prisão em flagrante, apenas relatou... é... uma suposta... é...*

**A Juíza fala fora do microfone:** *Revista vexatória.*

**Promotora de Justiça:** *...revista vexatória. Apesar de ela negar a autoria dos fatos, da leitura do auto de prisão em flagrante vê que há indícios de autoria (...)*

*Em sua manifestação a promotora nada mais falou sobre a revista vexatória e requereu a prisão da custodiada, porquanto a defensora pública pediu o relaxamento da prisão em virtude da ilegalidade da prisão por não ter sido encontrado drogas com a custodiada e pela revista vexatória totalmente desnecessária. Ao fim, a defensora pediu a expedição de ofício para a Corregedoria da Polícia Militar para apurar os fatos.*

O exemplo acima demonstra como a Promotora de Justiça, de toda a sua distância social, racial e cultural em relação à custodiada, realizou uma avaliação da dor produzida pela policial, interpretando-a como irrisória, na medida que não a considerou sequer como uma espécie de violência e, portanto, indigna de apuração. Sua fala insegura, que nem recordava-se do termo “revista vexatória”, demonstra seu desconhecimento e indiferença acerca do tema, considerado por muitos como uma forma de estupro institucionalizado<sup>83</sup> por ser corriqueira e até mesmo “normal” no cotidiano da clientela do sistema penal. Não fosse a Defensora Pública atenta à palavra “toque”, a prática teria passada despercebida por Promotora de Justiça e Juíza de Direito.

<sup>83</sup> Neste sentido, o Boletim 267 de Fevereiro de 2015 do IBCCRIM e o site <http://www.fimdarevistavexatoria.org.br>.

Além das práticas de violência que não deixam marcas, geralmente os custodiados não sabem indicar os nomes dos policiais que lhes agrediram e também não existem testemunhas além das próprias pessoas que foram presas, ficando a palavra do policial *versus* a dos presos. Entretanto, percebeu-se que mesmo quando ocorre a indicação do nome do autor da violência e marcas são apresentadas visíveis, o MP tende a levar em consideração a palavra dos policiais, como ocorreu na seguinte cena etnografada:

*O auto de prisão em flagrante narrava que um rapaz de 18 anos havia sido preso pela polícia militar após uma tentativa de roubo simples. Durante a tomada do seu depoimento na audiência de custódia que foi realizada no dia seguinte da sua prisão, afirmou para o juiz que foi agredido por populares e por um policial militar descaracterizado, o qual não soube indicar o nome. Ao entrar para o “quadrante” no interior da delegacia, afirmou que um policial civil lhe deu um soco na nuca e indicou o seu nome. Na sequência o Ministério Público se manifestou e manteve o seguinte diálogo:*

**Ministério Público:** O Senhor falou que esse soco do policial civil foi aonde? Na nuca?

**Custodiado:** Na nuca.

**Ministério Público:** Então o senhor se vira pra ver se tem alguma lesão?

**A representante do MP levanta-se da sua mesa, vai até o preso e diz:** “Tá, não tem nada”.

**A representante volta para a sua mesa e diz:** “O soco não deixa roxo?”.

**Custodiado:** Não, só me deixou meio tonto, por causa que eu não esperava... Eu tava indo e só senti...

**Ministério Público:** Tá, mas o soco, uma ação contundente, não deixa roxo a pele?

**Custodiado:** Não.

**Ministério Público:** Deixa.

**Custodiado:** Não, ele deule assim... com tudo, mas não foi pra...

**Ministério Público:** E o senhor tem algumas lesões dos outros golpes?

**Custodiado:** Testa, boca e braço.

**Ministério Público:** Os policiais alegam que esse corte na boca já estava antes. Você sabe que uma pericia pode atestar quando foi feito. Sem mais.

*Após, o Defensor Público solicitou ao acusado esclarecimentos sobre as violências. Quando aberto para os pedidos das partes, o MP requereu a prisão preventiva do custodiado e nada disse sobre os relatos de violência. Por fim, a defesa requereu a liberdade provisória e a apuração das práticas de violências. O juiz manteve o custodiado preso preventivamente e expediu ofício para a própria delegacia de polícia civil solicitando esclarecimentos acerca das agressões e que fosse realizado exame de lesões corporais pelo IML.*

Se por um lado os custodiados são os *desacreditados* por excelência, por outro, os policiais são aqueles onde está depositada toda a fé do sistema penal. Como já afirmei, o fato de estes agentes públicos serem revestidos pelo dispositivo da “fé pública” permite que os operadores do SJC partam do princípio que estes não mentem e que agem no estrito cumprimento do dever legal. Maria Gorete Marques, ao estudar essa fé depositada na palavra policial, mapeou as expressões utilizadas por juízes e promotores durante audiências de custódia para desqualificar as expressões dos custodiados, chegando a mesma conclusão de que “se a polícia apresenta ‘presunção de veracidade’ para os operadores do direito, o acusado apresenta uma ‘presunção de inveracidade’”. (2016, p. 142). No quadro abaixo, a autora brilhantemente sistematizou essa dinâmica da audiência de custódia:

FIGURA 13 – REGIME DE VALIDAÇÃO I.

VOCABULÁRIO NÃO ACOLHIDO	ARGUMENTOS	REPERTÓRIO DE CRENÇAS
<p>“Os policiais chegaram agredindo”, “entraram xingando todo mundo”, “me derrubaram no chão e pisaram na minha cabeça”, “tentaram enfiar drogas na minha vagina” (Violência policial)</p> <p>“Falaram que se não arrumássemos o dinheiro, que iam nos prender”, “Chegaram perguntando se a gente tinha ‘ideia pra trocar’, mas nós não tinha dinheiro, daí levaram a gente” (Extorsão policial)</p> <p>“Eles disseram que a gente ia ter que segurar esse B.O.”, “Eles viram que eu tinha passagem pela polícia e forjaram um tráfico”, “essa droga não é minha, só vi isso na delegacia” (Flagrante forjado)</p>	<p>“Você conhece o policial que te prendeu?” “  “Por que ele iria te bater?” “  “Você tentou fugir?” “  “Onde estariam as marcas das agressões?”  “Por que policiais teriam o interesse de fazer isso com você se eles não te conheciam?” “  “Por qual motivo policiais fariam isto?” “  “Você não estava com a droga? Mas de quem era?”  Os policiais saem por aí com drogas para extorquirem as pessoas? O que eles ganham com isso?” “  “Por qual motivo os policiais sairiam por aí prendendo pessoas que não conhecem?” “</p>	<p>Crença de que o acusado vai mentir</p> <p>Crença na conduta policial</p>
	<p>“Os policiais são funcionários públicos no cumprimento do dever legal”  “Os policiais têm fé pública”  “Os policiais são agentes públicos no exercício de sua função”  “Os policiais atuam na defesa da sociedade”</p>	<p>Crença na função policial</p>

FONTE: MARIA GORETE MARQUES (2016, p. 148).

O dispositivo da fé pública, que permite que Promotores e Juízes partam do pressuposto que os policiais não têm motivos para prejudicarem as pessoas que são presas, ofusca a possibilidade de se compreender as práticas de agressão policial como uma violência institucionalizada, classificando-a como no âmbito individual como um “desvio de conduta” (MARQUES, 2016), impedindo a avanço no combate à violência estatal. Novamente, o encontro face a face parece perder seu efeito inovador na medida em que é sabotado pela velha lógica essencial ao funcionamento do sistema penal, reproduzida pelos rituais.

Além disso, esse tipo de comportamento, aliado aos fatos de que frequentemente são policiais militares que fazem a escolta dos presos ao fórum e que sempre existem PMs fardados e armados no interior das audiências, acaba por gerar um constrangimento nos custodiados, que diante da hostilidade do ritual autoritário, podem ficar inseguros para relatarem abusos que sofreram por policiais, como ocorreu no seguinte caso:

*Foi apresentado na audiência de custódia um rapaz negro, desempregado, com o 1º grau incompleto e algemado em suas mãos e pés. O Juiz perguntou acerca de violências e o custodiado relatou que sofreu chutes, socos e tapas da polícia militar para que confessasse o delito. No momento do MP se manifestar, a primeira coisa que disse foi que se o custodiado estivesse fazendo uma acusação falsa iria responder criminalmente por isso. Em seguida perguntou se o tapa que levou na boca não deixou marca e o custodiado afirmou que não. O Promotor, na tentativa de deslegitimar os relatos do custodiado, profana sua fachada perguntando: “Eu já levei soco na boca e ficou a marca. Cadê a sua? Soco deixa marca”. O custodiado continua afirmando as agressões. Após seu relato, o custodiado é retirado da sala para que entre o outro preso.*

*Antes de o segundo preso entrar na sala, já era possível escuta-lo chorando e afirmando que não teve nada a ver com o caso. Durante seu depoimento, ainda chorando e desesperado, afirmou que trabalhava como “carroceiro” e perguntou se podia pagar parceladamente a sua fiança, pois não tinha condições de paga-la no momento, mas que iria juntar latinhas e cumprir com o valor. O juiz perguntou à ele se havia sofrido alguma violência, o custodiado manteve um silêncio por alguns segundos e afirmou negativamente. O juiz perguntou novamente e ele, ainda chorando, afirmou que levou um tapa. Ficou novamente em silêncio e chorando afirmou “não quero falar sobre isso, eu tenho medo”. Na sequência, o MP perguntou se o tapa que levou deixou*

*alguma marca, o custodiado aos prantos afirmou novamente que não queria falar sobre isso porque os policiais militares que o agrediram podiam persegui-lo nas ruas. O promotor afirmou que o ato serve apenas para investigar práticas de violência e que se o custodiado omitisse tais relatos, aquele rito perdia o sentido. O custodiado perguntou: “e se eles depois me acharem na rua?” E o Promotor, sem falar nada, apenas fez a expressão de esticar seus lábios e balançar sua cabeça de modo negativo, como estivesse dizendo: “aí eu não posso fazer nada”. Após feitos os pedidos, custodiado e Promotor de Justiça tiveram a seguinte conversação:*

**Custodiado:** *Eu não quero ser preso porque tenho medo de apanhar lá na cadeia.*

**Ministério Público:** *Você sabe que quando um estuprador vai preso ele fica separado, fique com eles.*

**Custodiado:** *Mas eu não quero ficar com estuprador!*

**Ministério Público:** *Aí você está pedindo demais do Estado.*

É importante ressaltar que essas relações não dizem respeito apenas às audiências de custódia, mas são partes intrínsecas ao sistema penal. Como afirma Gorete Marques (2016), esta “nova” audiência representa apenas a primeira entrada das narrativas policiais no SJC, onde se desenrola um regime de validação que mais tarde irá constitui-se em uma verdade jurídica quando da sentença penal transitada em julgado. O fator central que chamamos atenção é que esta fé na verdade policial e desabono da palavra do preso, só é possível mediante uma relação sociocultural que considera a descrença do policial *cidadão de bem* como uma forma de impunidade, estabelecendo dessa maneira “uma associação entre crença na polícia, prisão, justiça e credibilidade do Poder Judiciário. O inverso corresponde à descrença na polícia, liberdade do acusado, impunidade e descredibilidade do judiciário frente à sociedade.” (MARQUES, 2016, p. 247). Neste sentido, as práticas de violência policial, em suas diferentes formas, quando compatibilizadas com os valores sociais que perpassam a punição, são legitimadas pelo direito.

É interessante notar que mesmo que não haja muitas esperanças na apuração e responsabilização criminal das práticas de violência manifestadas nas audiências de custódia, os defensores públicos entrevistados acreditam que a constante expedição de ofícios para as corregedorias das polícias têm gerado efeitos no trabalho policial, já que perceberam uma diminuição nos relatos de violência, ao menos aos que não dizem

respeito à ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas) da Polícia Militar<sup>84</sup>.

Neste sentido, destaco um trecho de uma entrevista:

**Eu:** Qual a incidência de relatos de tortura ou de agressão?

**Defensor Público:** Em porcentagem eu não sei te dizer, é pouco, mas também não é zero. Tiveram épocas que eu sentia mais que todos falavam que tinham apanhado, mas não tinham marcas, e depois vários falaram que foram bem tratados. Então eu não sei se isso influenciou na delegacia e a polícia de começar a tomar ofício para corregedoria, expedido por meio da audiência de custódia de março pra cá. Eu senti que diminuiu porque eu não pego mais preso “estrupiado”. (...). A ROTAM que bate. Na delegacia, uma vez eu conversei com o delegado e ele disse que lá dentro ninguém apanha, só que assim, deve tomar uns tapas na orelha, porque alguns falavam que tinham apanhado na delegacia, mas tem uns presos que aumentam. (...) Sempre falavam que quando batia tinha a ROTAM no meio, 90% era a ROTAM, que pisa com a bota na cabeça e daí eu comecei a perceber outras coisas... Foi um movimento assim, foi evoluindo, primeiro vinha os caras machucados, depois apareceram os que falaram que tinha apanhado, mas não tinha marca, então eu acho que eles tomavam o cuidado de não deixar marca, porque sabiam que iam se ferrar na audiência de custódia e agora eu não estou pegando mais os flagrantes de que apanharam. Eles falam que alguns policiais são truculentos, que pegam forte no braço, mas acho que é porque está naquele momento de ter desacadado, que não justifica, lógico. Os policiais no Brasil são mal treinados né, essa questão da militarização da polícia, eles veem a comunidade como inimiga, não tem um tratamento bom em relação às pessoas. Acho que isso influencia muito na maneira como eles abordam, então sempre quem está sendo abordado sofre uma violência, pela maneira que eles falam. Então quando eles relatam que sofreram violência nas audiências de custódia hoje é mínima, é mais no aspecto da abordagem não na violência física.

Por estarem imunes ao descrédito devido a existência de mecanismos próprios do sistema penal, a margem de atuação dos policiais é reforçada seja ela legal ou ilegal arbitrária (MARQUES, 2016). O Ministério Público, órgão responsável por realizar o controle externo da atividade policial, por vezes parece não estar preocupado com os direitos fundamentais do preso e deixa que esta função seja realizada pelo seu defensor, percebendo a si mesmo muito mais como órgão acusador. Esta relação já havia sido percebida antes mesmo da implementação obrigatória das audiências de custódia por uma pesquisa realizada pelo Cesec (2016b), intitulada “Ministério Público: Gardião da democracia brasileira?” em que se investigou as atividades do MP.

---

<sup>84</sup> Segundo o website da Polícia Militar do Paraná, “A ROTAM é uma força policial qualificada para dar atendimento a ocorrências de maior potencial de risco”. Na prática, é uma polícia que ronda diariamente nas ruas de Paranaguá, realizando abordagens e prisões rotineiramente. É fácil diferencia-los visualmente nas ruas, não porque em seus carros está escrito ROTAM, mas porque usam caminhonetes, são pessoas de maior porte físico, que rondam pelas ruas frequentemente exibindo fuzis calibre 12 pela janela dos carros, com a expressão facial séria ou raivosa, porquanto os PMs normais circulam com menor exposição do poder de violência.



Segundo a pesquisa, o envolvimento de Promotores de Justiça e Procuradores nas áreas de controle externo das políticas e supervisão da execução penal é baixíssimo, sendo notória a omissão, quando não leniência, frente à sistemática atuação ilegal das polícias, sobretudo a militares, e das instituições carcerárias. É possível visualizar iniciativas que colocam em reversão este quadro, mas que partem de indivíduos ou grupos específicos, e não de um “esforço concentrado da instituição para enfrentar os graves e crônicos problemas dessas duas áreas, uma delas, aliás, expressamente prevista na Carta de 1988 como atribuição exclusiva do MP”. (CESEC, 2016b, p. 66).

Nestas duas áreas é onde fica evidenciado com clareza uma das contradições da atuação do MP no Brasil, que ao mesmo tempo em que deve proteger o próprio Estado, também deve salvaguardar os direitos da sociedade, que são violados com frequência pelo próprio Estado, neste sentido:

O mesmo órgão que participa da repressão à criminalidade é o que deve fiscalizar as polícias, não só para garantir que os inquéritos policiais fundamentem adequadamente a acusação penal, mas também, em tese, para proteger os cidadãos de ações abusivas e ilegais da polícia. Até que ponto um órgão estatal, ainda que formalmente independente dos outros poderes, tem real autonomia e vontade política para atuar contra o Estado e para eleger a perspectiva garantista acima da punitivista? Pelo menos nas áreas de controle das polícias e supervisão das penas legais – que mais diretamente se superpõem à velha e prestigiosa função acusatória do Ministério Público na área criminal – os resultados desta e de outras pesquisas não sugerem uma resposta otimista. (CESEC, 2016b, p. 67).

Ainda sobre este ponto, não poderia deixar de destacar que no ano de 2017 o MP do Rio de Janeiro promoveu um evento em que uma das mesas intitulava-se “desencarceramento mata”, contando ainda com uma palestra e o lançamento do livro intitulado: “bandidolatria e democídio: Ensaio sobre garantismo penal e a criminalidade no Brasil”. Onde se ataca a perspectiva de garantia universal aos direitos humanos, incluindo as audiências de custódia.

Assim, em que pese o encontro face a face possibilitar uma inversão desta ordem ao dar à palavra aos que são sistematicamente silenciados, a estrutura social e política permite que o ritual da audiência de custódia (re)produza um controle social perverso que legitima exatamente aquilo que pretende combater.

III.VI. “A COISA VIROU DO AVESSE, AGORA EU PRENDO O CARA E QUEM TEM QUE RESPONDER É EU” – a visão da Polícia Militar.

Durante a pesquisa, tive a oportunidade de entrevistar alguns policiais militares das cidades de Paranaguá e de Curitiba sobre as audiências de custódia. A intenção era compreender suas opiniões e de que maneira o procedimento influencia na atividade policial.

O soldado da cidade de Paranaguá que entrevistei entende a audiência de custódia como um ato constrangedor porque os policiais arriscam suas vidas para pegar *bandidos* e durante a audiência os valores se invertem e estes últimos são colocados como vítimas. Por esta razão, segundo o entrevistado, para não terem que se incomodarem com procedimentos internos, muitos policiais estão deixando de prender e deixando para a população fazer justiça com as próprias mãos.

Segundo o outro PM de Paranaguá, um sargento capitão de equipe, após a implementação das audiências houve uma “enxurrada” de denúncias de violências que foram encaminhadas para os batalhões e se tornaram Folhas de Apuração de Transgressão Disciplinar (FADT). Embora tenha ocorrido essa “enxurrada”, até o momento da entrevista (março de 2017) nenhum policial militar havia sido condenado nestes procedimentos de sindicância administrativa. Mesmo assim, segundo ele, isto acabou gerando uma desmotivação nos policiais militares:

Ninguém foi condenado nas audiências de custódia. (...) Mas só de estar respondendo, ainda mais os policiais novos, o batalhão deu uma renovada e a maioria das “policiadas” estão uns 5 anos mais baixos, deveria estar fluindo uma vontade de trabalhar, mas não, um banho de água fria em cima dos caras, na formação da última escola que teve aí foi durante o ano passado e só se ouviu audiência de custódia, aí apresentaram pra eles como funcionava audiência de custódia, os cara já entram e não querem trabalhar na rua, querem trabalhar no administrativo. Tem que ir aos poucos se adaptando, mas com certeza deu essa mudança. (...) Alguns autos que eu vi tinha muita facilitação, perguntar pro preso se o policial te agrediu (...) às vezes vai falar com o defensor deles lá, “tem que falar que foi a polícia que bateu”, da impressão disso (...) às vezes a gente responde com um abuso lá, ele acha que foi um abuso, como ocorreram ali duas sindicâncias, falando que a polícia bateu nele com uma capa de celular na cabeça, até disso... Do final do ano pra cá parece que deu uma diminuída... Agora, se o cara chega aqui lesionado, não aparece nada nos autos, tem que investigar. Agora, se ele está com uma lesão ali e nos autos está constando que obteve a lesão daquela forma eu não vejo porque abrir, se o cara não tem lesão não tem porque fazer, o cara chega reclamando, falando que a gente não deu água. A coisa virou do avesso, agora eu prendo o cara e quem tem que responder é eu. Pelo sentimento de dever que a gente tem, tem que estar mudando. O serviço é a abordagem, se é um suspeito a gente vai averiguar, claro que a gente tem sido um pouco mais coerente, se ele está no local do crime, se tem as

características correspondentes, mas muitas vezes a gente faz abordagem e não faz documento nenhum, se é um cidadão comum você explica pra ele o porquê e se for a vagabundagem em área de crime você manda circular, se o cara não quiser ir tudo bem não tem como eu fazer um Termo Circunstanciado pra expulsar o cara dali, mas eu sei que ele está na má intenção. (Policial Militar).

O fato de ninguém ter sido condenado por práticas abusivas surge no discurso do policial militar como uma comprovação de que a polícia age dentro da legalidade, entretanto, mais a frente o policial revela como a própria estrutura da polícia militar contribui para que as práticas violentas praticadas pelos agentes estatais sejam asseguradas pelo direito durante as sindicâncias de transgressão:

Tem que ouvir o policial que foi indicado, ouvir o preso também, pois é ele que está acusando. Naturalmente que isso é uma coisa mais acelerada, é só a apuração do que foi ouvido pelos policiais mesmo, o que foi apreendido, o próprio sindicante faz uma avaliação, mas não tem como tirar uma conclusão. Teria que ouvir o acusado novamente, tem que ter uma testemunha no local, depois ir atrás dela, uma trabalhadeira danada. (...) Aí acaba que acarretou serviço pra todo mundo. Pra mim, como eu trabalho mais na área operacional, não vinha nenhum procedimento pra eu fazer. (...) Como eu estou na área operacional o pessoal do administrativo é que faz, só que acarretou pro administrativo sem escrivão, nas sindicâncias também, o que acabou sobrando pra nós que somos operacionais, que trabalhamos na rua. Daí outro desanimo, porque você está apurando uma conduta indisciplinar do cara que trabalha junto comigo, e não devia se o cara é meu parceiro, mas na falta acabou pra gente mesmo fazer. No meu ver, foi o que mais abalou, porque já tem tudo isso de ter que acompanhar a equipe na rua, pros caras trabalharem com mais afinco, também tem a parte administrativa que tem que estar fazendo, é complicado. (Policial Militar).

A fala dos policiais é marcada por uma aparente contradição que ao mesmo tempo em que acreditam que a investigação de violência é prejudicial por desmotivar os policiais, admitem que as audiências de custódia possam produzir uma redução da violência. O soldado entrevistado, com mais de 20 anos de atuação, afirmou que “antigamente o normal era que tivesse violência para que o suspeito confessasse, mas agora veio uma nova safra de policiais que tem a cabeça diferente” e por isso as audiências podem modernizar a atividade policial. Segundo ele, “a gente não estava acostumado com isso [audiências de custódia]. Mas estamos todos nos aposentando. Agora o pessoal que está passando pela escola de polícia já está nessa nova lógica”.

Já o sargento entrevistado, considera que os atos de violência policial não são institucionais, mas isolados e específicos, de modo que a audiência pode contribuir para apurar tais atos, mas que a constante investigação produz um efeito ruim no trabalho policial:

**Eu:** Os policiais se sentiram mais acuados?

**Policia Militar:** No começo sim, mas agora já começa a prática, o cara vê o impacto. Lógico que tem pontos positivos, a violência ocorria, ocorre, o policial às vezes é violento mesmo e aí num momento ou outro ele vai acabar respondendo um procedimento, ou vai pra rua, ou preso. Mas as audiências favoreceram demais, eu acho que essa medida que o Estado está tomando na verdade não é pra ver o direito do preso, é muito mais, é pra pegar esse preso e levar ele embora, diminuir o gasto, a população carcerária. No dia seguinte esse mesmo cara que foi solto na audiência de custódia vai cometer crime de novo. Se você for ver a audiência de custódia começa a caminhar por um caminho diferente, não foi só aqui no Paraná, foi uma decisão do CNJ desde o ano retrasado e pra todo país. Mas o que causou o desânimo na tropa foi a visão distorcida das coisas.

**Eu:** Mudou a visão das coisas?

**Policia Militar:** Não que o policial deixou de bater, mudou que se o policial abordava de uma forma mais rude ele passou a fazer só o que tinha que fazer mesmo. Esses tempos o policial foi fazer uma abordagem de um veículo que tinha todas as características de roubo, sem placa, sem nada, em alta velocidade indo em direção ao final da cidade, a polícia abordou, a mulher estava de refém dentro do carro então o sargento que fez a abordagem não queria saber se ele ia responder por alguma coisa, estava a fim de trabalhar mesmo, agora tem outro policial aqui que ele não tem tanta vontade pro trabalho, não vai atrás pra fazer abordagem se cair um flagrante na minha mão eu pego se não, mas os policiais ficaram acuados e isso não pode ficar com medo de exercer a função dele, de usar a autoridade, o gosto pelo trabalho. Seria essa a principal causa, acho válida a audiência, às vezes um cara comete um furto no mercado, não sou eu que tenho que julgar a necessidade dele ser solto, apresentamos na delegacia, o delegado tem que fazer o flagrante e aí uma audiência de custódia vem a calhar porque o crime que ele cometeu não colocava em risco ninguém ou então o juiz já fala pra ele responder em liberdade, imagino assim, e outros tantos casos que a gente pega a situação. Igual ontem lá na delegacia, pegamos um pé de maconha, um veículo furtado, mas a dona da casa tem que ir junto, está lá um menor dizendo que o pé de maconha é dele, vou encaminhando tudo isso, lá o delegado vê as responsabilidades pra não ficar mantendo preso quem não tem necessidade. Agora, fazer uma audiência só pra ver os abusos não é essa a função, o abuso é uma das consequências da audiência de custódia ao meu entender, houve abuso, mas o que deu pra perceber é que a audiência de custódia está direcionada só pra ver as possibilidades de violência contra o preso, da forma como ele foi preso. Não está tendo o efeito que deveria ter no final amedrontou a “policiada” veio à audiência de custódia e ferrou tudo os caras. Minha função é tentar levantar a moral do cara com que ele faça o trabalho dele com gosto e que sirva a população bem.

Embora estes agentes de segurança pública admitam que as audiências de custódia tenham alguns pontos positivos, eles compreendem-na como um desprestígio para os policiais que sempre tiveram sua atuação assegurada pelo SJC e agora passam a serem alvos de constante questionamento e limitação da atividade. Não são apenas os policiais militares de Paranaguá que afirmam que estão parando de prender para não ter que se incomodarem, o mesmo relato foi ouvido por um Policial Militar de Curitiba pela pesquisadora Marina Kurchaidt (2017) e segundo a matéria publicada no Site “página 181”, “acusados por bandidos em audiências de custódia policiais alagoanos ameaçam

parar de prender”.<sup>85</sup> Um advogado que trabalha no setor jurídico de uma entidade que defende policiais militares relatou para o website que tal exposição pode provocar um “apagão de prisões”:

Seguindo o que é determinado na audiência o juiz é impedido de perguntar o obvio e nem mesmo a coleta de provas tem sido levada em conta. Tudo isso é substituído pela frase “o senhor foi bem tratado pelos policiais que lhe prenderam?” Ninguém quer ficar preso e os criminosos sabem disso e mantêm, se prevalecendo das reações programadas que eles têm quando são presos. É necessário que os juizes enxerguem as mentiras e não acatem as estórias dos presos que têm a certeza que vão sair pela porta da frente do fórum, rindo dos policiais e indo direto para as ruas praticar novos crimes. É imoral e ninguém ignore quando os policiais diminuïrem as prisões. Não está valendo a pena prender ninguém.

Como já demonstrado ao longo da pesquisa, as interações face a face nas audiências de custódia demonstram como o Ministério Público e Poder Judiciário atuam em uma cumplicidade com a atividade policial, sendo muito mais compreensivos com as agencias repressivas do que com as classes sociais marginalizadas que dizem ter sido vítimas de violência. Neste sentido, é possível compreender o discurso policial de que irão parar de prender *bandidos* por conta deste suposto desprestígio, como uma explicação moral para justificar as críticas feitas à sua baixa efetividade no “combate ao crime”, responsabilizando outras agências pela sua improdutividade.

Recebi de um informante uma mensagem circular de grupos de policiais militares no WhatsApp, onde um suposto policial militar, por meio de áudios encoraja outros à realizar uma espécie de blindagem institucional, onde o policial que está no interior da audiência avise o policial que foi acusado de violência para que este processe o custodiado, uma vez que se o laudo do IML não indicar lesões está comprovado que o preso mentiu.

COMO REBATER A ACUSAÇÃO DE PRESOS CONTRA PMs NA AUDIÊNCIA DE CUSTODIA:

PROCEDIMENTO LEGAL

Muito boa essa ideia viu.

Vale a pena colocar em prática.

É isso. Temos que jogar o jogo com as regras que temos a nosso favor.

Aproveita e arrola o juiz como testemunha do caso

Façam isso mesmo.

Sempre disse. Usem o sistema a favor dos homens de bem.

Lembrando que cada crime novo gera novo cálculo da pena.

**Primeiro áudio:** Na hora que tirar um indivíduo do fórum, da audiência de custódia, levar imediatamente para a delegacia e avisar o magistrado que vai conduzir para abrir um procedimento por injúria e denunciação caluniosa.

<sup>85</sup> Disponível em: <http://pagina181.com.br/acusados-por-bandidos-em-audiencias-de-custodia-policiais-alagoanos-ameacam-parar-de-prender>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

Porque aí vai caber ao preso provar que você agrediu, porque existe o exame de corpo e delito pra isso. A gente vai responder na corregedoria e o preso em outro canto. Vamos encher o fórum de procedimentos... encher o fórum! Eu fiz isso no meu último serviço. Eu levei ele pra delegacia e dei um flagrante nele por injúria, calúnia e ameaça. Ele ia ser liberado, pelo terceiro flagrante ficou preso.

**Segundo áudio:** Quem tiver fazendo a condução na hora da audiência de custódia e o cara falar [sobre agressões], entre imediatamente em contato com o agente que prendeu, certo?! Para que ele se descoloque até a delegacia para fazer a denúncia (...)

**Terceiro áudio:** Quando o preso me acusou de ter agredido ele e ameaçado, eu não falei nada, fiquei quieto lá. Na hora que acabou a audiência eu falei “Meritíssimo, o senhor me permite pronunciar?” Ele disse: “Pois não?”, eu disse “ó excelentíssimo, sempre fui policial militar, sempre dediquei minha vida a servir a sociedade, fazendo até serviço que não é de nossa competência, que o senhor sabe que escolta de preso não é competência da PM, mas por sermos militar cumprimos as determinações que nos são dadas. Então to dando ciência ao senhor, que ao sair aqui do fórum estarei conduzindo o indivíduo para a delegacia, uma vez que ele fez uma citação direta à minha pessoa dizendo que eu o agredi e o ameacei e vou fazer uma representação por injúria e denúncia caluniosa”. Aí o meritíssimo olhou assim pra mim e disse: “então faça, leve e represente contra ele, remeta o processo ao MP, e o MP vai se pronunciar”, e assim eu fiz. Aí no meio do caminho ele disse que ia me pegar na rua, daí juntou 3 crimes e vai puxar uma cadeia por causa disso.

**Quarto áudio, gravado por outro policial militar:** Excelente manobra viu Cabo Salles?! Que isso aí seja multiplicado pelo estado do Ceará todinho, para que o país tome ciência da sua atitude louvável. Quando levar qualquer um pra audiência de custódia e acontecer esse mesmo caso, automaticamente faço o flagrante na delegacia.

Não há como saber se o caso acima descrito realmente aconteceu, entretanto, sua circulação entre grupos de PMs no aplicativo WhatsApp serve como uma espécie de convocatória para que se opere uma blindagem institucional, que se aproveita da relação “fê pública vs. desacreditados”. O termo “inversão de valores” usado para se referir ao instituto revela como as instituições do SJC esperam das outras instituições legitimidade em suas práticas, legais ou ilegais.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Antes de apresentar minhas considerações finais, gostaria de salientar que por se tratar de um novo tema para pesquisas empíricas no Brasil, acredito que para além das minhas problematizações e conclusões sobre o instituto da audiência de custódia, ainda existem muitas reflexões a serem feitas. Assim, embora toda pesquisa necessite de um ponto final, encaro as proposições aqui apresentadas como iniciais e aguardo ansiosamente pelo o que ainda está por vir, seja para confirmar ou problematizar tudo o que escrevi.

Quando propus realizar um diagnóstico do primeiro ano da implementação das audiências de custódia em Paranaguá, o fiz tendo em mente a necessidade de se compreender em que medida ela está inserida no sistema social local e de se identificar quais os elementos socioculturais que permitiram a sua omissão por mais de 20 anos e hoje permitem sua realização.

Como demonstrei inicialmente, a implementação das audiências de custódia foi um processo marcado por disputas políticas. De um lado, a Defensoria Pública e algumas ONGs envolviam-se em um certo ativismo por entenderem que ser apresentado sem demora à autoridade judicial é um direito fundamental de toda pessoa presa. Segundo o defensor público Caio Paiva (2016), o instituto apresenta três finalidades básicas: I. Ajustar o país aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos; II. Prevenir a tortura; e III. Evitar prisões ilegais. Estas três finalidades estão interligadas ainda pelo discurso de combate à cultura do encarceramento, sobretudo o provisório.

De outro lado, Ministério Público, Delegados de polícia e setores conservadores entendiam o ato como inútil e prejudicial. Na tentativa de extinguir os projetos pilotos que experimentavam as audiências de custódia, impetraram ações judiciais que foram todas arquivadas e produziram um efeito contrário ao desejado, já que reforçaram as decisões e entendimentos sobre a obrigatoriedade legal do instituto.

Após uma decisão favorável do STF e esforços do CNJ, as audiências de custódia começaram a serem implementadas obrigatoriamente no final do ano de 2015 e já no ano seguinte foram publicados os primeiros diagnósticos. As pesquisas demonstraram que apesar da implementação do instituto ser um avanço na proteção das garantias fundamentais democráticas, elas não estavam sendo capazes de “romper com a

fronteira do papel”, uma vez que tornou-se uma regularidade Promotores de Justiça e Juízes de Direito executarem o ato de maneira meramente protocolar e formalista, mais preocupados em cumprir com a obrigação do ritual em si do que com as pessoas apresentadas. Inclusive, a pesquisa desenvolvida pela ONG Conectas Direitos Humanos e encaminhada à ONU, expôs que estes operadores judiciais do SJC realizam uma blindagem institucional à tortura na medida em que desqualificam as narrativas das pessoas presas e legitimam a fala policial, reproduzindo a velha lógica que guiava o sistema penal.

Frente a estas constatações empíricas, iniciei este estudo problematizando com base nas reflexões de Michel Foucault sobre a dominação global exercida pela instituição carcerária, as funções da prisão e seu papel na produção da delinquência no interior de uma economia geral das penas. Para o autor, os ilegalismos são espaços de permissões e proibições no interior do corpo legal que permitem a gestão diferenciada das instituições e dos procedimentos legais. Assim, a comparação do material empírico colhido em Paranaguá com os diagnósticos realizados em SP e RJ, permitiu compreender que as audiências de custódia surgem como mais uma reforma, isto é, uma medida adaptativa, para se controlar um ilegalismo demasiadamente custoso – economicamente e politicamente - para o Estado que é a superlotação carcerária.

Tomando como ponto de partida que o poder não é maciço e não está concentrado exclusivamente nas mãos do Estado, mas que é constituído por microrrelações, é perceptível que a produção de uma delinquência popular visível pela prisão também permite que a população tolere determinados ilegalismos e repudie outros. O material empírico levantado que diz respeito sobre a opinião da população sobre as audiências de custódia e a tortura policial demonstra a existência uma fronteira moral que divide *cidadãos de bem* e *bandidos*, o que acaba caracterizando uma “criminologia do outro” ou ainda, uma “criminologia da vida cotidiana” (GARLAND), onde se compreende o delinquente popular como um ser desprovido de cidadania, ou em ultimo caso, humanidade.

Esta fronteira moral é perversa porque se baseia nos estereótipos e estigmas disponíveis na sociedade brasileira acerca da delinquência popular. Imbricada nas práticas punitivas, essa lógica intensifica a perversidade do controle social executado pelo sistema penal na medida em que ele afeta diretamente as populações



marginalizadas, reproduzindo e legitimando preconceitos de modo a produzir uma criminalização da marginalidade e uma marginalização da criminalidade (COELHO, 1978).

Ao mesmo tempo em que essa fronteira moral incutida no sistema cultural brasileiro permite a existência de políticas criminais de derramamento de sangue direcionada às classes marginalizadas, também é possível visualizar, a partir dos anos oitenta uma “criminologia de si”, que encara o criminoso como um ser comum dotado de racionalidade, legitimando políticas humanizatórias como as audiências de custódia. Neste sentido, para David Garland, uma das características principais da sociedade punitiva moderna é esta ambivalência esquizoide, que oscila entre a “criminologia de si” e do “outro”. No que diz respeito ao caso brasileiro, pode-se dizer que o discurso de negação da violência que move as audiências de custódia coexiste com atos sistemáticos de violência estatal, legitimado por ampla parcela da sociedade.

É necessário esclarecer que esses discursos, embora configurem uma “criminologia esquizoide”, não se anulam, pelo contrário, se encontram na mesma racionalidade de Estado, na medida em que, como afirma Bodê de Moraes (2005), a punição realiza uma espécie de retorno metafísico ao passado demonstrando que aprisionar é uma prática mais civilizada, lembrando à todos de como tudo poderia ser pior. Neste sentido, a máxima do “não punir menos, mas melhor”, visualizada por Foucault desde o séc. XVIII, é retomada pelas audiências de custódia para se estabelecer um *continuum* punitivo onde ninguém escapa.

Se, como afirmamos com base em Foucault, que o poder ocorre em um nível microscópico, não é possível realizar generalizações a respeito das práticas punitivas como se em todos os locais e tempos diferentes elas ocorrem-se de maneira idêntica. Por isso, levando em consideração que a ordem social é localmente organizada, para compreender mais a fundo os elementos que perpassam as audiências de custódia, optou-se por realizar uma microsociologia das cenas que se desenrolam durante este ritual, etnografando – isto é, captando e descrevendo - as unidades de interação construídas durante o encontro face a face, desde as menores possíveis, como breves movimentos faciais dos atores sociais.

Embora os rituais judiciais sejam eventos extraordinários, que contrastam com a trivialidade da rotina cotidiana, é no mundo social que eles encontram sua matéria-

prima. Os rituais judiciais, reproduzindo a ordem de uma sociedade rigidamente hierarquizada, têm a capacidade de reforçar o distanciamento moral entre operadores judiciais do SJC e acusados, pois diferente de como ocorre nas ruas e no interior de delegacias e cadeias, o controle do crime operado naquele local é livre de qualquer forma de violência visível, caracterizando-se de maneira asséptica e higiênica.

Em que pese esta ser uma característica “geral” dos rituais judiciais, as audiências de custódia possibilitam – ao menos na teoria - que esta ordem seja invertida, pois ao colocarem o preso *sem filtro*, logo após ser preso na presença imediata dos operadores judiciais do SJC, o contato face a face poderia superar a “fronteira do papel”, humanizando as decisões judiciais assépticas. Outra característica intrínseca à audiência de custódia que vai de encontro com os demais ritos judiciais diz respeito a possibilidade pioneira de se questionar a atuação da instituição policial, que historicamente teve sua margem de atuação ampliada de uma maneira quase que irrestrita devido ao dispositivo da fé pública e outras estratégias, que sempre garantiram a credibilidade da narrativa policial.

Embora essas possibilidades sejam reais, o ritual das audiências de custódia é controlado pelo Juízes de Direito e Promotores de Justiça que continuam a reproduzir a velha lógica da cultura do encarceramento. Ao interagirem face a face com presos, é possível visualizar como a prisão e a narrativa policial são legitimadas pelo fato da clientela do sistema penal apresentar atributos visíveis que os ligam aos grupos marginalizados, de modo a serem classificados como *desacreditados*. Desprovidos de qualquer tipo de credibilidade frente à fé pública que contempla os operadores do SJC, suas prisões configuram uma profecia autocumprível.

A relação ritualizada entre *operadores do SJC* e *custodiados* nada mais é do que um reflexo da cultura brasileira que distingue *bandidos* dos *cidadãos de bem* e tolera ilegalismos praticados pelos últimos contra os primeiros. Desta maneira, as audiências de custódia não alcançam seus objetivos declarados pelo fato de que não é o direito que possibilita o desencarceramento e a diminuição da violência policial, mas sim o sistema sociocultural que dá sentido à estas práticas. Porquanto não ocorrer uma mudança nesta relação, as audiências de custódia estarão fadadas à reprodução perversa de exatamente aquilo que elas anunciam combater.

Ainda que a audiência de custódia cumpra com uma função específica no interior da economia geral das penas e dos ilegalismos, o encontro face a face permite que se estabeleçam uma infinidade de microrelações que dependem, sobretudo, da subjetividade dos operadores que controlam o ritual. Se os operadores adotam um rito baseado no reforço da divisão autoritária entre eles e os custodiados, acabam justamente por reproduzir perversamente a lógica cruel do encarceramento em massa e legitimação das práticas de violência policial. Entretanto, caso permitam que ocorra uma empatia durante as interações, de modo a romperem com os preconceitos que perpassam as fronteiras morais, as audiências de custódia se mostram com grande potencial para romper com a lógica autoritária e burocrática do sistema penal.

Novamente, afirmo ser necessário que cada vez mais se realizem pesquisas empíricas acerca das audiências de custódia para que se possa fazer uma análise mais consistente do tema e de seus assuntos relacionados. Ainda assim, espero que o presente trabalho contribua para a reflexão acerca da audiência de custódia e seus aspectos jurídico, político, social e cultural.

## REFERÊNCIAS

### I. Referências gerais:

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, F.F. Aspectos práticos da pesquisa empírica em direito: uma experiência a partir da experiência etnográfica no tribunal do júri. In **Revista de Estudos Empíricos em Direito** vol. 1, n. 2, jul 2014, p. 25-39.

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BATISTA, N. Política criminal com derramamento de sangue. In: **Revista IBCCRIM** Nº 20, 1997.

BECKER. H. **Outsiders: Estudos em sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Escola de Chicago**. Conferência, Rio de Janeiro, *Mana*, vol.2 n.2, p. 177-188, out, 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493131996000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493131996000200008&script=sci_arttext). Acesso em: 20 jul 2016.

BODÊ DE MORAES, P. R. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos para humanos direitos**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

BODÊ DE MORAES, P. R.; KULAITIS, L. F. M. **Controle Social Perverso e a policialização das políticas públicas: o caso da Segurança com Cidadania**. Anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Araraquara-SP: UNESP, 2013.

BERREMAN, G. Por detrás de muitas máscaras. in: GUIMARAES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves Editora S. A. . 1980. p. 87-121

BOURDIEU, P. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 2011a.

\_\_\_\_\_. Introdução à uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 2011b.

\_\_\_\_\_. Sociologia una ciencia que incomoda. In: **Sociología y cultura**, 1980. Disponível em: <https://cuanticuali.files.wordpress.com/2012/03/unidad-1-1-bourdieu-p-una-ciencia-que-incomoda1.pdf>. Acesso em jul, 2017.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BORDIN, M; BODÊ DE MORAES, P. R. **Hipermilitarização da Segurança Pública no Brasil: Discussões iniciais**, 2015. Disponível em: <http://docs10.minhateca.com.br/660875520,BR,0,0,Hipermilitarizacao-da-Seguranca-Publica-no-Brasil.pdf> Acessado em: 06 de agosto de 2017.

BORLANDI, M. Les faits sociaux comme produits de l'association entre les individus. In BORLANDI, M. & MUCCHIELLI, L. **La sociologie et sa méthode**. Paris: L'Harmattan, pp. 139-164, 1995.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª Ed, 2000.

CALDEIRA, T. P. R. Direitos humanos ou “privilegio de bandidos”? Desventuras da democratização brasileira. In: **Novos Estudos**, n. 30, p. 162-174, julho, 1991.

CAMARGO, G. M. **Da favela ao cárcere: reflexões teóricas acerca do controle social geo-urbano e a guerra às drogas**. Monografia, Curso de Direito do ISULPAR. Paranaguá, 58 páginas, 2014

CAMARGO, G. M.; SOUZA, A. T; ROSA, P. B. **Tráfico no manguezal: um estudo sobre drogas, prisão e controle social**, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/16662555/Tr%C3%A1fico\\_no\\_Manguezal\\_-\\_um\\_estudo\\_sobre\\_controle\\_social\\_drogas\\_e\\_segrega%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/16662555/Tr%C3%A1fico_no_Manguezal_-_um_estudo_sobre_controle_social_drogas_e_segrega%C3%A7%C3%A3o). Acessado em 06 de agosto de 2017.

CAMARGO, G. M.; BORDIN, M. **Guerra às drogas: as periferias como locus da violência e a tendência da hipermilitarização**, 2017. Disponível em: [http://e-democracia.com.br/sociologia/anais\\_2017/pdf/GT03-85.pdf](http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/pdf/GT03-85.pdf). Acessado em 06 de agosto de 2017.

COELHO, E. C. A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade. **Revista Brasileira de Administração Pública**, vol. 12, nº2, pp. 139-161, 1978.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Tortura blindada: Como as instituições do sistema de Justiça perpetuam a violência nas audiências de custódia**, 2017.

CHRISTIE, N. **A indústria do controle do crime**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

\_\_\_\_\_. Elementos de geografia penal. In: BOURDIEU, P. (org) De l'État social à l'État penal. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002.

\_\_\_\_\_. **Limites à dor: O papel da punição na política criminal**. Belo Horizonte: Editora D'plácido, 2017.

CESEC. **Liberdade mais que tardia: As audiências de custódia no Rio de Janeiro**, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Ministério Público: Guardião da democracia Brasileira?**, 2016b.

COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

CNJ. **Audiência de Custódia**, 2016.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1983.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense: 1988.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1976.

DPERJ. **3º Relatório sobre o perfil dos réus atendidos nas audiências de custódia**, 2016.

DEPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias. Infopen - junho de 2014**. Ministério da Justiça, 2014.

\_\_\_\_\_. **Implementação das audiências de custódia no Brasil: Análise de experiências e recomendações de aprimoramento**. Ministério da Justiça, 2016.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Atualização - Junho de 2016**. Ministério da Justiça, 2017.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. Martin Claret: São Paulo, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador, vol. II: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ditos & Escritos: Segurança, Penalidade e Prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

\_\_\_\_\_. La tortura es lá razon. In: FOUCAULT, M. **El poder, una bestia magnífica: sobre el poder, la prisión y la vida**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014b.

\_\_\_\_\_. Sobre a prisão. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GARCEZ, P. M. **Formas institucionais de fala-em-interação e conversa cotidiana: elementos para a distinção a partir da atividade de argumentar**, 2002. Disponível em: <https://lingcult.files.wordpress.com/2015/04/palavra-8-04-garcez-2002-formas-institucionais-de-fala-em-interacao-e-conversa-cotidiana.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

GARLAND, D. **Punishment and modern society: a study in social theory**. Oxford, Claredon Press, 1995.

\_\_\_\_\_. As contradições da "sociedade punitiva": o caso britânico. In: **BOURDIEU, P. (org) De l'État social à l'État penal. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. in: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONÇALVES, V. C. **Tortura e cultura policial no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GUSSO, R. **Eu previno, tu reprimes: uma análise da política criminal ofertada pelo PRONASCI por meio do programa PROTEJO, no município de Curitiba/PR**. Tese. PPGSocio. 2013.

HULSMAN, L; DE CELIS, J. **Penas Perdidas. O sistema penal em questão**. Niterói: Luam, 1993.

IDD. **Monitoramento das audiências de custódia em São Paulo pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa**, 2016.

KÜLLER, L. B. F. **Audiências de custódia: um ponto de inflexão no Sistema de Justiça Criminal?** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do ABC, 2016.

KURCHAIT, M. **“Nós não controlamos o vento” - Os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do “Massacre do dia 29 de abril”**. Dissertação de mestrado. PPGSocio UFPR. 2017.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito I**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

MACHADO, A. A. **Ensino jurídico e mudança social**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MARQUES DE JESUS, M. G. “**O que está no mundo *não* está nos autos**”: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1997.

MISSE, M. Entrevista. In: **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança; Urbania; ANPOCS, 2011.

NIZET, J; RIGAUX, N. **A sociologia de Erving Goffman**. Petrópolis, TJ: Vozes, 2016.

NORONHA DE ÁVILA, G. A audiência de custódia e ilegalismo: reflexões iniciais sobre as práticas em Maringá (PR). In: **Audiência de custódia: da boa intenção à boa técnica**. Porto Alegre: Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2016.

OLIVA, D. C. “**Se eu grito e o governo não escuta... vamos quebrar**”: a instrumentalização política da violência a partir da atuação da tática black bloc no Brasil pós junho de 2013. UFPR, 2017.

PAIVA, C. **Audiência de custódia e o processo penal brasileiro**. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

PESCAROLO, J. K. **Morte, racionalização e contágio moral: um estudo sobre o Instituto Médico Legal de Curitiba**. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2007.

PIRES, A. Sobre direito, ciências sociais e os desafios de navegar entre esses mundos: uma entrevista com Álvaro Pires. In: **Revista de Estudos Empíricos em Direito** vol. 2, n. 1, jan 2015, p. 226-248.

PIRES, G. M. Imaginação libertária: Abolicionismos, anarquismos e surrealismos. In: **Política, sociedade e castigos: ensaios libertários contra o princípio da autoridade e da punição**. PIRES, G. M.; CORDEIRO, P. (org.). Florianópolis: Habitus, 2017.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

REIS, A. C.A.; VICTOR, E. R. G. **Direito processual penal esquematizado**. (org.) LENZA, P. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO JÚNIOR, H; AMORIM, R. V. Tortura e biopolítica: o caso capixaba nos anos de 2012 e 2013. In: **Perspectivas em segurança pública**. (org.) ROSA, P. O, *et al*. Florianópolis: Insular, 2016.

ROSA, P. O. **Drogas e a Governamentalidade Neoliberal: Uma genealogia da redução de danos**. Florianópolis: Insular, 2014.



ROSS, E. A. **Social Control: a survey of the foundations of order**. New York: Macmillian Co., 1901.

SALLA, F; GAUTO, M; ALVAREZ, M. C. **A contribuição de David Garland: a sociologia da punição**. Tempo soc. [online]. 2006, vol.18, n.1, pp.329-350. ISSN 0103-2070. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000100017>.

SCHRITZMEYER, A. L. P. **Jogo, ritual e teatro: um estudo antropológico do Tribunal do Júri**. São Paulo: Terceiro nome, 2012.

SOUZA, A. T. **Perigo à ordem pública: um estudo sobre controle social perverso e segregação**. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2015.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TROPPER, M. **A filosofia do direito**. São Paulo: Martins, 2008.

VALOIS, L. C. O juiz criminal, armado e militar. In: JUNIOR, R. C. (org.) **Criminologia do cotidiano – crítica às questões humanas através das charges de Carlos Latuff**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

ZAFFARONI, R. Z; PIERANGELI, J. H. **Manual de direito penal brasileiro v. 1: parte geral**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

## II. Websites acessados:

**Acusados por bandidos em audiências de custódia, policiais alagoanos ameaçam parar de prender**. Disponível em: <http://pagina181.com.br/acusados-por-bandidos-em-audiencias-de-custodia-policiais-alagoanos-ameacam-parar-de-prender>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

**Afinal, quem tem medo da audiência de custódia? (parte 1)**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-fev-13/limite-penal-afinal-quem-medo-audiencia-custodia-parte>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

**Alckmin critica Fapesp por pesquisas 'sem utilidade prática'**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

**Assessores e estagiários: de bodes expiatórios a ghost writers judiciais**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-abr-30/diario-classe-assessores-estagiarios-bodes-expiatorios-ghost-writers-judiciais>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

**Audiência de custódia. Dados Estatísticos / Mapa de Implantação**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

**Audiências de custódia prendem mais do que soltam em 2/3 dos estados**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/audiencias-de-custodia-prendem-mais-do-que-soltam-em-23-dos-estados.ghtml>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

**Audiência de custódia evitou a entrada de 8 mil nos presídios, entenda**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/audiencia-de-custodia-evitou-entrada-de-8-mil-nos-presidios-entenda.html>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

**Centro de Audiências de Custódia de Curitiba se tornou referência internacional.** Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset\\_publisher/1lKI/content/centro-de-audiencias-de-custodia-de-curitiba-se-tornou-referencia-internacional/18319?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1lKI/content/centro-de-audiencias-de-custodia-de-curitiba-se-tornou-referencia-internacional/18319?inheritRedirect=false). Acessado em 06 de agosto de 2017.

**Conselho Nacional de Justiça, Audiência de custódia.** Disponível em <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

**Facebook Oficial da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.facebook.com/defensoriapublicadoriodejaneiro>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

**Flecheira libertaria n 154 – NUSOL.** Disponível em: <http://www.nusol.org/flecheira/flecheira.php>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

**MEMES.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/comunicacao/memes/>. Acessado em: 22 de agosto de 2017.

**Ministro da Justiça deverá apresentar proposta de aplicação de pena na audiência de custódia.** Disponível em: <http://emporiadodireito.com.br/ministro-da-justica-devera-apresentar-proposta-de-aplicacao-de-pena-na-audiencia-de-custodia/>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

**Ministro da Justiça defende menos pesquisa e mais 'equipamentos bélicos' no governo.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/08/16/moraes-defende-menos-pesquisa-e-mais-equipamentos-belicos-em-novo-governo.htm>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

**Na ONU, ONGs denunciam blindagem à tortura no Brasil; embaixadora responde.** Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/noticia/47121-uol-na-onu-ongs-denunciam-blindagem-a-tortura-no-brasil-embaixadora-responde>. Acessado em: 05 de agosto de 2017.

**Para sindicato de advogados, audiência de custódia dá muitos direitos a presos.** Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2018-jan-17/sindicato-advogados-stf-fim-audiencias-custodia?utm\\_source=dlvr.it&utm\\_medium=facebook](https://www.conjur.com.br/2018-jan-17/sindicato-advogados-stf-fim-audiencias-custodia?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook). Acessado em: 17 de janeiro de 2018.

**Promotores de Justiça lançam manifesto contra garantismo e “bandidolatria”.** Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/03/promotores-de-justica-lancam-manifesto-contra-garantismo-e-bandidolatria>. Acessado em: 15 de agosto de 2017.

**Secretária de Saúde de cidade no Paraná confirma ter falado sobre cheiro de dreads de médica, mas para ‘protegê-la’.** Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policial/secretaria-de-saude-de-cidade-no-parana-confirma-ter-falado-sobre-cheiro-de-dreads-de-medica-mas-para-protege-la-15684905.html>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

**STF determina realização de audiências de custódia e descontingenciamento do Fundo Penitenciário.** Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=299385>. Acessado em : 05 de agosto de 2017.

**Paraná poderá economizar R\$ 75 milhões ao ano com Audiência de Custódia.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80037-parana-podera-economizar-r-75-milhoes-ao-ano-com-audiencia-de-custodia>. Acessado em 07/04/2017, às 12h00.

### **III. Vídeos online acessados:**

**COMBATE ROUBO DE CARGAS EM PARANAGUÁ.** 4'29". Material retirado do site: <https://www.youtube.com/watch?v=yKTZikPc7gM>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

**Fórum Prisão: Para quê? Para quem?** 26'24". Material retirado do site: <https://www.youtube.com/watch?v=qddrdCbwGYs>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

**POLICIAL MILITAR FALA SOBRE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.** 6'32". Material retirado do site: [https://www.youtube.com/watch?v=6GrCDryGY\\_I&t=4s](https://www.youtube.com/watch?v=6GrCDryGY_I&t=4s). Acessado em 05 de agosto de 2017.

**Policial Militar de Paranaguá foi preso acusado de tortura.** 7'40". Material retirado do site: <https://www.facebook.com/programavozdolitoral/videos/vb.289540784547041/796894960478285/?type=3&theater>. Acessado em 06 de agosto de 2017.

**Prof. Luis Antônio Francisco de Souza - Mesa Segurança Pública após Ditadura.** 34'37". Material retirado do site: <https://www.youtube.com/watch?v=axfTb2EUjJw&t=213s> acessado em 04 de agosto de 2017.

**Superlotação da cadeia de Paranaguá.** 9'16". Material retirado do site: <https://www.youtube.com/watch?v=7nOmEZb9CA0> acessado em 09 de agosto de 2017.

**Últimas informações sobre a prisão do policial militar acusado de tortura.** 2'49". Material retirado do site: <https://www.facebook.com/programavozdolitoral/videos/vb.289540784547041/797412797093168/?type=2&theater>. Acessado em 06 de agosto de 2017.